

HOPILOS

Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

Número 17 - 2026

ISSN: 2595-699X

Atualidade do conceito da guerra a partir de uma comparação entre Hobbes e Clausewitz

Lucas Moreira

Por que “apartheid”? “Israel” nos relatórios humanitários de organizações da sociedade civil palestina

Caio Fábio Sampaio Porto

A retórica da ameaça: entendendo a securitização dos EUA do programa nuclear do Irã

Marcos André Costa Fortunato



INEST

PPGEST

ATAQUE À FAIXA DE GAZA FOTOGRAFADO POR MOHAMMED IBRAHIM

HOPLOS

**Revista de Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais**

ISSN 2595-699X

Número 17

julho-dezembro, 2025

Niterói - RJ



A “Hoplos” é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Com periodicidade semestral, ela constitui um espaço plural de análise e discussão sobre temas que permeiam Estudos Estratégicos, Relações Internacionais e Ciência Política. Recebendo colaborações em sistema de fluxo contínuo e para a criação de dossiês temáticos, a revista publica artigos acadêmicos, ensaios e resenhas de obras de edição recente e tem como principal objetivo a divulgação da produção de pós-graduandos/as e pesquisadores/as dessas áreas. Os textos recebidos são analisados em sistema de *blind review* e publicados com apoio do Conselho Editorial.

Instituto de Estudos Estratégicos (INEST/UFF)

Diretor: Prof. Dr. Vágner Camilo Alves

Vice-diretor: Prof. Dr. Márcio Rocha

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST:

Prof. Dr. Adriano de Freixo

Chefe do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais – DEI:

Prof. Dr. Gabriel Passetti

Conselho Editorial

Dr. Adriano Freixo, UFF

Dra. Ana Penido, UESP

Dra. Érica Winand, UFS

Dra. Francine Rossone, Queen's University, RU

Dr. José Pedro Zúquete, ULisboa, Portugal

Dra. Mônica Leite Lessa, UERJ

Dr. Paulo Cesar Gomes dos Santos Júnior, UFF

Dra. Sabrina Medeiros, Univ Lusófona, Portugal

Dra. Suhayla Khalil, FESPSP

Dra. Suzeley Khalil, UESP

Dr. Thiago Moreira Rodrigues, UFF

Editor-chefe

Dr. Paulo Cesar Gomes dos Santos Júnior, UFF

Editora de Produção

Paula Lopes Erthal, UFF

Editores de Seção

Carolina Pavese, UERJ

João Renato Lima Paulon, UFF

Luís Henrique Coutinho Magalhães, UFF

Samuel Araújo Costa, UFF

Sarah Rezende Pimentel Ferreira, UFF

Editores Executivos

Guilherme Doutel de Andrade Bártholo, UFF

Ivan Tegli, UFF

Juan Ignacio Assandri, UFF

Maria Paula Santos Ferreira, UFF

Nicholas de Souza Manhães, UFF

Editores de Texto

Júlia Machado Monteiro, UFF

David Carneiro Dourado, UNIRIO

Luisa Coutinho da Costa, UNIRIO

Editor de Comunicação e Design

Felipe Nascimento Gallito Nel, UFF

Contato

Instituto de Estudos Estratégicos - INEST Universidade Federal Fluminense – UFF Campus do Valonguinho – Alameda Barros Terra, S/N – 2º andar. Centro – Niterói – RJ CEP. 24020-150

e-mail: revistahoplos@gmail.com



SUMÁRIO

EDITORIAL	1
------------------------	----------

A ATUALIDADE DO CONCEITO DA GUERRA A PARTIR DE UMA COMPARAÇÃO ENTRE HOBBS E CLAUSEWITZ

Lucas Moreira	4
---------------------	---

POR QUE “APARTHEID”? “ISRAEL” NOS RELATÓRIOS HUMANITÁRIOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PALESTINA

Caio Fábio Sampaio Porto	25
--------------------------------	----

A RETÓRICA DA AMEAÇA: ENTENDENDO A SECURITIZAÇÃO DOS EUA DO PROGRAMA NUCLEAR DO IRÃ

Marcos André Costa Fortunato	48
------------------------------------	----

CRISE DO CAPITAL, ASCENSÃO NEOFASCISTA E AS NOVAS MODALIDADES DE GUERRA

Fellipe Souza Sena	69
--------------------------	----

A POLÍTICA EXTERNA CAZAQUE NOS GOVERNOS NAZARBAYEV E TOKAYEV (1991-PRESENTE): AUTONOMIA VIA THIRD NEIGHBOUR OU BALANÇA DE PODER?

Guilherme G. da Conceição, Paulo V. F. Oliveira, Frederico T. S. da Silva	90
---	----

A INFLUÊNCIA DAS CULTURAS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Nathália P. L. dos Santos, Oberty Coronel, Osvaldo Alencar Billig	114
---	-----

RESENHA

ANDREWS, KEHINDE. A NOVA ERA DO IMPÉRIO: COMO O RACISMO E O COLONIALISMO AINDA DOMINAM O MUNDO

Enzo Menucci	129
--------------------	-----

EDITORIAL

Hóplon era o nome de um grande escudo feito de bronze e madeira, utilizado pelos hoplitas, grupos de cidadãos-soldados na Grécia Antiga que lutavam em formação de falange, isto é, lado a lado, formando uma sólida parede de escudos que se opunha ao avanço dos inimigos, um tipo de formação que se mostrou parte essencial de várias táticas de combate de grande sucesso para as forças militares gregas e representou uma inovação de considerável impacto para a época. Hoje em dia, a atuação dos hoplitas pode ser compreendida como uma representação de duas grandes realizações que a cultura da Grécia Antiga legou à história: a união dos cidadãos na luta pelos seus direitos e a disciplina no treinamento, organização e engajamento das suas forças, buscando aproveitar da melhor maneira possível os recursos existentes.

O nome da Revista Hoplos surgiu como uma metáfora desta união, representando o esforço organizado de um pequeno grupo de estudantes comprometidos com a luta pela livre difusão do conhecimento de qualidade. Trata-se de uma iniciativa que busca contribuir para um objetivo maior: o engrandecimento do nosso povo e do nosso país através de uma educação livre, plural e acessível a todos. Neste sentido, o termo "hoplos", que remete às armas utilizadas pelos hoplitas, expressa o desejo de superar os desafios de uma grande batalha em prol do bem comum, mesmo estando em desvantagem perante aos seus adversários.

A Revista Hoplos teve um início modesto, inicialmente avançando graças à camaradagem entre seus membros e o apoio constante do INEST, instituição que nos abriga. Com o passar do tempo, contudo, alcançou progressos cada vez mais significativos. Como resultado do esforço e dedicação das equipes editoriais anteriores, a Hoplos ampliou gradualmente seu corpo de colaboradores, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, elevando, assim, o nível da publicação até conquistar a classificação B1 na avaliação da CAPES referente ao último quadriênio (2021-2024).

A equipe atual, renovada em participantes, mas tão motivada quanto as anteriores para continuar neste caminho de aprimoramento contínuo, trabalhou intensamente no final de 2025 e também durante as férias de 2026 para realizar modificações importantes na estrutura organizacional e operacional da revista. Mudanças estas que visam não apenas um melhor atendimento aos nossos leitores, autores e pareceristas, mas também a viabilização de um projeto de expansão nacional e internacional na atuação do periódico.

A presente edição marca o início de uma nova fase para a revista com a entrada em operação de um site totalmente renovado, mais responsivo e verdadeiramente capaz de oferecer um funcionamento em regime contínuo. Também inaugura um projeto editorial mais dinâmico e alinhado às demandas

contemporâneas da produção acadêmica. Superando um período de interrupção forçada, decorrente de diversos problemas técnicos, a Hoplos retoma suas atividades mais fortalecida e bem estruturada, beneficiando-se de um processo abrangente de revisão nas suas práticas, métodos e processos com o objetivo de se tornar ainda mais relevante à pesquisa brasileira.

Desta forma, a editoria atual dá continuidade à tradição da revista de refletir sobre os conflitos hodiernos sob uma perspectiva crítica e inovadora, apresentando, nesta edição, um conjunto diversificado de contribuições que dialogam diretamente com temas centrais do pensamento estratégico e das Relações Internacionais. Os trabalhos aqui selecionados reafirmam a vitalidade do campo e refletem uma pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas, essenciais à compreensão de fenômenos contemporâneos.

O artigo "A atualidade do conceito da guerra a partir de uma comparação entre Hobbes e Clausewitz" revisita o conceito de guerra a partir de uma análise comparativa entre as formulações clássicas de Hobbes e Clausewitz. Ao explorar a permanência e os limites dessas concepções frente às transformações tecnológicas e geopolíticas do século XXI, o texto oferece uma reflexão instigante sobre a atualidade dos marcos teóricos tradicionais e sua capacidade de adaptação às novas dinâmicas dos conflitos, questões cada vez mais presentes diante da complexidade e diversidade de atores que caracterizam os conflitos mais recentes.

O artigo "Por que *Apartheid*? Israel nos relatórios humanitários de Organizações da Sociedade Civil palestina" aborda o uso do enquadramento do *Apartheid* por organizações da sociedade civil palestina, destacando seu papel como ferramenta analítica e política. Ao articular diferentes dimensões da violência e inserir o debate em redes transnacionais de ativismo, o trabalho contribui para uma compreensão mais ampla das estratégias discursivas e epistemológicas mobilizadas na defesa da causa palestina em meio a um conflito devastador que se arrasta por mais de dois anos.

Na sequência, o artigo "A Retórica da Ameaça: Entendendo a Securitização dos EUA do Programa Nuclear do Irã" analisa a maneira pela qual as questões associadas ao programa nuclear iraniano foram apresentadas na mídia pelo governo estadunidense durante a administração de George W. Bush. A partir da Escola de Copenhague e da análise crítica do discurso, o texto demonstra como narrativas políticas são capazes de construir ameaças e legitimar medidas excepcionais, reforçando o papel da linguagem na configuração da ordem internacional e na intensificação de práticas de violência contra governos de países soberanos.

O artigo "A guerra a serviço do capital: uma atualização na perspectiva dos conflitos neoliberais" propõe uma leitura crítica da guerra contemporânea como instrumento do sistema financeiro

internacional, especialmente no contexto mais recente. Ao examinar casos na América Latina, como o Peru e o Rio de Janeiro, o estudo evidencia como políticas de segurança e dinâmicas econômicas globais produzem formas persistentes de violência e controle sobre populações marginalizadas, com consequências altamente perniciosas e contrárias àquelas com que estas políticas públicas, muitas vezes, são apresentadas e justificadas perante à sociedade.

O artigo "A Política Externa Cazaque nos Governos Nazarbayev e Tokayev (1991-presente): Autonomia via *Third Neighbour* ou Balança de Poder?" desloca o olhar para a Ásia Central ao investigar a política externa do Cazaquistão desde sua independência. Ao analisar as estratégias adotadas entre a busca por autonomia e as pressões exercidas por potências regionais como Rússia e China, o trabalho propõe reflexões oportunas e bem atuais sobre os desafios enfrentados por Estados que operam em contextos geopolíticos complexos e altamente competitivos.

Já o ensaio desta edição, "A influência das culturas nas negociações internacionais", discute a maneira como as grandes tradições sociais afetam as negociações internacionais, enfatizando a contribuição da antropologia para a compreensão das dinâmicas interculturais. Ao destacar a importância da sensibilidade cultural, o texto aponta caminhos para práticas mais eficazes e colaborativas em um mundo cada vez mais interconectado e conflituoso.

Por fim, a resenha da obra "A nova era do império: como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo", de Kehinde Andrews, oferece uma análise crítica sobre a persistência das estruturas de poder racializadas no sistema internacional. A resenha enfatiza a maneira com que a Teoria Crítica da Raça, apresentada na obra, provoca reflexões relevantes sobre as continuidades do colonialismo e do imperialismo na contemporaneidade.

Esperamos que esta edição, reafirmando nosso compromisso com a produção e a disseminação de conhecimento crítico, plural e socialmente relevante, contribua para o aprofundamento dos debates atuais e inspire novas investigações, fortalecendo o diálogo acadêmico em suas múltiplas dimensões.

Boa leitura!



 Lucas Moreira

Mestre em Ciências Militares, pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME/PPGCM) e membro do Minerva – Grupo de Pesquisa em Conflitos, Estratégia e Inteligência. É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e licenciado em Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI).

 DOI: 10.5281/zenodo.19097394

A ATUALIDADE DO CONCEITO DA GUERRA A PARTIR DE UMA COMPARAÇÃO ENTRE HOBBS E CLAUSEWITZ

THE CONTEMPORARY RELEVANCE OF THE CONCEPT OF WAR: A COMPARISON BETWEEN HOBBS AND CLAUSEWITZ

RESUMO: Este artigo realiza uma revisão bibliográfica para comparar e investigar a relevância contemporânea das concepções de guerra de Thomas Hobbes e Carl von Clausewitz, dois importantes teóricos para pensar a guerra. Hobbes entendeu a guerra como uma condição inerente ao estado de natureza, caracterizada pelo medo e pela insegurança, sendo o Estado a única solução para evitar o conflito generalizado. Em contraposição, Clausewitz definiu a guerra como um duelo sangrento, que continua a política por outros meios, atribuindo-lhe um caráter estratégico e instrumental dentro das relações interestatais. Com o surgimento de novas formas de conflito, questiona-se a pertinência dessas concepções clássicas. O estudo demonstra que, apesar das mudanças no cenário bélico contemporâneo, ambas as abordagens permanecem relevantes, ainda que necessitem de adaptações para abranger as transformações tecnológicas e geopolíticas atuais. Dessa forma, o trabalho busca contribuir para o debate sobre a evolução do conceito de guerra ao adaptar as teorias clássicas às transformações tecnológicas e geopolíticas do século XXI, oferecendo novas perspectivas sobre os conflitos modernos.

Palavras-chave: Hobbes; Clausewitz; Conflitos contemporâneos; Guerra.

ABSTRACT: This article conducts a literature review to compare and investigate the contemporary relevance of the conceptions of war held by Thomas Hobbes and Carl von Clausewitz, two key theorists in the study of war. Hobbes understood war as an inherent condition of the state of nature, characterized by fear and insecurity, with the State being the only solution to avert widespread conflict. In contrast, Clausewitz defined war as a bloody duel, a continuation of politics by other means, attributing to it a strategic and instrumental character within interstate relations. With the emergence of new forms of conflict, the pertinence of these classical conceptions is called into question. The study demonstrates that, despite changes in the contemporary warfare landscape, both approaches remain relevant, though they require adaptations to encompass current technological and geopolitical transformations. In this way, the work seeks to contribute to the debate on the evolution of the concept of war by adapting classical theories to the technological and geopolitical transformations of the 21st century, offering new perspectives on modern conflicts.

Keywords: Hobbes; Clausewitz; Contemporary conflicts; War.

1. Introdução

A guerra é um fenômeno recorrente nas sociedades humanas, assumindo formas cada vez mais complexas e multifacetadas no século XXI. Raymond Aron (2002) ressalta que “a guerra é de todas as épocas e de todas as civilizações” (2002, p. 219). Dentre os teóricos clássicos que influenciaram a reflexão sobre guerra, destacamos Thomas Hobbes e Carl von Clausewitz, cujas concepções da guerra continuam a ser amplamente debatidas e reinterpretadas.

Hobbes, em sua principal obra *Leviatã* (1651), concebeu a guerra como uma condição natural e psicológica do ser humano, ocasionada por um “estado de natureza” e motivada pela insegurança e desconfiança mútua. Em contrapartida, Clausewitz, em *Da Guerra* (1832), definiu a guerra como um duelo violento, enfatizando seu caráter racional e instrumental dentro das relações interestatais. Essas visões contrastantes refletem diferentes paradigmas sobre a guerra em diferentes contextos e épocas.

A escolha desses dois teóricos que pensaram a guerra, dentre a vasta literatura sobre o tema, não é fortuita, tampouco inédita. Não é incomum observarmos debates que buscam revisitar suas perspectivas como bases para análises de conflitos modernos, como veremos adiante. Da mesma forma, não é incomum que haja algumas confusões acerca do conceito da guerra que ambos elaboraram: a guerra em Hobbes geralmente aparece como um conceito quase anárquico, utilizado para explicar a constante relação bélica entre os Estados Modernos, e a guerra em Clausewitz aparece como uma simples continuidade ou extensão da política. Este artigo inicia criticando como estas interpretações podem representar entraves metodológicos e analíticos sobre o estudo da guerra.

Além de contextos espaciais e temporais diferenciados, Hobbes e Clausewitz visualizaram a guerra de maneira epistemologicamente diferentes. O inglês se concentrou numa perspectiva mais abstrata e psicológica, voltada para uma espécie de “natureza humana”, tipicamente hostil. O Estado em guerra é, portanto, uma ampliação desta natureza moral individual. Por outro lado, o militar prussiano, veterano de batalhas, observou a guerra através de um olhar cultural e político, como um meio específico no qual grupos sociais podem alcançar seus interesses. Neste sentido, o Estado em guerra é uma unidade política que empreende forças e visa alcançar certos interesses através do duelo em campo.

Assim, o artigo buscou entender como essas perspectivas, marcadas por diferenças fundamentais, podem ou não contribuir, ainda, para a compreensão da realidade das guerras

contemporâneas, marcadas por transformações profundas que não foram observadas pelos teóricos em suas respectivas épocas.

Para tanto, o artigo foi dividido em quatro momentos: o primeiro trata da concepção de Hobbes sobre a guerra e porque é importante considerar uma dualidade em seu conceito; o segundo explora a perspectiva de Clausewitz sobre a guerra e uma crítica em relação a guerra como política; no terceiro, discutimos como as transformações contemporâneas no cenário dos conflitos desafiam ou reafirmam as perspectivas clássicas desses autores. Assim, apresentamos algumas reflexões sobre a validade desses conceitos para o entendimento da guerra na atualidade. Por fim, apresentamos algumas considerações finais, sintetizando a discussão apresentada.

2. A dualidade da guerra em Thomas Hobbes

Ao analisar o pensamento hobbesiano, Renato Janine Ribeiro argumenta que “toda a filosofia hobbesiana passa pelo trilho do medo” (1984, p. 14). Segundo Ribeiro, o filósofo inglês escreveu, em sua autobiografia, que, ao nascer, sua mãe pariu gêmeos, ele e o medo (RIBEIRO, 1984). A constatação de Hobbes de que o “medo” o acompanhou desde o início de sua vida se deu porque, no ano de seu nascimento, em 1588, a Espanha, sob o poder de Felipe II, ameaçou com a Armada Invencível realizar uma invasão marítima em massa a Inglaterra¹. Assim, o pensamento hobbesiano é atravessado pela instabilidade política europeia do século XVI e XVII.

Por outro lado, a filosofia política de Hobbes também foi influenciada pelos modelos mecânicos de causalidade da época: para ele, as causas que determinam o comportamento humano, individual e coletivamente, são leis causais e mecânicas (YAKIRA, 1994). Em *O Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, Hobbes recusa o modelo político aristotélico de que o Estado é uma ampliação natural da moralidade privada e individual, e entende que a essência deste confunde-se com a sua história de formação, ou seja, sua natureza é artificial e está diretamente relacionada com as razões sociais pelas quais ele foi gerado (*Ibid.*).

¹ Composta por cerca de 130 navios e milhares de soldados, a Armada Invencível foi uma frota naval espanhola enviada pelo rei Filipe II em 1588 com o objetivo de invadir a Inglaterra e depor a rainha Elizabeth I. A expedição enfrentou forte resistência da marinha inglesa, além de tempestades severas. A combinação desses fatores resultou na derrota da Armada, marcando um declínio do poder marítimo espanhol e a ascensão da Inglaterra como uma das principais potências navais da época.

As razões para a criação do Leviatã, isto é, de um corpo político artificial, encontram-se na animosidade humana representada na noção de “estado de natureza” e, por conseguinte, numa definição específica da “guerra”. Em sua abordagem, a ideia de guerra, inicialmente, não se restringe apenas ao confronto armado, mas a uma situação contínua de insegurança e medo. Ele afirma que “a guerra consiste não apenas na batalha ou no ato de lutar, mas em todo o tempo em que há a vontade suficientemente conhecida para tal” (HOBBS, 2003, p.109).

Aqui encontramos um elemento central do pensamento hobbesiano: o conceito da guerra como parte de um estado natural e individual dos seres humanos. Hobbes (2002) entendeu a guerra como uma manifestação inerente à natureza humana, caracterizada pela violência, desconfiança e hostilidade. Nesse sentido, somente a constituição de uma sociedade política poderia conter esta condição internamente.

Segundo o autor, a “garantia natural” que concede a todos os indivíduos o direito irrestrito sobre todas as coisas gera, também, constantes conflitos de interesses, os quais frequentemente resultam no uso da violência como forma de resolução. Diz ele: “embora qualquer homem possa dizer, de qualquer coisa, ‘isto é meu’, não poderá porém desfrutar dela, porque seu vizinho, tendo igual direito e igual poder, irá pretender que é dele essa mesma coisa” (HOBBS, 2002, p. 33).

O Estado, ou o Leviatã, surge como uma estrutura política destinada a restringir as liberdades individuais, impedindo que a vontade de um indivíduo se imponha sobre os demais (HOBBS, 2003). No entanto, Hobbes argumenta que, apesar da possibilidade de existir essa regulação dentro de uma sociedade, as relações entre os Estados continuam sem nenhum tipo de regulação, o que pode nos levar a supor uma espécie de “estado de natureza entre Estados”, fazendo da guerra um fenômeno inevitável.

Existe, portanto, uma espécie de contradição que nasce na concepção do Leviatã e sua relação com a guerra: ao mesmo tempo em que o Estado é um meio para escapar da fatídica “guerra de todos contra todos”, isto é, das relações conflituosas dos indivíduos em estado de natureza, ele porta-se, também, como uma estrutura de defesa destes indivíduos, no qual a guerra desempenha um papel importante.

Ao se referir às atribuições do soberano, tomando-o como a representação do Estado, Hobbes afirma que qualquer “soberano tem o mesmo direito, ao procurar a segurança de seu povo, que qualquer homem privado precisa ter para conseguir a segurança de seu próprio corpo”

(HOBBS, 2003, p. 118). Em outras palavras, o Estado seria uma comunidade política pacificada internamente capaz de realizar a guerra com outras comunidades semelhantes².

No entanto, parece-nos um equívoco compreender a relação entre os Estados como um simples tipo de “estado de natureza”, uma vez que Hobbes o atribui aos indivíduos em estado isolado, motivados por características humanas psicológicas, pelos conflitos de interesses individuais “ [...] e movidos por uma liberdade quase absoluta.”. Da mesma forma, o conceito da guerra entre comunidades políticas não pode servir como uma simples extensão da “guerra de todos contra todos”, como comumente se faz em muitas análises acadêmicas sobre o conceito da guerra. Essa aproximação desconsidera que a noção de “estado de natureza” de Hobbes se refere à uma condição *a priori* dos seres humanos³, no qual o medo e a hostilidade se tornam as principais razões para a existência constante de ameaças. Por outro lado, o Estado é uma comunidade *a posteriori*, artificialmente formada para eliminar as ameaças inerentes ao estado de natureza humana.

Existe, portanto, uma dualidade no conceito da guerra em Hobbes: ora se refere à uma condição psicológica, inerente a natureza humana, ora se refere a possibilidade de conflito armado ôntico entre comunidades políticas. Sua atenção é dada, sobretudo, à primeira perspectiva.

Neste sentido, o Estado é uma criação humana artificial que tem como objetivo eliminar um “estado de possibilidade de guerra” entre seus membros, ao passo que se vale da guerra enquanto conflito armado em curso para a proteção destes membros. Destaca-se, portanto, que este “estado de guerra” não é uma guerra armada, propriamente dita, mas uma constante possibilidade de irrupção de uma guerra real. Portanto, a “guerra de todos contra todos” não é uma espécie de guerra civil, uma vez que não se refere a um conflito armado em andamento ou existente. Sobre isso, ele explica:

[...] não haverá como negar que o estado natural dos homens, antes de ingressarem na vida social, não passava de guerra, *e esta não é uma guerra qualquer*, mas uma guerra de todos contra todos. Pois o que é a guerra, senão aquele tempo em que a vontade de contestar o outro pela força está plenamente declarada, seja por palavras, seja por atos? (HOBBS, 2002, p. 33, grifo nosso).

² Hobbes ainda destaca a probabilidade de existir ligas (ou associações) entre os Estados (soberanos), e que podem ser positivas, em alguns aspectos. Por outro lado, entende como nocivas as ligas entre súditos, pois estas fragmentam a autoridade do soberano e dificultam os interesses comuns. Ver: Hobbes. *Op cit.* 2023.

³ No primeiro capítulo de O Leviatã, Hobbes discorre sobre as sensações possibilitadas pelos órgãos sensoriais do corpo humano, e reconhece nelas um meio pelo qual os indivíduos assimilam suas realidades. Além disso, nos capítulos seguintes, aborda a memória e a imaginação como outros elementos importantes neste processo. É, portanto, a sensação de medo, armazenada enquanto memória, que gera a imaginação da ameaça, e que se materializa na possibilidade de antecipação de ataques. Ver: Hobbes. *Op cit.* 2023.

Assim, a guerra em Hobbes se aproxima mais de um estado psicológico e individual do que de um fenômeno concreto de conflito armado. Ainda, encontra na soberania do Estado uma possibilidade de resolução, através do controle das liberdades individuais, garantindo, assim, algum tipo de estabilidade e confiança mútua entre os indivíduos dentro de uma comunidade política. No entanto, uma vez que o objetivo do Estado se torna a proteção dos indivíduos que o compõem, é inevitável pensar a guerra enquanto um conflito armado entre soberanos.

Para esta tarefa, isto é, pensar o estado de natureza hobbesiano nos conflitos entre Estados, é preciso considerar duas questões importantes: primeiramente, Hobbes não desenvolve, em sua perspectiva, uma relação “internacional”. Embora sugira que o soberano se encontre em situação semelhante ao estado de natureza humano, assumir esta premissa de forma elementar seria o mesmo que desconsiderar a artificialidade do soberano e retomá-lo ao modelo das relações privadas aristotélicas. Isto é, o Estado seria uma unidade artificial que existe em condição “natural” com os outros Estados. Para evitar essa incoerência, além de utilizar o “estado de natureza” como uma simples “metáfora” das relações internacionais, vale a pena compreender que o foco da análise hobbesiana reside nas relações internas de um corpo político. As relações entre Estados, no entanto, estão sujeitas a questões que extrapolam as dinâmicas internas, saindo de uma lógica de controle, responsabilidade e proteção, para uma lógica de acordos, cooperação e estabilidades.

Assim, outro aspecto importante ao se considerar o uso da concepção de Hobbes sobre a guerra é que a relação entre Estados reside numa dimensão inteiramente política e cultural, e não moralista. Tratados, acordos, armistícios e quaisquer outros tipos de interações entre Estados, não pertencem ao moralismo particular. Quer dizer que a guerra entre Estados não é produto de um simples “estado natural”, mas o resultado de um tipo de relação política e, até mesmo, antropológica, entre diferentes agrupamentos humanos.

3. “A guerra como continuação da política?” O conceito da guerra em Clausewitz

Numa clássica definição de Clausewitz, a guerra é um duelo, em grande escala, cujo propósito imediato é a derrota do inimigo. Assim, ela “[..] é um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 75) através da violência e derramamento de sangue (*Ibid.*). Ainda, ele a qualifica como uma continuação da política por outros meios (CLAUSEWITZ, 2003). Sobre essas considerações, diz ele:

Concluimos, portanto, que a guerra não pertence ao domínio das artes nem ao das ciências. Ela é mais precisamente parte da existência social do homem. A guerra é um *conflito de grandes interesses*, que é *resolvido através do derramamento de sangue* - que é a única maneira pela qual ela difere de outros conflitos. Em vez de compará-la a uma arte, deveríamos compará-la com maior precisão ao comércio, que também é um conflito de interesses e de atividades humanas e que está ainda mais próximo da política que, por sua vez, pode ser considerada uma espécie de comércio em maior escala. A política é, além do mais, o útero em que se desenvolve a guerra - onde os seus contornos já existem na sua forma rudimentar, como as características de criaturas vivas em seus embriões (CLAUSEWITZ, 2003, p. 165, grifos nossos).

A partir dessas definições, podemos observar como seu conceito se difere da ideia de guerra em Hobbes: para o prussiano, a guerra é vista como uma ação racional e organizada, portanto, um fenômeno político e cultural, ao passo que para o filósofo inglês, a guerra beira uma irracionalidade motivada pela sensação de medo e insegurança.

Tal como Hobbes, o militar desenvolveu seu conceito da guerra a partir de um contexto muito específico. Nascido em 1780, na Prússia, Clausewitz vislumbrou duas grandes revoluções na Europa: a francesa e a industrial. A primeira, de natureza política e intelectual, reconfigurou os modelos sociais, políticos e culturais em todo o continente, influenciando, inclusive, o modo de pensar e fazer a guerra. Pichichero (2017) argumenta que o Iluminismo teve grandes influências no exército francês, tornando a guerra mais racionalizada e, ao mesmo tempo, mais filosófica. Além disso, a Revolução Francesa inaugurou uma série de novas ideias, como o cidadão e a nação, que serviram como combustíveis ideológicos para mobilizar um grande número de homens para o campo de batalha.

A Revolução Industrial, por outro lado, trouxe as novas tecnologias para os conflitos armados. Não somente, aqueceu a economia europeia e consagrou o modelo capitalista na Inglaterra e depois em todo continente. Assim, as duas revoluções encerraram o sistema social da aristocracia e o modelo de produção feudal. Clausewitz, portanto, observou esses processos de perto, desde a ascensão de Napoleão até sua derrota, bem como a estruturação dos Estados Nacionais e a transição de exércitos reais para exércitos nacionais. Todos esses acontecimentos serviram para que ele chegasse às suas interpretações sobre a guerra (PASSOS, 2022).

De modo geral, Clausewitz percebeu que havia um papel político e cultural na guerra. Diferente de Hobbes, ele entendeu a guerra como um instrumento político utilizado pelos Estados para alcançar seus objetivos, quando estes se chocam entre si. Assim, a guerra não é uma ampliação da animosidade humana em grande escala, mas é produto de rivalidades de interesses entre grupos políticos, organizados em Estados. Aqui cabe destacar que, se noutro momento, esses interesses eram os de uma aristocracia militar e cortesã, após a Revolução Francesa, Clausewitz pôde observar o peso dos interesses “nacionais”, jogados na balança e no

campo de batalha (CLAUSEWITZ, 2003). No entanto, para além da guerra como um mero instrumento para atingir interesses, o militar prussiano elaborou um conceito próprio da guerra.

Influenciado pelo idealismo alemão (PARET, 2003), o conceito da guerra proposto por Clausewitz é construído a partir da oposição de duas perspectivas, uma idealista e outra prática. Neste sentido, ele apresentou duas maneiras para se entender o fenômeno da guerra: primeiro, através de sua definição ideal, ou pura. Nesta visão, o conceito da guerra parte de uma ideia geral sobre os seus fins, isto é, ela se realiza quando o inimigo é forçado, através da violência, a se submeter à vontade do outro, ainda que isso represente a aniquilação absoluta das forças inimigas no campo de batalha (CLAUSEWITZ, 2003). Mas essa definição desconsidera uma série de influências externas, que ele reconhece em sua outra abordagem.

A segunda abordagem sobre a guerra considera uma tendência de escalonamento dos eventos, no qual a guerra sempre sofre transformações, muitas vezes, imprevisíveis. Aliás, uma das grandes contribuições desta abordagem para a compreensão do fenômeno bélico foi considerar os eventos imprevisíveis da guerra, que a torna limitada em muitos aspectos, tanto políticos, quanto econômicos e morais. A separação entre uma guerra pura e uma guerra real é meramente metodológica, uma vez que, no campo de batalha, existem tanto aspectos propriamente de natureza militar, isto é, o objetivo de aniquilação total do inimigo através do uso devido da violência, quanto políticos, representados pelas razões nas quais se realizam o embate.

Portanto, a guerra não é, meramente, a continuação da política por outros meios. Schmitt (2008) reconhece um equívoco persistente de muitos teóricos na interpretação desta definição clausewitziana. Segundo ele, a guerra tem seus próprios pontos de vista, com suas próprias regras, táticas e estratégias, o que pertenceria a definição ideal de Clausewitz. De fato, embora reconheça seu papel e sua natureza social e política, o conceito da guerra de Clausewitz enquanto duelo é restrito ao campo de batalha. Seu ineditismo, no entanto, está no fato de que ele não restringe as influências e os resultados da guerra somente a esta dimensão.

Podemos observar essa imbricação de elementos sociais, políticos, culturais e militares em sua teoria da trindade. Segundo ele, o fenômeno da guerra pode ser explicado a partir de três elementos: a paixão, ou o povo; a incerteza, ou os exércitos; e, por fim, a razão, ou o Estado (CLAUSEWITZ, 2003). Nota-se, portanto, um elemento social, representado pela mobilização de um povo; um elemento militar, representado pelas estratégias e comandos militares, bem como imprevisibilidades e as limitações humanas; e um elemento político, representado pelo

Estado, responsável pela *razão* da guerra, tanto num sentido de lhe atribuir um objetivo e delimitar.

Em suma, Clausewitz atribui, ao fenômeno da guerra, uma natureza real, baseada em interesses de uma coletividade que se confronta, em contraste a compreensão hobbesiana de guerra enquanto um estado psicológico e individual. Além disso, ele apresenta um conceito da guerra fortemente calcado numa dinâmica entre Estados: é um duelo violento cujo objetivo primeiro, e inteiramente militar, é a aniquilação das forças inimigas.

No entanto, esta definição, isolada, não explica o fenômeno bélico. É preciso considerar os aspectos externos ao fenômeno militar propriamente dito. Para tanto, o militar prussiano estudou a guerra em seu contexto, isto é, embora apresente uma definição pura da guerra, Clausewitz entendeu que o fenômeno da guerra só pode ser compreendido em totalidade a partir da relação de diferentes aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e, até mesmo, morais.

4. Hobbes e Clausewitz: os clássicos ainda podem ser modernos?

De acordo com Tilly (1996), a guerra fez os Estados, e vice-versa. Ironicamente, e com ressalvas⁴, esta noção concorda, ao mesmo tempo, com o conceito da guerra hobbesiano e clausewitziano, uma vez que supõe que a formação dos Estados se deu pela realidade belicosa das sociedades geograficamente ocidentais, e que a existência dos Estados gera uma realidade belicosa. O sociólogo reconheceu, também, que o fenômeno da guerra transformou-se ao longo do tempo, na Europa. Segundo ele, “com o transcorrer do tempo, as guerras europeias tornaram-se mais letais e menos frequentes” (TILLY, 1996, p. 129).

Raymond Aron (2002), por sua vez, compreendeu que essas transformações não ocorreram somente na Europa, e trilha um caminho semelhante ao de Tilly sobre a letalidade dos conflitos, sobretudo, a partir da invenção das armas nucleares. Todas essas observações parecem reafirmar que a guerra é um fenômeno dinâmico, de natureza cultural e política. No entanto, nos fazem questionar os conceitos da guerra apresentados até então.

Isso porque, se considerarmos a definição de Clausewitz, da guerra enquanto um duelo violento entre Estados, corremos o risco de esquecer que o uso da violência também pode ser

⁴ Tilly não sugere um estado de natureza, como Hobbes, e nem atribui a existência das guerras e dos conflitos à uma natureza belicosa do ser humano. Sua abordagem sobre a formação dos Estados modernos se aproxima de uma perspectiva histórica, tal qual Max Weber (1993), na qual processos de coerção possibilitaram que determinados agrupamentos humanos monopolizassem a violência. Ver: TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

utilizado entre comunidades não estatais, característica comum em muitos conflitos atuais. Além disso, o embate entre diferentes Estados pode ocorrer sem derramamento de sangue, como o período pós Segunda Guerra, conhecido como Guerra Fria, exatamente pela ausência de combates sangrentos. Ainda, com as novas tecnologias, outras “modalidades” de conflitos surgiram, como as guerras cibernéticas, ou as guerras econômicas⁵.

É a partir dessas dinâmicas de transformações multifacetadas que surgem novos conceitos como “guerras híbridas”, “guerras irregulares ou assimétricas”, “guerras cibernéticas ou eletrônicas”, por exemplo, para tentar atualizar os conceitos clássicos, buscando uma cismogênese no que seria tais modalidades de guerras e o que seriam as “guerras convencionais”. Cabe, no entanto, questionar se, de fato, essas novas modalidades configuram novas perspectivas sobre a guerra ou apenas são refinamentos dos conceitos clássicos já abordados.

Se considerarmos, por exemplo, que em territórios onde inexistia uma comunidade política consolidada em forma de um Estado, existem constantes conflitos entre grupos armados, eventualmente denominados pela expressão ocidental de “terroristas”, o conceito de guerra hobbesiana torna-se ainda atual, uma vez que a ausência de um Estado soberano favorece o conflito constante entre grupos dentro de um mesmo território.

Somália, Síria, Líbia e o território palestino são alguns exemplos deste cenário. Bertrand Badie (1992), no entanto, atribuiu ao histórico de tentativa de “importação” do modelo político estatal ocidental, a fragilidade da soberania estatal dentro desses territórios, recorrendo frequentemente qualificados como “estados falidos” ou “estados fracassados” (CHOMSKY, 2009). Isto é, não é a falta de consolidação de um Estado soberano que favorece os conflitos internos, mas a tentativa, forçada, de seu estabelecimento.

Por outro lado, a ideia de “guerras cibernéticas”, ou “ciberguerras”, parecem ser dominadas pela condição hobbesiana de um estado de natureza. Isso porque “o ciberespaço é um ‘ambiente’ artificial caracterizado por uma complexa e não centralizada rede de emissões” (GAMA NETO, 2017, p. 2013). A ausência de poderes centralizados no ciberespaço confere

⁵ Torres Filho, ao analisar as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos ao Irã, a partir de 2018, utilizou o termo “bomba dólar” para se referir a esta prática de “sufocamento” da economia local através do monopólio de uma moeda universal para transações econômicas. Esta mesma estratégia foi utilizada para tentar frear a guerra em curso na Ucrânia. Ver: TORRES FILHO, E. T. Sanções contra a Rússia: bomba-dólar, desglobalização e geopolítica. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 21, p. 73-85, 2022.

um caráter “anárquico” a essas relações e, portanto, gera uma constante sensação de insegurança diante da possibilidade de ataques e de espionagem.

Se pensarmos, no entanto, que todas essas categorias de guerras são partes de um escalonamento da guerra convencional, no qual o último estágio é o duelo sangrento, é o conceito da guerra de Clausewitz que ainda nos mantém atualizados. No entanto, é necessário fazer algumas considerações, como admitir que a trindade clausewitziana pode carecer de alguns pilares. No caso dos conflitos no ciberespaço, por exemplo, a paixão, ou o povo, perdem o sentido. Já no caso das guerras dentro de um mesmo território, geralmente reconhecidas como “irregulares”, no qual agrupamentos políticos armados travam duelos violentos entre si, a razão, ou Estado, também carecem de sentido.

Dessa forma, buscamos desenvolver algumas dessas questões a fim de refletirmos sobre como as contribuições de Hobbes e Clausewitz sobre o conceito da guerra podem nos manter atualizados para entender os conflitos modernos.

4.1 Hobbes, Clausewitz, e as “novas guerras” não estatais

No que tange ao pensamento hobbesiano, alguns teóricos realistas das Relações Internacionais, como Morgenthau (2003) e Waltz (2002), costumeiramente assumiram uma noção hobbesiana das relações interestatais. De modo geral, o que se faz é uma espécie de “extensão” do estado de natureza hobbesiano, próprio da relação individual de um convívio pré-estatal, para as relações dos Estados. Isto é, no estado de natureza hobbesiano, os indivíduos são agentes de desconfiança e de antecipação dos ataques, ao passo que na teoria realista, o Estado é quem assume esta figura.

Há, no entanto, uma série de problemáticas epistemológicas que surgem dessa “expansão”, dentre os quais adicionamos outras duas: primeira, que o estado de natureza se refere à uma dimensão individual e psicológica do ser humano, o que torna difícil expandir essas características à uma comunidade política artificial, como um Estado. E segunda que, ao transpor uma condição psicológica aos Estados, sugere-se uma personificação, ou uma “humanização” destas comunidades, uma vez que, no estado de natureza hobbesiano, os indivíduos vivem numa condição psicológica de ameaças constantes, enquanto na teoria realista, os Estados ocupam este lugar de desconfiança.

Não queremos, no entanto, entrar nesta problemática sobre a personificação do Estado, que é uma condição *sine qua non* para qualificar as relações entre Estados como relações de

estado de natureza hobbesiano. Aliás, a única menção que Hobbes faz a uma relação interestatal é de que, uma vez instituído, o Estado deve garantir a vida e a propriedade dos indivíduos, e isso pressupõe uma proteção interna e externa.

Ou seja, o Estado protege os indivíduos dos outros indivíduos do mesmo Estado, e de indivíduos de Estados estrangeiros. Logo, o foco aqui recaiu sobre em que aspectos o dualismo hobbesiano sobre a guerra pode contribuir para pensarmos o conceito da guerra na atualidade. Portanto, para prosseguirmos com Hobbes, abandonamos a ideia de que os Estados vivem num estado de natureza constante, uma vez que esta ideia apresenta algumas problemáticas que não trataremos.

Clausewitz, por sua vez, permaneceu como uma referência mais “flexível”, em especial por sua aproximação entre o conceito da guerra e a política. Ao trazer para o campo de batalha as influências políticas, Clausewitz proporcionou uma noção sobre a guerra mais facilmente adaptativa. Ainda hoje, recorre-se a Clausewitz para interpretar a lógica política dos conflitos armados, adaptando sua obra a contextos cada vez mais complexos. Neste sentido, o exercício de reavaliar a guerra dentro dos novos paradigmas é comum, mas a partir da sua relação com a política.

Segundo Fleming (2016), muitos analistas contemporâneos enxergam em Clausewitz uma estrutura conceitual ainda válida, especialmente com foco em sua trindade da guerra e na articulação entre razão política, emoção coletiva e a imprevisibilidade do combate. Segundo o autor, a abordagem clausewitziana permite pensar a guerra como um fenômeno multifacetado, que não pode ser reduzido apenas à técnica ou ao campo de batalha. Fleming defende que a teoria de Clausewitz continua útil, mas ressalta que, para isso, seja reinterpretada em sintonia com as mudanças nos atores, meios e objetivos da guerra.

Neste mesmo sentido, Strachan e Herberg-Rothe (2007) defendem que o pensamento clausewitziano pode ser revisitado em diferentes campos, como os estudos sobre segurança, relações internacionais e estratégia militar. Eles destacam, ainda, que sua concepção dialética da guerra, como um embate de vontades entre forças políticas, oferece uma lente analítica flexível e robusta diante das complexidades atuais. Assim, tanto Hobbes quanto Clausewitz são revisitados e ainda contribuem para os estudos da guerra. Resta-nos, no entanto, questionar até onde essas atualizações podem ser válidas, considerando as críticas aqui levantadas.

Partiremos, então, de Hobbes e da ideia de que o sistema internacional vive em “estado de natureza”. Para o inglês, esse estado é “solucionado” com a existência de um poder central soberano. Uma vez que este poder é instituído, através de um contrato tácito entre os indivíduos

de um território, as desconfianças e as ameaças são arrefecidas, e as propriedades individuais, como a vida, tornam-se garantidas (HOBBS, 2003). Assim, uma guerra civil não pode ser confundida com a “guerra de todos contra todos”, uma vez que a primeira é um conflito real, cujo grupos políticos de uma mesma ordem política conflituam entre si, ao passo que a “guerra de todos contra todos”, tipicamente hobbesiana, é um estado psicológico de insegurança e ameaças mútuas, devido a um espaço descentralizado de poder.

A partir dessas considerações, a perspectiva hobbesiana de guerra, calcada na noção de “estado de natureza”, pode ser útil para pensarmos a complexidade e a dinâmica dos conflitos modernos e das relações entre Estados? Para isso, cabem algumas considerações sobre as guerras na atualidade. Mary Kaldor (2012) cunhou o conceito de “novas guerras” na tentativa de descrever os conflitos que emergiram a partir do fim da Guerra Fria, marcados por dinâmicas que desafiam os modelos clássicos de guerra somente entre Estados. Segundo sua análise, as novas guerras não envolvem somente exércitos regulares em batalhas bem delimitadas, mas atores diversos, como grupos armados não estatais, milícias locais, mercenários, além de redes criminosas transnacionais que operam em territórios fragmentados e politicamente instáveis.

Essa perspectiva, juntamente com outros conceitos de guerra que surgiram recentemente, como guerras híbridas ou, ainda, guerras irregulares ou assimétricas, parecem apelar para uma espécie de “desordem” nos conflitos atuais. No entanto, desde Hobbes e, até mesmo em Clausewitz, a ideia de guerra é permeada pelas incertezas. Portanto, o que seriam as “desordens” ou as “incertezas” da guerra moderna, não são, necessariamente, as “desordens e incertezas” do estado de natureza hobbesiano. A guerra é, *per si*, um fenômeno que exige uma organização prévia, política, ainda que os espaços na qual ocorram os conflitos militares sejam marcados pela inexistência de regras centralizadas.

Ainda sobre as novas guerras, os conceitos de “guerras assimétricas e irregulares” são muito utilizados para caracterizar essa espécie de “anarquismo” ou “descompasso” que existe nos conflitos modernos. Em geral, as guerras irregulares são parte daqueles conceitos que visam se afastar das explicações baseadas na “guerra convencional”, para tratar de conflitos que envolvem forças não estatais e grupos insurgentes contra “exércitos regulares”, ou estatais. Segundo Creveld (1991), a guerra moderna passou por uma transformação em que os conflitos entre Estados deixaram de ser o padrão dominante, dando lugar a guerras na qual forças armadas estatais enfrentam organizações descentralizadas.

Por outro lado, os conflitos assimétricos se referem às desigualdades entre os atores em confronto, seja em termos de poder militar, recursos econômicos e tecnológicos. Geralmente,

entre atores estatais e não estatais. Para Coker (2017), essa assimetria também afeta o campo simbólico e moral do conflito, uma vez que mobiliza narrativas religiosas, étnicas ou ideológicas para compensar alguma inferioridade material. Assim, a guerra se torna tanto uma disputa física quanto uma luta pelo controle das interpretações e narrativas. Nestes casos, a percepção pública e a legitimidade política são tão determinantes quanto a vitória militar.

De certa forma, a prática da guerra é marcada por muitas incertezas e imbricações. Até o século XIX, por exemplo, não era incomum que forças de diferentes naturezas, militares e não militares, entrassem em conflitos. Revoltas, revoluções, insurgências e até mesmo os processos de independência a partir do século XVII foram marcados por esse tipo de conflitos. Quase todos envolvendo civis, táticas semelhantes às de guerrilha, em território povoado e, sobretudo, marcados por assimetrias de poder. Isso não confere, no entanto, um caráter inédito aos conflitos modernos, tampouco “anárquico”.

Clausewitz tratou das incertezas da guerra não como parte, necessariamente, de um estado de anarquia. E, considerando que um exército moderno é caracterizado por uma relativa confiança mútua entre seus membros, não há espaços epistemológicos para entender as incertezas da guerra como as incertezas do estado de natureza hobbesiano. Igualmente, o inimigo não ataca, ou um Estado não ataca, baseado em incertezas e antecipações individuais, mas em estratégias e lógicas de poder estabelecidas.

Assim, a guerra hobbesiana não é uma boa ferramenta teórica para nos ajudar a entender as incertezas e “desordens” dos conflitos na atualidade, nem mesmo em situações no qual um Estado não consegue ser forte e/ou soberano. Bertrand Badie (1992), por exemplo, mostra como essas situações extrapolam a simplicidade interpretativa de um estado de natureza hobbesiano em situações no qual o poder do Estado é fraco ou inexistente. Segundo ele, sobretudo em países que foram colonizados, a fragilidade política se dá como resultados históricos e políticos da imposição de modelos estatais ocidentais sobre sociedades com formas diferentes de organização (BADIE, 1992). Para Badie, a tentativa de “importação do Estado” ignora a diversidade sociocultural e política local, criando estruturas frágeis e artificiais que não conseguem monopolizar a violência nem gerar legitimidade interna.

Outro exemplo é o de Noam Chomsky (2009), que analisa os chamados “Estados fracassados” como produtos de um sistema internacional desequilibrado, em que as grandes potências utilizam mecanismos econômicos, diplomáticos e até mesmo militares para controlar regiões periféricas. Segundo o autor, muitas vezes esses Estados são deliberadamente mantidos em condições de fragilidade e instabilidade, o que favorece a intervenção externa e a exploração

de seus recursos. Chomsky denuncia, assim, a tendência política adotada pelas potências ocidentais de promover guerras, sob o pretexto de resguardar democracias e manter a paz, mas também de, frequentemente, desestabilizar governos e alimentar conflitos locais (CHOMSKY, 2009).

Tanto Badie quanto Chomsky propõem uma crítica à lógica de organização e dominação internacional que leva ao colapso de Estados. Essa abordagem difere da teoria hobbesiana, que explica o conflito interno pela ausência de um poder comum que possa controlar os indivíduos. Assim, para entendermos os contextos de grandes conflitos modernos, marcados pela fragilidade estatal, outras análises existentes parecem contribuir mais que a simples constatação de um retorno ao estado de natureza hobbesiano.

A guerra entre atores estatais (ou centralizados) e não estatais (descentralizados), além de não ser algo inédito do século XXI, também não expressa um suposto reflexo das relações “anárquicas” entre os Estados modernos. Da mesma forma, não se pode argumentar que as novas guerras, por estarem cada vez menos centradas nas figuras estatais, desafiam o caráter político proposto por Clausewitz. A guerra não deixa de ter seu propósito político quando não é instrumento de um Estado. O propósito político da guerra, em Clausewitz, de fato, aparece enraizado num modelo de interações entre Estados, mas, se analisarmos o que confere o caráter “político” a um fenômeno, perceberemos que Estado e política não são a mesma coisa.

Segundo Schmitt (2008), que analisou política e guerra em Clausewitz, há uma confusão entre Estado e o conceito do político. Para ele, existe um círculo vicioso e indefinido entre político e Estado, expresso numa ideia de que o Estado é algo político e que algo político é algo do Estado. O “Estado”, diz ele, é um *status político* de um tipo de organização de um povo, ao passo que político é uma relação de extrema contraposição, gerando laços de amizade e inimizade. Qualquer contraposição, seja religiosa, moral, econômica ou étnica, transforma-se num fenômeno político quando é capaz de mobilizar os indivíduos a se agruparem entre amigos e inimigos. O fenômeno do político não reside no conflito, que é a guerra propriamente dita, mas na possibilidade real de sua existência. Neste sentido, a guerra é uma manifestação da inimizade política (SCHMITT, 2008).

Não podemos, no entanto, confundir essa “possibilidade real de guerra” com o “estado de natureza” hobbesiano. Embora não seja o foco aqui, vale destacar que esta possibilidade real da guerra diz respeito a uma decisão pública: na guerra, o inimigo é sempre um inimigo publicamente hostilizado, não particular (SCHMITT, 2008). Em Hobbes, a desconfiança causada pela ausência de um poder central gera inimigos particulares aos indivíduos, já Schmitt

destaca que o inimigo clausewitziano é público, e enfrentado coletivamente. Dessa forma, ainda que os conflitos contemporâneos não sejam, única e exclusivamente, travados entre comunidades estatais, isso não retira o caráter político da guerra, mas atualiza o conceito clausewitziano de um duelo entre forças coletivamente organizadas.

Outro exemplo de conceito que busca explicar a guerra atualmente é o de “guerra híbrida”. James Mattis e Hoffman (2005) foram pioneiros em argumentar que a guerra híbrida representa uma nova categoria de conflito, não contemplada pelos modelos tradicionais. Eles destacam que grupos como o Hezbollah, por exemplo, foram capazes de empregar simultaneamente táticas de guerrilha, guerra de informação, mísseis de médio alcance e redes de apoio internacional, desafiando diretamente as lógicas de funcionamento dos “exércitos convencionais”. Esse tipo de guerra aumenta o grau de imprevisibilidade, pois o inimigo pode mudar de tática e de domínio com rapidez e flexibilidade. Em outras palavras, guerras híbridas são guerras de ataques simultâneos de diferentes naturezas.

Da mesma forma que as incertezas das guerras assimétricas ou irregulares não podem ser simplificadas pela explicação hobbesiana, qualificar a falta de regras de ataques ou de ações combinadas, pragmáticas e lógicas no campo de batalha ou nas relações entre atores estatais e não estatais como simples “estado de natureza hobbesiano”, desconsidera todas aquelas questões anteriormente levantadas. No entanto, a ideia de guerra híbrida pode desafiar diretamente os pressupostos da teoria clausewitziana, sobretudo no que diz respeito à identificação dos atores, à definição de objetivos políticos e à mensuração do sucesso militar.

Dado que muitos dos elementos empregados nas chamadas guerras híbridas são ambíguos ou clandestinos, como ataques cibernéticos ou operações de influência, o caráter público e racional da guerra, tal como concebido por Clausewitz, pode ser desafiado. Kaldor (2012), por exemplo, ao abordar as novas guerras, argumenta que elas não buscam alcançar uma vitória decisiva, somente, mas também criar um ambiente de instabilidade permanente. Nessa perspectiva, o conceito clausewitziano de guerra como uma continuação racional da política se mostra insustentável, já que muitos desses ataques podem carecer de objetivos políticos claros ou de uma estrutura estatal que articule suas ações. Por outro lado, a ideia de guerra como fenômeno social, que mobiliza a política, a sociedade e até as emoções, ainda encontra atualidade nessas novas guerras.

Outro aspecto identificado nas novas guerras, e que desafia a lógica clausewitziana de guerra é o que Holmes (2007) chamou de “guerra por procuração”. Desde a Guerra Fria, Estados poderosos utilizam terceiros, como milícias, grupos insurgentes ou governos aliados,

para promover seus interesses estratégicos sem se envolver diretamente (HOLMES, 2007). Assim, a direção política proposta por Clausewitz se torna cada vez mais confusa, bem como difícil de identificar.

No que tange às novas tecnologias no campo de batalha, vale a pena destacar algumas questões relevantes e que podem impactar diretamente os conceitos clássicos de guerra. Segundo nos apresenta Castells (2003), o ciberespaço é um local de fluxos e de comunicação criado por redes digitais, que permite a interação instantânea entre agentes dispersos geograficamente. Gama Neto (2017) soma a esta definição a característica descentralizada e carente de uma autoridade central reguladora. É, portanto, neste cenário de inexistência de autoridades centrais, que o espaço virtual se torna um ambiente de desconfianças mútuas, e quando utilizados para fins bélicos, as incertezas se intensificam. Nesse sentido, em tese, se os indivíduos, no convívio virtual, não estão submetidos à uma força maior, ainda convivem numa realidade tipicamente pré-estatal, semelhante a um estado psicológico de natureza hobbesiana.

Uma vez que o espaço virtual se tornou uma realidade indispensável, tanto para os indivíduos, quanto para os Estados, torna-se indispensável, também, para o exercício da guerra. A ausência de centralização transforma o ciberespaço em um ambiente vulnerável, facilitando ações de espionagem, sabotagem, disseminação de desinformação e ataques a infraestruturas críticas. Neste sentido podemos pensar o ciberespaço a partir da perspectiva hobbesiana. Rid (2012) argumenta que, embora nem toda atividade hostil no ciberespaço deva ser considerada guerra - muitas são atos de sabotagem, crime ou protesto político -, algumas operações cibernéticas podem assumir proporções comparáveis a atos de guerra, sobretudo quando têm como alvo Estados, com objetivos estratégicos e impactos geopolíticos. Assim, o ciberespaço se tornou um campo de disputa estratégica entre Estados e entre Estados e atores não estatais caracterizado por incertezas mútuas (RID, 2012).

No que tange a abordagem clausewitziana, as “ciberguerras” impactam diretamente a ideia de um duelo físico e “sangrento”. Desde a Guerra Fria, visualizamos guerras ocorrendo mesmo sem grandes confrontos diretos, e, com as novas tecnologias, até mesmo sem um exército de soldados organizados. No âmbito das “ciberguerras”, é pouco provável que haja derramamentos de sangue, propriamente dito. Os ataques cibernéticos, uma vez direcionados a sistemas e infraestruturas tecnológicas críticas, não são, em si, duelos sangrentos, ainda que possam causar, eventualmente, algum tipo de prejuízo deste tipo. Rid (2012) questiona justamente se esses ataques podem ser encaixados na definição clausewitziana de guerra, pois

muitas vezes não cumprem os critérios de violência manifesta ou de confronto direto entre forças.

Outro aspecto importante é que, numa “ciberguerra”, não há um “exército” de soldados armados, como num duelo direto. Tampouco exige vantagem militar em termos de homens em combate. Pelo contrário, é uma forma de realizar a guerra muito mais especializada. Não se pode, por exemplo, realizar um alistamento militar em massa para realizar ciberataques. Portanto, o “povo”, da trindade clausewitziana, não se tornaria relevante para este conceito da guerra, por exemplo, exceto como alvos.

Todos esses pontos e críticas apresentados, comparando as características das guerras atuais e os conceitos clássicos, de Hobbes e Clausewitz, nos faz questionar se, de fato, esses novos conceitos formulados para dar conta dos conflitos modernos são novos conceitos de guerra ou apenas adaptações e/ou refinamentos das abordagens clássicas. A partir do que foi abordado neste artigo, não parece que esses conceitos definem a guerra, em si, mas apenas atualizam suas experiências nos últimos séculos, sobretudo no século XXI.

Como foi apresentado, há pouco ineditismo nos conceitos, no que tange ao conceito da guerra, em si. Mas há uma constante atualização no modo de se fazer guerra a partir dessas abordagens. Em outras palavras, a guerra como um confronto entre coletivos, divididos entre aliados e inimigos, permanece sendo o centro da definição. O que se altera, no entanto, é como este confronto pode ser travado ao longo do tempo, considerando aspectos tecnológicos, culturais, políticos e econômicos. Neste sentido, não se pode conceituar a guerra pelos seus meios de realização ou pelos atores que estão em conflito. Logo, “guerras assimétricas ou irregulares”, “assimétricas” ou “ciberguerras” não modificam, em si, o conceito da guerra na atualidade, apenas atualizam as formas e nuances de como a guerra é manifesta.

5 Conclusão

Este artigo investigou a atualidade dos conceitos da guerra de Hobbes e Clausewitz, apresentando que, apesar das transformações no cenário bélico contemporâneo, ambas as abordagens permanecem relevantes, embora profundamente distintas. Hobbes concebeu a guerra como uma condição inerente ao estado de natureza, enfatizando o medo e a insegurança como fatores determinantes para a formação do Estado. Já o conceito clausewitziano da guerra como um duelo sangrento que continua a política, embora criticado por sua visão

estadocêntrica, oferece uma abordagem ainda muito relevante para analisar as motivações, os objetivos e as estratégias dos atores em conflito.

No entanto, a contemporaneidade apresenta novos desafios para a definição da guerra. Novos conceitos como guerras assimétricas e irregulares, guerras híbridas e ciberguerras, indicam que a guerra ultrapassa o modelo clássico de confronto direto entre Estados, assumindo formas mais complexas. Nesse sentido, a perspectiva hobbesiana, ao enfatizar um estado latente de ameaça e insegurança, mantém sua relevância no cenário cada vez mais virtualizado e de conflitos não estatais. Ao mesmo tempo, a visão clausewitziana permanece importante para entendermos o papel dos Estados na formulação de estratégias militares e políticas de defesa, ainda que exija adaptações para abarcar novas dinâmicas de poder.

Dessa forma, as reflexões de Hobbes e Clausewitz permanecem centrais para a teoria da guerra, mas precisam ser complementadas por abordagens contemporâneas que levem em conta a evolução dos conflitos e das tecnologias. A guerra, longe de ser um conceito estático, se transforma constantemente, exigindo revisões teóricas que dialoguem com as realidades emergentes. Assim, este estudo buscou contribuir para o debate sobre a atualidade desses conceitos, reforçando a necessidade de uma análise crítica e interdisciplinar, que busque identificar os elementos de continuidade e ruptura em relação aos modelos clássicos para compreendermos o conceito da guerra no século XXI.

Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Prefácio de Antonio Paim; Trad. Sérgio Bath (1 a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BADIE, Bertrand. **L'État importé**: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique. Paris: Fayard, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Estados fracassados**: o abuso do poder e o ataque à democracia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Penguin UK, 2003.

COKER, Christopher. **Rebooting Clausewitz**: On War in the 21st Century. Londres: Hurst Publishers, 2017.

CREVELD, Martin van. **The Transformation of War**. New York: The Free Press, 1991.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FLEMING, Colin M. **Clausewitz's timeless trinity**: a framework for modern war. Londres: Routledge, 2016.

GAMA NETO, Ricardo B. Guerra cibernética / guerra eletrônica – conceitos, desafios e espaços de interação. **Revista Política Hoje** - Vol. 26, n. 1, 2017, p. 201-217.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. Tradução, apresentação e notas: Renato Janine Ribeiro - 3a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLMES, T. R. E. Clausewitz and the nature of war. In: STRACHAN, Hew; HERBERG-ROTHE, Andreas (org.). **Clausewitz in the Twenty-First Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars**: Organized Violence in a Global Era. Stanford: Stanford University Press, 2012.

MATTIS, James; HOFFMAN, Frank. Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars. **Proceedings Magazine**, U.S. Naval Institute, v. 132, n. 11, 2005.

MORGENHTAU, Hans J. **A Política Entre as Nações**: A luta pelo poder e pela paz. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

PARET, Peter. Clausewitz. In: PARET, Peter (org.) **Construtores da Estratégia Moderna**: de Maquiavel à Era Nuclear. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003, p. 257-283.

PASSOS, R. D. F. dos. Clausewitz e a dialética Guerra e Paz. **Hoplos - Revista De Estudos Estratégicos E Relações Internacionais**, vol. 6, n. 10, 2022, p. 24-42. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/hoplos/article/view/52543>. Acesso em: 26 de fev. de 2025.

PICHICHERO, Christy. **The Military Enlightenment**: War and Culture in the French Empire from Louis XIV to Napoleon. EUA: Cornell University Press, 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. **Ao leitor sem medo**. Hobbes contra o seu tempo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

RID, Thomas. Cyber War Will Not Take Place. **Journal of Strategic Studies**, v. 35, n. 1, p. 5–32, 2012.

SCHMITT, Carl. O conceito do político. In: _____. **O conceito do político**. Teoria do Partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 19-86.

STRACHAN, Hew; HERBERG-ROTHE, Andreas (org.). **Clausewitz in the Twenty-First Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TORRES FILHO, E. T. Sanções contra a Rússia: bomba-dólar, desglobalização e geopolítica. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 21, p. 73-85, 2022.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria da Política Internacional**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: Duas Vocações. Tradução de Leônidas Hegenberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

YAKIRA, Elhanan. **La causalité de Galilée à Kant**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

Recebido em 28 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 01 de julho de 2025.



Caio Fábio Sampaio Porto

Doutorando em Sociologia (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília). Mestre em Sociologia (2021) e licenciado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Membro do Grupo de Estudos Retóricas do Poder e Resistências (GERPOR/UnB) e do Centro Internacional de Estudos Árabes e Islâmicos (CEAI/UFS). Pesquisa identidade palestina e a atuação de grupos de solidariedade à Palestina no Brasil. Esta pesquisa foi financiada pelo programa de bolsas de doutorado PROEX/CAPES

DOI: 10.5281/zenodo.19095483

POR QUE “APARTHEID”? “ISRAEL” NOS RELATÓRIOS HUMANITÁRIOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PALESTINA

WHY “APARTHEID”? “ISRAEL” IN PALESTINIAN CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS’ HUMANITARIAN REPORTS

RESUMO: Este artigo explora o uso do "enquadramento Apartheid" (Apartheid Framework, AFW) por ativistas e organizações da sociedade civil palestina para classificar e teorizar "Israel" como um regime de Apartheid. A partir de relatórios de Organizações da Sociedade Civil (OSC) palestinas, como Al-Haq, discutimos como o AFW transcende a denúncia do Apartheid ao fornecer uma análise que conecta violências física, estrutural e epistêmica no contexto de uma necrobiopolítica sionista. Em diálogo com teorias sobre poder e violência bem como com a discussão sobre redes transnacionais de ativismo, examino como OSCs palestinas usam o AFW como ferramenta de resistência e de produção de conhecimento para o engajamento internacional com a causa palestina. A compreensão do AFW, concebido por organizações da sociedade civil palestina como ferramenta de produção de conhecimento e de convencimento pró-Palestina, é fundamental para entender as práticas que sustentam o Apartheid israelense e como movimentos pró-Palestina atuam para promover solidariedade.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Apartheid; Israel-Palestina. Redes de ativismo transnacional; Organizações da sociedade civil.

ABSTRACT: This paper explores the use of the "Apartheid framework" (AFW) by Palestinian activists and civil society organizations (CSOs) to, based on Israeli discriminatory policies, frame and theorize it as an Apartheid. Drawing on reports by Palestinian CSOs such as Al-Haq, this paper discusses how the AFW transcends the accusation of Apartheid by providing an analysis that links physical, structural, and epistemic violence within the context of a Zionist necrobiopolitics. In dialogue with theories of power and transnational advocacy networks, I examine the AFW as a tool for resistance and international engagement with the Palestinian cause. Sociological analysis of the AFW as a tool for pro-Palestinian knowledge-making and advocacy is essential to understanding both the practices underpinning Israeli Apartheid and how pro-Palestinian movements work to foster solidarity. Furthermore, this study underscores the framework's capacity to reveal underlying systems of oppression and to stimulate robust global debate on justice and human rights.

Keywords: Social Movements; Apartheid; Israel-Palestine; Transnational advocacy networks; Civil Society Organizations

1 INTRODUÇÃO

“Israel”¹ comete o *crime* de Apartheid contra palestinos (Muhareb *et al.*, 2022a. p.29). Relatórios da Anistia Internacional, Human Rights Watch, da ONG palestina Al-Haq, da ONG israelense B’Tselem e das Nações Unidas (ONU) assim o afirmam, embasados em vasta documentação e anos de investigação² (Shakir, 2021; Anistia Internacional, 2022; B’Tselem, 2021; Muhareb *et al.*, 2022a). Centrais na política de informação (Keck; Sikkink, 1998) do ativismo pró-Palestina contemporâneo, os relatórios foram repudiados pelo governo israelense, que acusou seus autores de antisemitismo e terrorismo (Gross, 2021).

O propósito deste artigo é analisar como a formulação do “enquadramento Apartheid” (*Apartheid framework*, AFW) tem sido utilizada por ativistas e OSCs palestinas como forma de resistir às violências física, estrutural e epistêmica de “Israel” contra palestinos (Keck; Sikkink, 1998; Muhareb *et al.*, 2022a. p. 7). Isso será feito com base em dois relatórios – **Israeli Apartheid: Tool of Zionist Settler Colonialism e Persecution of Palestinian Civil Society: Epistemic Violence, Silencing, and the Apartheid Framework** (Muhareb *et al.*, 2022a, 2022b.) – que sintetizam a posição de algumas das principais OSCs palestinas a respeito do AFW.

A questão de Spivak (2018) segue atual: pode o subalterno falar? Quem o ouve? Entre tantos relatórios, contagens de cadáveres e querelas jurídicas, como estão os pesquisadores palestinos pensando e agindo sobre a própria realidade? Após cinco anos de trabalho de campo junto a organizações palestinas, posso afirmar que o uso do enquadramento de “Israel” como Apartheid é central no ativismo pró-palestino. Assim é, aliás, não apenas pela força do diagnóstico ou pela urgência de denunciar um crime de tal magnitude, mas pelo modo como as organizações palestinas o teorizam.

¹ Por que “Israel” entre aspas? Embora a maioria dos países reconheça Israel e Palestina na região do antigo Mandato Britânico, nas fronteiras de 1967, a realidade no terreno é outra. Um ator coletivo, “Israel”, detém controle *de facto* sobre a totalidade do território. Alguns, (Sahd, 2022) optam por se referir à região como “Israel-Palestina”; outros de “Palestina Ocupada”; já Tel Aviv fala em “Judeia e Samaria”. Os eventos nos relatórios não se restringem às fronteiras de 1967; também não seria correto normalizar “Israel” como único ente estatal do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo, já que o regime não estabeleceu formalmente suas fronteiras e segue se expandindo através de assentamentos ilegais na Cisjordânia e no Golã sírio. Uso aspas para me referir aos **grupos, atores e instituições que, em suas práticas de poder, realizam o autodenominado estado de “Israel” do Rio ao Mar**. Não estou me referindo a um Estado leviatânico antropomorfizado, nem às linhas de um mapa, ou a determinada população, grupo étnico ou religioso.

² John Dugard, Richard Falk, Michael Lynk (2022) e Francesca Albanese (2024) são alguns dos relatores especiais para a situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados de 1967 que, desde 2007, associam Israel ao Apartheid (Falk; Tilley, 2017; Sahd, 2022b).

O ponto de vista dos palestinos merece ser ouvido e discutido seriamente. Por vezes, saberes produzidos por movimentos sociais são desprezados em prol da dita “objetividade” que, amiúde, reflete apenas nossas limitações e preconceitos. Já houve um tempo em que pesquisadoras feministas e do movimento negro eram desacreditadas; a *expertise*³ que ofereciam não teria valor. Hoje, porém, sabemos que todo saber é localizado; sabemos que não existe, em ciência social, a suposta divisão epistemológica entre o *pesquisador-observador-sujeito-neutro* e o *pesquisado-observado-objeto-parcial*. Nosso saber de pesquisador está tão posicionado quanto o do interlocutor. Tais fatos devem orientar a práxis metodológica da ciência social hodierna (Ross *et al.*, 2022).

Por esses motivos, é importante compreender que o Apartheid, mais que acusação moralizante, é categoria de análise do pensamento social palestino⁴. Desde sua concepção, protagonizada por OSCs, acadêmicos e ativistas palestinos e do Sul Global, até suas aplicações práticas nos modos de intervenção na realidade, as interações entre pensamento e ação são centrais para compreender a atuação dos grupos de solidariedade à Palestina em todo o mundo. Para fazê-lo, selecionei relatórios produzidos por duas das principais instituições palestinas: o *Institute for Palestine Studies* (IPS), maior centro do pensamento social sobre Palestina, e *Al-Haq*, a primeira e mais importante ONG de direitos humanos da Palestina.

Assim, em diálogo com uma literatura sobre poder e violência e com a teorização sobre redes transnacionais de ativismo⁵ (Keck; Sikkink, 1998; Braga, 2011; Gomes, 2018), destaco que o enquadramento Apartheid é uma ferramenta para a produção de conhecimento sobre a questão palestina e de convencimento de outros atores para se solidarizar com essa causa. O potencial criativo dos palestinos, aliado à força criativa das redes de ativismo transnacional pró-Palestina e do enquadramento Apartheid, orientam a ação coletiva em um ciclo virtuoso de práxis antirracista que abre caminho para a capacidade de pensar um novo mundo – e o realizar. Compreender a relevância dessas ideias é elemento-chave para entender a práxis de organizações e ativistas palestinos e pró-Palestina.

Este artigo está dividido em duas partes: na primeira, apresento a utilização do termo Apartheid como enquadramento para “Israel”, destacando conexões entre academia,

³ As “contra-expertises” ampliam os horizontes da ciência. Ver Paula (2023).

⁴ Conversei com representantes de Al-Haq, BADIL Resource Center for Palestinian Residency and Refugee Rights, do movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), da Federação Árabe-Palestina do Brasil (FEPAL), entre outras organizações palestinas. Todos destacaram o Apartheid como ponto central tanto de seu entendimento dos eventos quanto das formas de resistir e convencer pessoas a apoiar a causa palestina. Assim, qualquer interessado deve considerar que é assim que os oprimidos tem teorizado a própria opressão.

⁵ Sobre TAN pró-Palestina, ver Gomes (2018).

movimentos sociais e sociedade civil descritas nos relatórios de Al-Haq e IPS. Na segunda parte, trato das violências físicas, estruturais e epistêmicas e das causas-raiz destas violências nos relatórios selecionados, discutindo as implicações do uso do AFW na produção de conhecimento e na orientação de práticas de resistência. Discuto ainda como a categoria Apartheid proposta pelos relatórios ajuda a pensar tais violências como parte de um conjunto, de um projeto coerente. Proponho que a necrobiopolítica (Bento, 2018) do Apartheid israelense é instrumental para a gestão e gerência (Souza Lima, 2000. p. 16) da biopolítica (Foucault, 2010) da sociedade colonial israelense e da necropolítica (Mbembe, 2018) da sociedade colonizada palestina.

2 "ISRAEL", UM REGIME DE APARTHEID?

2.1 Diferenciando o Apartheid da África do Sul, o crime de Apartheid e o enquadramento Apartheid.

Quando se fala em Apartheid, a associação imediata é com o regime que, entre 1948 e 1994, submeteu África do Sul e Namíbia a uma legislação abertamente racista. A evidente brutalidade africâner fez do Apartheid um termo conhecido, que passaria a ser usado contra políticas de discriminação racial em outros lugares do mundo na forma de uma *crítica por analogia*. Embora o termo tenha surgido em um contexto específico, ele pode se aplicar a outros regimes que cometam o *crime de Apartheid*.

Tipificado em 1973 (Muhareb *et al.*, 2022a), Apartheid é um crime contra a Humanidade descrito no Estatuto de Roma (United Nations, 1998) e na Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid (United Nations, 1973). O Estatuto de Roma adota uma definição contextual do Apartheid; quaisquer crimes contra a Humanidade podem ser enquadrados como tal, caso ocorram no contexto de um regime de opressão e domínio sistemático de um grupo racial sobre um ou outros grupos com a intenção de manter esse regime (United Nations, 1998). Assim, um governo não precisa ser igual ao africâner para cometer o *crime de Apartheid*. Já na Convenção sobre o Apartheid, fala-se em políticas e práticas de segregação racial e discriminação semelhantes às da África do Sul, abordando atos desumanos cometidos com o propósito de estabelecer e manter a dominação de um grupo racial sobre qualquer outro grupo racial e oprimir sistematicamente esses grupos (United Nations, 1973).

A tipificação foi essencial para a resistência antirracista sul-africana. Primeiro porque deu sustentação legal para as campanhas de boicote, desinvestimento e sanções que culminaram na derrubada do regime sul-africano (Braga, 2011. p. 37, 226-227). Segundo, porque afirma a ubiquidade do Apartheid. Em 2024, a pedido da África do Sul, a Corte Internacional de Justiça emitiu opinião consultiva afirmando que “Israel” infringe as normas que proíbem o Apartheid (ICJ, 2024).

Seja por analogia ou tipificação legal, movimentos de libertação e solidariedade à Palestina dentro e fora da academia já conheciam a situação de África do Sul e Namíbia e suas semelhanças com o caso palestino-israelense. Desde 1965 (Sayegh, 1965) se discutem as afinidades entre “Israel” e o Apartheid africâner (Pereira, 2019; Muhareb *et al.*, 2022a. p. 8-9; Greenstein, 2023). Apenas após a virada do século XXI, no entanto, ganha força o uso do AFW para descrever “Israel”. Por quê?

2.1.1 O enquadramento Apartheid.

A origem contemporânea do uso do AFW não está na academia ou nos operadores do Direito Internacional, mas na articulação entre movimentos sociais palestinos e sul-africanos durante a Conferência de Durban, em 2001 (Alves, 2002). Durban foi momento fundacional da troca de táticas e saberes que culminou na adoção do AFW pelos movimentos palestinos (BDS, 2009). O compartilhamento de estratégias de resistência, como o movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), começa ali. Em 2005, o Comitê Nacional Palestino (CNP) surge como aliança mundial de grupos palestinos de todo tipo na luta pelo fim do Apartheid “Israelense”. Logo depois, o CNP funda o BDS e o movimento de Boicote Artístico e Acadêmico – ambos inspirados no sucesso sul-africano (Bakan; Abu Laban, 2009).

Enquadramento não é empilhamento de fatos desagradáveis, analogias, delitos e penas, mas produto intelectual coletivo. É parte da atuação das redes de ativismo transnacional (Transnational Activism Network, ou TAN), sintetizando o uso e produção estratégico e baseado em princípios da informação para atingir audiências, atrair atenção e encorajar a ação (Keck; Sikkink, 1998. p.2). TAN é um grupo descentralizado de atores econômicos, acadêmicos e ativistas voltados à troca e produção de informações pautadas por valores e princípios. Atores-chave podem ser: grupos domésticos e internacionais de pesquisa e ativismo, movimentos sociais locais, fundações, órgãos de mídia, igrejas, sindicatos, intelectuais, organismos

regionais ou intergovernamentais e partes do Executivo e do Legislativo de governos (Keck; Sikkink, 1998).

TAN atua na troca e produção estratégica de informação, desdobrada em táticas políticas: de informação, simbólica, de pressão e de *accountability*. Respectivamente: produzir informação útil e confiável, mobilizar símbolos e valores que sensibilizem a audiência, mobilizar atores mais influentes que a TAN para acolher a demanda e cobrar ação de atores com base nos princípios que dizem defender. (Keck; Sikkink, 1998. p.12). A pressão pode influenciar: definição da agenda; “posição dos Estados em organismos internacionais”; “procedimentos institucionais”; “mudança política de atores-chave”; e “o comportamento do Estado” alvo (Braga, 2011. p.47-48). Relacionando-se com autoridades internacionais e atores engajados, as TAN diluem fronteiras nacionais e criam alternativas de diálogo e de pressão global por transformações locais – especialmente quando o diálogo com autoridades locais é impossível. Esse “efeito bumerangue” produz um retorno de temas da política interna no plano internacional (Ibidem).

O AFW, resultante de colaboração entre concepções diversas de Apartheid e da questão palestina, propõe alternativas de transformação das relações entre “Israel” e palestinos. A seguir, discuto este e outros enquadramentos e os caminhos da TAN pró-Palestina na produção de conhecimento desafiante do regime de verdade (Foucault, 2022) “israelense”.

2.2 Outros enquadramentos e suas contribuições para o AFW

Diversos enquadramentos da questão Palestina coexistem. Há os pró-”Israel”: na “autodefesa”, “Israel” defende a *Civilização Ocidental* do “terrorismo islâmico”; na do “conflito”, ocupantes e ocupados são corresponsáveis pela violência (Zubizarreta, 2018). Não trato delas aqui. Pretendo abordar posições de organizações palestinas; discutirei apenas os enquadramentos de que falam os subalternos quando tentam compreender a própria opressão. Assim, tratarei dos enquadramentos “colonialismo” (*settler-colonialism*), “ocupação militar” e de suas contribuições para o enquadramento Apartheid.

O primeiro critica o colonialismo, defendendo a autodeterminação. Esse enquadramento ganhou força nos anos 1960, com o crescimento do bloco de países não-alinhados, e tem como marco a Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU (United Nations, 1960) que proibiu a subjugação, dominação, exploração e a violação da unidade nacional e integridade

territorial de uma nação por agentes externos, considerando-os elementos do colonialismo (Muhareb *et al.*, 2022a, p.50).

Articulada com princípios do Direito Internacional, a Resolução permitiu a defesa dos direitos dos palestinos na Corte Internacional de Justiça. Pela via legal, a tomada de territórios, a transferência populacional e a política de construção de assentamentos ilegais são denunciadas como parte de uma operação colonial israelense (Muhareb *et al.*, 2022a, p.51).

Na academia, diversos autores sustentam suas críticas a “Israel” a partir da categoria “colonialismo de povoamento”, ou *settler-colonialism*. Sayegh (1965) compreendia o Apartheid israelense como ferramenta colonial. Pappé (2016, 2022) pensa a história de “Israel” como uma operação colonial focada na formação de maiorias demográficas judaicas como condição para a expansão da colonização gradual do território palestino.

Desde 1967, com o controle *de facto* do exército israelense sobre os territórios do Mandato Britânico da Palestina, o enquadramento legal dominante passou a ser o de ocupação militar. Como potência ocupante, “Israel” estaria sujeito às convenções de guerra que proíbem a prática de limpeza étnica, tortura, punições coletivas e arbitrárias contra a população civil ocupada. A entidade se negou a assinar, até 1991, quase todos os acordos que garantiam direitos humanos aos palestinos. Sem a ratificação dos acordos, as regras do Direito Internacional Humanitário – como as Convenções de Genebra – foram as únicas ferramentas de proteção legal aos palestinos vivendo nos territórios ocupados entre 1967 e 1991 (Muhareb *et al.*, 2022a, p.52).

O relatório Al-Haq (Muhareb *et al.*, 2022a) afirma a insuficiência do uso isolado destes enquadramentos. A legislação que rege ocupações militares não criminaliza a ocupação em si, ou mesmo o uso da força para a manutenção da ocupação de territórios já conquistados militarmente. Mais que uma questão legal, chama a atenção a importância das implicações epistemológicas da adoção da “ocupação militar” como enquadramento. Já o *Settler-colonialism*, popularizado por Wolfe (2006), apresenta limites na contemporaneidade (Ajl, 2023).

Aceitar a “ocupação militar” perpetua a fragmentação dos palestinos sob diferentes regimes de ocupação, ao estabelecer a Guerra dos Seis Dias, 1967, como marco temporal dos abusos israelenses. Assim, se normaliza a limpeza étnica e a colonização iniciada em 1948 (Muhareb *et al.*, 2022a, p.53-55.). Mesmo atores comprometidos com a designação de “Israel” como Apartheid estão sujeitos a reproduzir a normalização tácita de “Israel” ao tomar por base

os termos do enquadramento da ocupação⁶. Por isso, Sahd (2022) e Muhareb et al. (2022a) criticam os relatórios que adotam o enquadramento da “ocupação”.

2.3 Enquadramento Apartheid: liberal ou radical?

Por conta das insuficiências dos enquadramentos “colonialismo” e “ocupação militar”, o relatório Al-Haq (Muhareb et al., 2022a) defende aplicar aspectos de ambos complementarmente. O texto sintetiza essa discussão, propondo uma forma específica de enquadrar “Israel” como Apartheid. Principal ONG de Direitos Humanos da Palestina, a organização está desde 1979 em contato com o campo do Direito Internacional e com a academia. Al-Haq dialoga também com diversas OSCs, ativistas e movimentos sociais solidários à causa palestina ao redor do mundo.

A “política da informação” é um dos principais recursos de que dispõem os atores inseridos em TANs na tentativa de transformar a realidade (Keck; Sikkink, 1998). Al-Haq e IPS produzem conhecimento em diálogo com atores da TAN antiapartheid. Zapp (2018) aponta o notável crescimento das ONGs e OSCs como produtoras de conhecimento científico. Influentes no debate público, seu papel na produção de conhecimento científico de alto nível ainda é subvalorizado.

O relatório Al-Haq (2022) apresenta contribuições construídas em diálogo com a academia e movimentos sociais. Uma dessas contribuições é a diferenciação entre duas vertentes do enquadramento Apartheid: o AFW liberal, defensor da igualdade formal entre israelenses e palestinos; e o AFW radical, que associa os crimes “israelenses” às suas “causas-raiz” (Muhareb et al., 2022a). O AFW liberal⁷ (Tatour, 2022) foca nas práticas que constituem violações a um ordenamento legal igualitário, em torno dos quais sua teoria e prática começam e terminam. O Apartheid deve ser abolido formalmente, retirado da explicitude do regramento jurídico “israelense”. Não há, nesse cenário, discussão sobre como materializar tal igualdade. A limitação dessa abordagem é evidente para movimentos sociais antirracistas e

⁶ A “Relatoria Especial sobre a situação dos Direitos Humanos nos Territórios Ocupados da Palestina desde 1967” está limitada pelos termos do mandato, independente do relator.

⁷ Relatórios que não discutem sionismo nem o colonialismo como objetivo do Apartheid. Exemplos: B’Tselem e HRW. O relatório da Anistia é o mais próximo da linha proposta por Al-Haq e Tatour.

anticolonialistas⁸. *Sublimis Deus*⁹ contemporânea, sua formalidade aborda as consequências do Apartheid sem enfrentar as causas.

A solução para um regime racista e colonialista não é igualdade formal, mas descolonização: assim Tatour (2021) entende o AFW radical. O ponto-chave é a contribuição dos movimentos anti-apartheid: a autora traça uma genealogia do AFW que deriva de décadas de luta anticolonial palestina do Terceiro Mundo, desde os anos 1970, em prol da descolonização (Tatour, 2021). As normas e práticas do Apartheid devem ser eliminadas; isso não se faz, porém, sem conhecer e combater suas causas-raiz, formadas na sobreposição da ideologia sionista, do colonialismo e da ocupação militar. O Apartheid não é um fim em si mesmo, mas instrumento para o avanço do violento projeto colonialista sionista (Tatour, 2022).

2.4 Movimentos sociais na formulação radical do AFW

A teorização do Apartheid e das formas de melhor o combater surgiram na África do Sul (Greenstein, 2023). As táticas de resistência e de organização, a negação das categorias fragmentadoras do colonizador e a reunião de todos os afetados pelo Apartheid num só “povo”, sem os igualar nem reproduzir as categorias coloniais. Tudo pode ser encontrado nas atividades do Congresso Nacional Africano, na forma como construía alianças entre diversos grupos racializados (Wallerstein, 2021, p.112).

Desde então, o uso do enquadramento Apartheid tem como objetivo a produção de conhecimento e o convencimento de outros atores, numa íntima relação entre teoria e prática. O AFW, como ferramenta de convencimento, foi (Braga, 2011) e é capaz de pressionar atores relevantes, no já mencionado “efeito bumerangue” (Keck; Sikkink, 1998). Mas há limitações na sua utilização, uma vez que o foco nos aspectos legais do Apartheid reforça velhas relações de poder ao depender da manutenção – material, legal e moral – da estrutura normativa internacional criada e dominada pelos antigos impérios coloniais europeus.

É preciso levar o Apartheid a sério, seja no caso palestino ou sul-africano. AFW é mais que estratégia de *marketing* para afetar os brios do público leigo. Além da organização e

⁸Analogamente, a escravidão foi abolida em 1888, mas a desigualdade racial segue rompanete no Brasil. A descolonização de África e América Latina, por sua vez, não extinguiu relações de dependência com as antigas Metrópoles. Assim, a formalização do fim de uma injustiça, embora importante, longe está da concretização da justiça.

⁹Bula papal que proibiu a escravidão indígena, em 1537. Seu efeito sobre a escravidão nas Américas foi nulo.

descrição da realidade em um quadro, é uma forma de produzir conhecimento sobre a realidade dos palestinos que orienta ações posteriores.

A seguir, discuto as causas-raiz apontadas pelos relatórios para as violências físicas, estruturais e simbólicas de “Israel”.

2.5 Sionismo, a ideologia do Apartheid: ponto comum entre as causas-raiz do sofrimento palestino.

Muhareb *et al.* (2022a) apresentam o que chamam de “causas-raiz” das violações de direitos humanos dos palestinos a partir do enquadramento Apartheid. Como apresentado acima, o AFW condensa as formas de violência que acometem os palestinos – tipificadas, inclusive, como cometimento do crime de Apartheid (Muhareb *et al.*, 2022a. p. 8). Uma crítica das causas-raiz deve apontar não para as árvores, mas para a floresta (Losurdo, 2020. p.38-39): não se trata de ações ou atores específicos, mas do conjunto, do projeto de que fazem parte.

A primeira dessas causas-raiz é o sionismo¹⁰, ideologia e movimento político que advoga a criação de um Estado de supremacia judaica na Palestina. Essa ideologia deu origem a organismos paraestatais que posteriormente se tornariam entidades do governo israelense (Muhareb *et al.*, 2022a, p.17). A Agência Judaica, por exemplo, até hoje atua no estímulo da colonização da Palestina; as milícias sionistas Irgun, Lehi e Haganá, grupos terroristas envolvidos na limpeza étnica da Palestina e em atentados a bomba como aquele que tirou a vida do diplomata Folke Bernadotte, se tornaram a base do que hoje é o Exército de “Israel” (Pappé, 2022).

Uma árvore se conhece por seus frutos. Por isso, as OSCs palestinas concentram suas críticas ao sionismo no caráter colonial e discriminatório das instituições que dele surgiram. Como afirma Said (2012), mesmo que compreendamos o apelo da ideia de construir um Estado garantidor de segurança para uma população tão perseguida, esse suposto “lado bom” do

¹⁰ O sionismo surge após a publicação de O Estado Judeu por Theodor Herzl, 1896, e o primeiro Congresso Mundial Sionista, 1897. Influenciado pelos nacionalismos europeus e práticas coloniais daquele tempo (Said, 2012), o sionismo se estabelece em torno da crença na necessidade de um Estado-nação para os judeus – crença fortalecida pelo recrudescimento do antissemitismo europeu (Kayyali, 1977; Pappé, 2022). Seus opositores eram judeus integracionistas, que consideravam pátria seus países natais, e setores da ortodoxia religiosa, para quem apenas o Messias findaria a Diáspora (Taylor, 1972). Eventualmente, os sionistas decidiram estabelecer-se na Palestina com ajuda das potências coloniais, interessadas na expulsão dos judeus da Europa (Kayyali, 1977; Pappé, 2022). O sionismo possui diversas correntes, como: a trabalhista, de Ben Gurion; a revisionista, de Jabotinsky; e a religiosa. Após a Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento de “Israel”, o sionismo se tornou ideologia majoritária entre judeus. Ver Pappé (2022) e Masalha (2021).

sionismo não existe para os palestinos. Ao contrário: do ponto de vista de suas vítimas, o sionismo posto em prática opera como uma ponte entre Ocidente e Oriente a serviço do colonialismo (Said, 2012); o “povo escolhido” da “Terra Prometida” é reinterpretado como um símile do tropo colonial do “fardo do Homem Branco”, que carrega a missão de *colonizar*, *civilizar* a terra indígena que agora lhe pertence (Kayyali, 1977). Mais além da vaga promessa bíblica, numa “política do detalhe”, o sionismo coloniza, planeja e constrói meticulosamente, através de suas organizações e instituições, “Israel” sobre os escombros da Palestina (Said, 2012. p.108-109).

No entendimento das organizações palestinas citadas, apesar da diversidade da comunidade judaica mundial, os compromissos do movimento sionista eram “inerentemente raciais”: inspiradas em teorias racistas do século XIX, o racismo é posto em prática com a fragmentação, segregação e discriminação da população palestina (Muhareb *et al.*, 2022a. p.11). As instituições coloniais sionistas que criaram “Israel”, portanto, regem o caráter do regime. “Israel” não *se tornou* um regime discriminatório; pelo contrário, é desde o início definido por essa discriminação (Ibid, p.19). Eis, assim, as causas-raiz do sofrimento palestino: a) o sionismo como ideologia; que b) concebe o colonialismo como projeto; e c) é posto em prática através da ocupação militar. O Apartheid é, assim, o crime que sintetiza o regime israelense.

3. APARTHEID, PODER E VIOLÊNCIA EM DIÁLOGO COM AFW

As violências exercidas por “Israel” contra palestinos não são apenas físicas. Nessa parte do texto, discutirei o nexos entre violências físicas, estruturais e epistemológicas que atingem os palestinos a partir da potência da síntese que o enquadramento Apartheid apresenta entre elementos de outra forma interpretados em separado.

A violência está em toda parte. Mortos e feridos, torturados e desaparecidos são exemplos de práticas de violência de um Estado. Nem toda violência, porém, é exercida de modo tão direto, expressando o poder estatal sobre a vida e morte de indivíduos (Foucault, 2008). Afinal, poder e violência não são o mesmo, nem toda violência é física. As relações de poder do Estado sobre territórios, indivíduos e populações podem destruir, mas também criar: o mesmo movimento que destruiu o modo de vida palestino pré-Nakba, por exemplo, criou “Israel”; deste exercício violento do poder surgem instituições que passam a produzir e

administrar o que seriam, a partir dali, “israelenses” e “palestinos¹¹” como tais populações são entendidas hoje (Foucault, 2008; 2022b). Não à toa, ambos relembram momentos-chave com interpretações distintas; o que para uns é Nakba, para outros é “independência” de “Israel”.

Um conjunto de violências distintas compõem o que Muhareb *et al.* (2022b) chamam de Apartheid “israelense”. A violência estrutural, por exemplo, tem a ver com regimes desiguais de administração burocrática das populações¹². É, portanto, indissociável da biopolítica e de seus desdobramentos, como necropolítica, *uncaring* e necrobiopoder (Foucault, 2008; Mbembe, 2018; Gupta, 2012; Bento, 2018). Já a violência epistêmica está ligada à supressão da possibilidade de produzir conhecimento, por via da deslegitimação, do silenciamento e da perseguição. Do ponto de vista de “Israel”, a violência epistêmica é parte da defesa do monopólio sobre a produção de verdade, de saberes legítimos (Muhareb *et al.*, 2022b). Povos colonizados, como os palestinos, são reduzidos a objetos. Objetos são conhecidos; é preciso ser colono-sujeito para conhecer (Muhareb *et al.*, 2022b. p.8.).

“Israel” é um projeto colonial ainda em curso. Por isso, suas violações dos direitos palestinos não começaram em 1967, nem se resumem a 1948. Quando consideramos a violência do estabelecimento, da manutenção, da legitimação internacional e da perseguição aos críticos como facetas diferentes do mesmo processo (White, 2020), entendemos que “Israel” impõe aos palestinos uma Nakba¹³ contínua. Embora não reconheça a Nakba ou sua continuidade, “Israel” opera num estado permanente de guerra. O regime usa instituições, como escolas e meios de comunicação, para convencer a população “israelense” a aceitar a necessidade de exterminar a população “do outro lado” (Azoulay, 2011). As incontáveis operações militares fazem parte do paradoxal cotidiano de um regime que se apresenta simultaneamente como “normal” (leia-se ocidental, democrático) e “excepcional” (cercado de inimigos, em constante necessidade de ‘autodefesa’) – contradição inerente à sua condição colonial (Lloyd, 2012). Se considerarmos a afirmação de Muhareb *et al.* (2022a), entre outros (Pappé, 2016; 2022; Said, 2012; Masalha, 2021), de que “Israel” já nasceu como um projeto colonial orientado por uma ideologia racista,

¹¹O palestino é roubado de sua identidade após a Nakba; para a burocracia israelense, ele existe como “não-judeu”. O apagamento do nativo, sua existência em um não-lugar, é fundamental para o projeto sionista (Said, 2012, p.93).

¹² Violência estrutural não diz respeito apenas à violência das relações entre direito, soberania e disciplina (Foucault, 2022b, p.278), uma vez que todas as populações geridas por “Israel” estão sujeitas à soberania e a algum regime de verdade, seus indivíduos a alguma disciplina. O “estrutural” da violência é a distribuição desigual de vulnerabilidade (Butler, 2020), a sistemática, deliberada submissão de populações a condições distintas de vida e morte.

¹³ “Catástrofe” em árabe; expulsão de cerca de 90% da população palestina – 750 mil pessoas – quando da fundação de “Israel”. Sobre Nakba contínua, ver Khoury (2012).

percebemos que não é por acaso, mas por meticulosa obra de “Israel”, que a Nakba segue ocorrendo por meio das diversas violências cotidianamente impostas aos palestinos.

Assim, concluem Muhareb *et al.* (2022b), as violências do Apartheid israelense operam conjuntamente: a fragmentação territorial e populacional dos palestinos busca eliminar a unidade do povo palestino materialmente, com muros e assentamentos ilegais; estruturalmente, com classificações burocráticas e regimes administrativos diferentes para cada população; e epistemologicamente, com a perseguição de ativistas e artistas palestinos que ousem apresentar as questões supracitadas. Propondo entender o AFW como categoria de análise para os eventos até aqui descritos, discutirei a seguir a sobreposição de tais violências.

3.1 A construção de uma TAN contra o Apartheid: possibilidades e limitações entre verdade e poder.

Reprimir a participação de palestinos na produção de verdade é uma forma de violência epistêmica que não precisa derivar diretamente da repressão do Estado. Produzir uma definição de antissemitismo que interdita críticas a “Israel”, por exemplo, pode ser o suficiente. Butler (2020) relaciona isso à produção de uma versão sionista da “judaicidade” definida pela defesa acrítica de “Israel” – o que faz dos demais antissemitas ou judeus “que se odeiam”. Eis o caráter produtivo do saber-poder. A ideologia sionista, que surgiu advogando criar “Israel” como um Estado judaico, produz um regime de verdade no qual a relação de uma pessoa com “Israel” define sua judaicidade¹⁴ (Butler, 2020, p. 137, 154; Losurdo, 2020, p.42).

Relatórios de ONGs, especialistas e de OSCs palestinas desafiam o regime de verdade ao propor uma interpretação alternativa dos fatos – o enquadramento Apartheid. Assim, a resposta oficial de “Israel” aos relatórios passa também pela deslegitimação do autor como produtor legítimo de saber, por via de acusações de antissemitismo e de terrorismo (White, 2020). Mais que negar o conteúdo dos relatórios, essas acusações excluem os atores da possibilidade de produzir qualquer discurso válido (Tatour, 2022). Malcolm X (2020, p.43-44, 48) denunciou essa tática de criar uma imagem “desagradável”, “extremista” dos militantes antirracistas como forma de garantir que a pauta por eles defendida soasse igualmente extremista.

¹⁴ Butler e Losurdo levantam o problema da acusação de antissemitismo contra quaisquer críticas a “Israel”. Segundo os autores, ela dilui tanto a capacidade de combate ao antissemitismo como ameaça real aos judeus quanto o conteúdo da identidade judaica, restrito à defesa de “Israel”.

Em Foucault, não se trata da “verdade” em si, mas de um regime de produção de verdade. Do uso de procedimentos considerados legítimos e do exercício de um papel legitimador do que pode funcionar como discurso verdadeiro (Foucault, 2022. p.52-54). Por isso os relatórios são importantes tanto para os palestinos como fonte de legitimação para o AFW quanto como alvos para a contrapropaganda israelense. ONGs e representantes das Nações Unidas estão no circuito de produção de verdade sobre Direitos Humanos e Direito Internacional, no qual acumulam décadas de legitimidade internacionalmente reconhecida. Como não são tão facilmente representados como antissemitas quanto OSCs ou ativistas palestinos (White, 2020), emprestam o peso de sua influência ao AFW de modo decisivo.

Essa parte da tática dos TAN, que envolve a construção de relações de influência com atores de grande relevância a partir do apelo à normatividade do Direito Internacional e à legitimidade dessas instâncias, pode representar um limite para a atuação de um movimento antirracista radical. Foucault (2010. p. 34) coloca a questão: apelar ao “velho poder soberano”, encarnação do *status quo*, contra o poder disciplinar, não seria reforçá-lo? Al-Haq (Muhareb et al., 2022a) tensiona isso ao elaborar uma abordagem teórica coletiva, sem reproduzir as categorias coloniais. Não se trata de condenar a teoria das TAN, mas de qualificar suas práticas. O AFW radical, quando aplicado, não faz apenas a denúncia de práticas, mas de suas causas.

3.2 Fragmentação física, violência estrutural e epistêmica.

“Israel” classifica palestinos como “árabe-israelenses”, caso vivam dentro das fronteiras de 1967; já os palestinos em Gaza, Cisjordânia, e Jerusalém Oriental estão sujeitos a regimes legais, passaportes, acessos a locais e serviços distintos (Anistia Internacional, 2021). Essa forma de administrar populações e fronteiras tem tudo a ver com os conceitos que discuto a seguir. Al-Haq rejeita a divisão dos palestinos e se refere a todos eles, incluindo os refugiados e os que vivem em diáspora ao redor do mundo, como um mesmo povo (Muhareb et al., 2022a).

“Israel”, aspirante à indisputada estatalidade do Rio ao Mar, gesta a realidade que quer gerir (Souza Lima, 2000. p. 16). Isto é, todas as categorias que estabelecem uma clivagem racial entre israelenses e palestinos não são dadas, mas feitas (Foucault, 2020. p. 52). Maioria, minoria; nacional, cidadão. O enquadramento Apartheid nega a normalização – mesmo que crítica – de tais categorias. Ao articular as críticas às práticas de “Israel” com a noção de Apartheid, demonstra-se que não se trata de simples estratégia de *marketing*, mas de terreno

fértil para pensar o presente, o passado e o futuro dos palestinos. Os relatórios são prova da relevância do AFW como ferramenta de convencimento e conhecimento.

“Israel” declarou seis OSCs palestinas grupos terroristas, para cortar seu financiamento e estigmatizar seus membros¹⁵. Quando entendemos que tais ações não ocorrem no vácuo, mas como parte de um Apartheid, tanto denunciemos a perseguição como a compreendemos como violência estrutural e epistêmica contra os palestinos (Muhareb *et al.*, 2022b).

Também é por meio das categorias criadas por “Israel” que seu poder é exercido (Foucault, 2022b, p.353). Por isso é interessante discutir a questão da violência epistêmica junto às considerações de Foucault sobre verdade e poder. Quando Muhareb *et al.* (2022b) falam de violência epistêmica e da perseguição às organizações palestinas que teorizam o AFW, não se trata apenas do poder que destrói as sedes e prende os pesquisadores, mas de relações de poder que criam um regime de verdade, de monopólio sobre a produção de saberes reconhecidos como legítimos. Estes, incompatíveis tanto com o conhecimento produzido por OSCs palestinas quanto com a possibilidade de que estas produzam quaisquer saberes (Foucault, 2022a, p. 44-45).

A fragmentação é produzida por um regime que, além de seccionar o território, organiza os palestinos em categorias várias, com graus diversos de acesso a serviços e direitos. O controle disciplinar dos indivíduos ao nível do detalhe, bem como a soberania no território, são questões muito importantes para “Israel”. Porém, atores que aspiram à estatalidade não lidam apenas com territórios e indivíduos, mas também com populações.

A população, “homem-espécie”, é unidade de análise e intervenção da biopolítica, objeto de saber-poder. (Foucault, 2008; 2010). Com estatística, o Estado estabelece regulações de acordo com seus interesses. O biopoder, ao contrário do “velho poder soberano do Rei”, “faz viver e deixa morrer” (Foucault, 2010, p. 206-207). Opera por instituições reguladoras da vida: saúde pública, aposentadoria, etc. Além de normatizar o fazer viver, o biopoder normaliza deixar parte da população morrer (Foucault, 2008). Assim, a fragmentação territorial baseada no poder soberano, o disciplinamento de colonizadores e colonizados e a regulamentação dos fluxos populacionais cotidianos ocorrem simultaneamente (Foucault, 2008).

Nessas circunstâncias, biopolítica não basta para compreender a administração da população palestina, submetida ao arbítrio dos mesmos que regulam a população de nacionais-judeus-israelenses. Nas diferenças entre as categorias de palestinos criadas pela política de

¹⁵ Acusados de terrorismo, perderam acesso ao financiamento internacional. Além da pressão financeira, “Israel” invadiu e vandalizou sedes, espionou, deportou e prendeu funcionários (Estrin, 2021; Gross, 2021; Benoist, 2023).

segurança de “Israel”, eles não são igualmente feitos viver ou permitidos morrer, mas desigualmente mortos ou expostos à morte.

A divisão administrativo-burocrática arbitrária é parte da violência epistêmica. Porém, na fragmentação territorial e populacional opera também a violência estrutural (Gupta, 2012). O Outro não precisa estar distante para ser morto pelo Estado: tanto há desigual acesso ao cuidado numa população quanto é implausível que o Outro seja bem cuidado caso seja integrado àquela população. Do contrário, seria muito simples resolver problemas estruturais: bastaria impor a convivência com o Outro (Gupta, 2012). Isso não funciona nem para os palestinos “árabe-israelenses”, discriminados mesmo possuindo *status* de cidadãos de “Israel”, nem para os miseráveis de quaisquer nacionalidades.

Uncaring é a violência estrutural da burocracia contra pessoas supostamente protegidas, mas que, na prática, são mortas ou exposta à morte. A burocracia garante que a igualdade formal não se realize (Gupta, 2012. p.21-23). Essa realidade, na qual impera o tratamento diferencial e arbitrário que resulta em um sofrimento “consistente, sistemático e institucionalizado” para camadas específicas da sociedade, demanda operadores heterogêneos; assim, a burocracia estatal trabalha em frações independentes (Gupta, 2012. p. 24-25, 33, 43-45).

Os palestinos com cidadania israelense e os de Gaza não são igualmente tratados; também não seria correto dizer que apenas um deles é *Outro* do nacional israelense. E se a fragmentação não estiver (apenas) na burocracia? E se o regime estiver gerindo várias populações? E se os dois lados do muro (Azoulay, 2011), “nós” e “eles”, estiverem sob uma administração que *os faz desiguais*?

Assim surge a necropolítica (Mbembe, 2018). A segurança, tecnologia do biopoder, regulamenta a proteção da população contra algo (Foucault, 2008); e se esse algo for uma população de indesejáveis? Nem “nós” nem outro, mas um terceiro (Mbembe, 2018, p.39)? Nessas circunstâncias, notadamente em contextos (pós)coloniais, opera o necropoder. Mbembe cita a situação colonial da Palestina e o cerco a Gaza como exemplos maiores da política da morte, extermínio e desumanização (Mbembe, 2018 p. 41-43).

Mbembe destaca as relações entre biopoder, racismo e inimizade, demonstrando como o racismo opera como tecnologia de regulação da distribuição da morte pelo Estado. O necropoder se expressa no constante apelo à emergência, à exceção e à ficcionalização do inimigo para matar os indesejáveis (Mbembe, 2018, p. 17-18). Nas (ex)colônias, a soberania estatal prescinde de limites legais, estabelecendo o necropoder: colonizados não estão protegidos por nenhuma instância; são vidas absolutamente matáveis (Mbembe, 2018, p. 32-

34). Não quer disciplinar o inimigo, mas massacrá-lo; cadáveres transmitem segurança ao colonizador, beneficiário da necropolítica (Mbembe, 2018, p. 62).

Um cotidiano administrado entre zonas de proteção da vida e de extermínio simultâneas não é anomalia, mas característica do sistema. É porque há necropolítica contra palestinos que há biopolítica para israelenses, numa distribuição hierárquica dos corpos entre prescrições de vida e de morte chamada necrobiopolítica. Necrobiopoder, por sua vez, é “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados, e outros que devem viver” (Bento, 2018).

Eis a síntese do processo desigual de produção e gestão de sujeitos. Há a fragmentação territorial e burocrática; a “guerra infraestrutural” de “Israel” contra equipamentos que fazem a vida palestina possível; massacres, expansionismo, terror colonial. Tais práticas não são apenas as bases da identidade do colono, da crença no direito divino sobre a terra do colonizado, da identidade “contra o outro” (Mbembe, 2018, p. 42), do senso de segurança, mas também condições para a existência da biopolítica da população dos colonos – mão-de-obra da empreitada colonial.

3.3 Resistência às violências via ativismo.

As violências física, estrutural e epistêmica, que obliteram os rastros da subjetividade do colonizado (Spivak, 2018. p. 60), são quase indistinguíveis no caso palestino. O “toponimicídio” pode ser acompanhado de demolição arbitrária de infraestrutura civil e de agressões físicas (Muhareb *et al.*, 2022b). As resistências ao poder, por sua vez, surgem pulverizadas como afrontamentos locais que podem tomar várias formas (Foucault, 2022. p. 103-105). Nelas a TAN antiapartheid busca forças, articulando atores em torno do AFW.

Mas será a rede suficiente para tamanha tarefa? A linguagem das TAN é útil, mas colabora na normalização das categorias e instâncias autoritativas com que dialoga e das quais depende para operar. Tal normalização é um problema: as limitações da TAN transferem seus problemas para o movimento, limitando-o. A solução? Uma apropriação criativa.

O AFW palestino não precisa espelhar o sul-africano. Assim, a referência ao Apartheid poderá fortalecer laços de solidariedade sem prejudicar a liberdade intelectual dos palestinos. E mais: o uso do potencial criativo da cooperação contra injustiças (Esack, 2007), organizado

via TAN e AFW, orientam a ação em um ciclo virtuoso de práxis antirracista que abre caminho para a capacidade de pensar um novo mundo – e o realizar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O AFW radical (Tatour, 2021), alinhado com relatórios das OSCs palestinas, é ferramenta de convencimento e conhecimento para compreender o mundo além das categorias dos colonizadores. Diferente da alternativa “liberal”, limitada às instâncias formais, este enquadramento propõe o enfrentamento das causas-raiz da injustiça do Apartheid de “Israel”. Nesse sentido, o uso do enquadramento Apartheid como categoria de análise demonstra potencial na articulação intelectual e ativista de movimentos palestinos. Ela permite produzir sínteses dos enquadramentos anteriores, demonstrando que ocupação, colonização e Apartheid são partes do mesmo processo.

O AFW é acúmulo intelectual de décadas dos movimentos anticoloniais e antirracistas, produto e produtor de solidariedade internacional. Academia e ONGs foram e são centrais na política de informação que embasa o AFW. OSCs palestinas, a partir dos laços constituídos na luta contra o Apartheid, estão hoje na vanguarda de uma práxis antirracista. Não por *marketing*, porque *Apartheid assusta*, mas pela força da construção coletiva.

A informação pode ser usada no fortalecimento da TAN, na pressão sobre atores-chave para a resolução da demanda (Keck; Sikkink, 1998). Verificamo-lo no crescente reconhecimento do Apartheid “israelense”. A potência da forma radical desta categoria reside no protagonismo teórico-prático dos colonizados como produtores de conhecimento. Assim, a denúncia do Apartheid israelense – o reconhecimento de que ele deveria acabar, de que *alguém deveria fazer ele acabar* – como no caso africâner, não veio da candidez moral de nenhum ator internacional, mas da resistência organizada dos colonizados, racializados, subalternos.

Referências Bibliográficas

AJL, M. Logics of Elimination and Settler Colonialism: Decolonization or National Liberation? **Middle East Critique**, v. 32, n. 2, p. 259–283, 3 abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19436149.2023.2191401>

ALBANESE, F. A/79/384: **Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Francesca Albanese - Genocide as colonial erasure**. 1 October 2024. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/en/documents/country-reports/a79384-report-special-rapporteur-situation-human-rights-palestinian>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ALVES, J. A. L. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, p. 198–223, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbpi/a/vnm75ptrSYCRpnJK5d533Sq/?lang=pt>

ANISTIA INTERNACIONAL. **Israel's apartheid against Palestinians: a cruel system of domination and a crime against humanity**. 1. ed. Londres: Anistia Internacional, 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/02/israels-apartheid-against-palestinians-a-cruel-system-of-domination-and-a-crime-against-humanity/>

AZOULAY, A. Declaring the State of Israel: Declaring a State of War. **Critical Inquiry**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 265–285, 2011. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/657293>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BAKAN, A. B.; ABU-LABAN, Y. Palestinian resistance and international solidarity: the BDS campaign. **Race & Class**, v. 51, n. 1, p. 29–54, 1 jul. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306396809106162>

BDS. **Palestinian Civil Society's Strategic Position Paper for the Durban Review Conference, Geneva, 20 – 24 April 2009** (Online). Publicado em 2009. Disponível em: https://bdsmovement.net/files/English-BNC_Position_Paper-Durban_Review.pdf

BENOIST, C. **Salah Hammouri: A Case Study of the Occupation and Western Complacency**. (online). 2 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.palestine-studies.org/en/node/1653637>.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, 11 jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/abstract/?lang=pt>

BRAGA, P. DE R. S. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

B'TSELEM. **A regime of Jewish supremacy from the Jordan River to the Mediterranean Sea: This is apartheid**. Tel Aviv: B'Tselem, 12 jan. 2021. Disponível em: https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101_this_is_apartheid.

BUTLER, J. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

ESACK, F. Working Creatively with Others to Transform Unjust Social Structures. **Journal of Pedagogy, Pluralism, and Practice**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 121, 2007. Disponível em: <https://digitalcommons.lesley.edu/jppp/vol3/iss4/16>.

ESTRIN, D. They got hacked with NSO spyware. Now Israel wants Palestinian activists' funding cut. **NPR**, (online), 10 nov. 2021. World. Disponível em: <https://www.npr.org/2021/11/10/1053844312/palestinians-israel-nso-spyware>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FALK, R.; TILLEY, V. Israeli Practices towards the Palestinian People and the Question of Apartheid, Executive Summary. In: , 2017. **Middle East Policy**. (online), 2017. p. 33–40. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/mepo.12265>. Acesso em: 30 jan. 2023.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: Curso no Collège de France (1978)**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

GOMES, J. B. **As Redes transnacionais de advocacy em direitos humanos: atuação em torno da "questão palestina"** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/58010?show=full> . Acesso em 4 de fevereiro de 2023.

GREENSTEIN, R. **Anti-Colonial Resistance in South Africa and Israel/Palestine: Identity, Nationalism, and Race**. 1. ed. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2023. (Routledge Studies in the Modern History of Africa). Disponível em: <https://www.routledge.com/Anti-Colonial-Resistance-in-South-Africa-and-IsraelPalestine-Identity/Greenstein/p/book/9780367030414>. Acesso em: 13 maio 2023.

GROSS, J. A. IDF blacklists Palestinian rights groups, enabling Israel to act against them. **Times of Israel**, (online), 7 nov. 2021. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/idf-blacklists-palestinian-rights-groups-enabling-israel-to-act-against-them/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

GUPTA, A. **Red Tape: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India**. 1. ed. Durham: Duke university Press, 2012.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Summary of the Advisory Opinion of 19 July 2024 | INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE**. 19 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/node/204176>. Acesso em: 18 mar. 2025.

KAYYALI, A.-W. Zionism and Imperialism: The Historical Origins. **Journal of Palestine Studies**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 98–112, 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2535582>. Acesso em: 21 mar. 2025.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Cornell University Press, 1998.

KHOURY, E. Rethinking the Nakba. **Critical Inquiry**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 250–266, 2012. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/662741>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LLOYD, D. Settler Colonialism and the State of Exception: The Example of Palestine/Israel. **Settler Colonial Studies**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 59–80, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2201473X.2012.10648826>. Acesso em: 30 jan. 2023.

LOSURDO, D. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

LYNK, M. **Report of the Special Rapporteur on the situation of Human Rights in the Palestinian territories occupied since 1967**. New York: Human Rights Council, 2022. Disponível em: <https://www.palestine-studies.org/en/node/1652707>. Acesso em: 22 set. 2022.

MASALHA, N. **Expulsão dos palestinos: o conceito de “transferência” no pensamento político sionista 1882-1948**. 1. ed. São Paulo: Sundermann, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUHAREB, R. et al. **Israeli Apartheid: Tool of Zionist Settler Colonialism**. Ramallah: Al-Haq, 2022a. Disponível em: <https://www.alhaq.org/publications/20940.html>

MUHAREB, R. et al. **Persecution of Palestinian Civil Society: Epistemic Violence, Silencing, and the Apartheid Framework: Current Issues in Depth**. Washigton: Institute for Palestine Studies, 2022b. Disponível em: <https://www.palestine-studies.org/en/node/1653268>

PAPPÉ, I. **A limpeza étnica da Palestina**. 1. ed. São Paulo: Sundermann, 2016.

PAPPÉ, I. **Dez mitos sobre Israel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Tabla, 2022.

PAULA, B. L. S. de. Fazendo a ciência não-feita : a produção de contra-expertises diante da mineração de urânio em Caetité (BA). [s. l.], 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/49027>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PEREIRA, C. M. Da convergência à cooperação militar : Israel e África do sul durante o regime do apartheid (1948-1994). (Dissertação de Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193533>

ROSS, K.; LI, P.; CALL-CUMMINGS, M. Solidarity as methodological praxis. **Qualitative Research**, [s. l.], p. 14687941221098919, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14687941221098919>. Acesso em: 13 maio 2022.

SAHD, F. B. O apartheid na Palestina/Israel: revisão crítica e comparativa das considerações da Yesh Din, B'Tselem e Human Rights Watch. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 10, n. 1, p. 191–215, 14 jun. 2022a. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/73>

SAHD, F. B. Apartheid na Palestina: do debate internacional ao seu reconhecimento e julgamento. Entrevista com o ex-relator especial designado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, John Dugard. **Plural**, [s. l.], v. 29, n. 02, p. 188–207, 2022b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/189693>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SAID, E. **A questão da Palestina**. 1. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

SAYEGH, F. Zionist Colonialism in Palestine (1965). **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, p. 206–225, 1 jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2201473X.2012.10648833>

SHAKIR, O. **A threshold crossed: Israeli authorities and the crimes of apartheid and persecution**. New York, N.Y.: Human Rights Watch, 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution>

SOUZA LIMA, A. C. DE. Introdução. Em: SOUZA LIMA, A. C. DE (Ed.). **Gestar e gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Coleção Antropologia da Política. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TATOUR, L. **Amnesty report: The limits of the apartheid framework**. Disponível em: <http://www.middleeasteye.net/opinion/israel-amnesty-apartheid-report-limits-framework>>. Acesso em: 31/1/23

TATOUR, L.; HAWARI, Y. **Limitations and Possibilities of the Apartheid Framework with Lana Tatour**. **Al-Shabaka: The Palestinian Policy Network**, 31 jan. 2021. Disponível em: <https://al-shabaka.org/podcasts/limitations-and-possibilities-of-the-apartheid-framework-with-lana-tatour/>>.

TAYLOR, A. R. Zionism and Jewish History. **Journal of Palestine Studies**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 35–51, 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2535953>. Acesso em: 21 mar. 2025.

UNITED NATIONS. **Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples - General Assembly resolution 1514 (XV)**. 1960. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-granting-independence-colonial-countries-and-peoples>. Acesso em: 14 abr. 2025.

UNITED NATIONS. General Assembly. International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid. 28th session, A/RES/3068(XXVIII). 1973. https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.10_International%20Convention%20on%20the%20Suppression%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Apartheid.pdf

UNITED NATIONS. **Rome Statute Of The International Criminal Court** (online). 1998. Disponível em: https://legal.un.org/icc/statute/99_corr/cstatute.htm

WALLERSTEIN, I. A construção do conceito de povo: racismo, nacionalismo, etnicidade. Em: BALIBAR, É.; WALLERSTEIN, I. (Eds.). **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

WHITE, B. Delegitimizing Solidarity: Israel Smears Palestine Advocacy as Anti-Semitic. **Journal of Palestine Studies**, v. 49, n. 2, p. 65–79, 1 fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/jps.2020.49.2.65>

WOLFE, P. Settler colonialism and the elimination of the native. **Journal of Genocide Research**, v. 8, n. 4, p. 387–409, dez. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14623520601056240>

X, M. **Discursos de Malcolm X**. 1. ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

ZAPP, M. The scientization of the world polity: International organizations and the production of scientific knowledge, 1950–2015. **International Sociology**, v. 33, n. 1, p. 3–26, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0268580917742003>

ZUBIZARRETA, C. The Four Frameworks of the Israel-Palestine Conflict Revisited. **Colloquium: The Political Science Journal of Boston College**, v. 2, n. 1, 1 jan. 2018. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/colloquium/article/view/10266>

Recebido em 01 de novembro de 2024.

Aceito para publicação em 29 de junho de 2025.



 **Marcos André Costa Fortunato**

Bacharel em Relações Internacionais pela Unilasalle-RJ e atualmente realizando Mestrado em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Tem interesse em política externa de defesa, programa nuclear brasileiro e realismo nas Relações Internacionais.

 DOI: 10.5281/zenodo.19097514

A RETÓRICA DA AMEAÇA: ENTENDENDO A SECURITIZAÇÃO DOS EUA DO PROGRAMA NUCLEAR DO IRÃ

Resumo: Este artigo analisa o processo de securitização do programa nuclear iraniano pela administração de George W. Bush (2001–2009), sob a ótica da Escola de Copenhague. Com base em uma análise crítica do discurso, investiga-se como os discursos presidenciais transformaram o Irã em uma ameaça existencial à ordem internacional. A retórica do “eixo do mal”, as referências a um possível “holocausto nuclear” e a constante menção de que “todas as opções estavam sobre a mesa” compuseram um quadro discursivo que mobilizou medidas excepcionais — como sanções e isolamento econômico — sem necessidade de ação militar direta. O estudo revela que, ao dramatizar o programa nuclear como ameaça global, os Estados Unidos (EUA) transitaram da politização à securitização, deslegitimando o Irã no cenário internacional e reforçando a centralidade de sua própria agenda de segurança. Conclui-se que a securitização promovida por Bush serviu como instrumento estratégico para moldar percepções, legitimar ações unilaterais e minar as possibilidades de resolução diplomática, demonstrando como a linguagem política atua na construção de ameaças no sistema internacional.

Palavras-chave: Securitização; Programa Nuclear Iraniano; Política Externa dos EUA; Análise de Discurso.

Abstract: This article examines how the Iranian nuclear program was discursively constructed as a security threat by the George W. Bush administration, within the theoretical framework of the Copenhagen School. The study contextualizes the historical rivalry between Iran and the United States and highlights the geopolitical significance of Iran’s nuclear development after the Cold War, particularly regarding regional power balances and global nonproliferation debates. Through a critical discourse analysis of presidential speeches, it identifies how narratives — such as the “axis of evil” and catastrophic imagery — were deliberately employed to justify exceptional measures, including economic sanctions, diplomatic marginalization, and political isolation. The article argues that by portraying the nuclear program as a threat to international order and stability, the U.S. shifted the issue from the political to the security realm, thereby altering both public and institutional perceptions of Iran. It concludes that this securitizing rhetoric supported practices of containment, legitimized unilateral actions, and demonstrated the strategic function of political language in shaping security policymaking and sustaining hegemonic influence.

Keywords: Securitization; Iranian Nuclear Program; U.S. Foreign Policy; Discourse Analysis.

1 Introdução

Em 2002, a oposição iraniana no exílio revelou a existência de duas instalações nucleares não declaradas em território iraniano. Tal revelação intensificou a atenção da comunidade internacional sendo interpretada pelos Estados Unidos, como indício de que o Irã buscava adquirir capacidades nucleares com potenciais fins militares. Desde então, a questão nuclear iraniana passou a figurar entre as prioridades da política externa norte-americana (Cirincione; Grotto, 2007). As tensões entre Irã e Estados Unidos, contudo, não emergem abruptamente nesse episódio. Desde a Revolução Islâmica de 1979, que resultou na deposição do regime pró-Occidente liderado pelo Xá Mohammad Reza Pahlavi, as relações bilaterais têm sido marcadas por antagonismo estrutural (Patrikarakos, 2020). O novo regime teocrático iraniano assumiu uma postura de enfrentamento direto às grandes potências, em especial aos Estados Unidos, os quais passaram a ser retratados como adversários políticos, culturais e estratégicos. Neste contexto de rivalidade prolongada, a chegada de George W. Bush à presidência dos Estados Unidos, em 2001, impulsionou uma inflexão na abordagem norte-americana ao Irã. Sob uma retórica centrada na “Guerra ao Terror” e na contenção de regimes considerados hostis, o governo Bush adotou uma estratégia que reinterpretava o programa nuclear iraniano como uma ameaça existencial à ordem internacional (Ramazani, 2013). O Irã foi então incluído no chamado “eixo do mal” e passou a ser alvo de medidas coercitivas, como sanções multilaterais e isolamento financeiro.

O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória do programa nuclear iraniano enquadrando-a no contexto da política externa norte-americana durante o governo Bush, com o intuito de analisar o processo de securitização empreendido pelos EUA. Especificamente, busca-se compreender como os discursos oficiais norte-americanos, ao mobilizarem determinadas narrativas de ameaça, transformaram a questão nuclear iraniana em um problema securitário. A pergunta que orienta esta investigação é: quais foram os discursos e argumentos mobilizados pela administração George W. Bush para securitizar o programa nuclear do Irã? Parte-se da hipótese de que, ao representar o programa nuclear como um desafio geopolítico de escala global, os Estados Unidos legitimaram medidas excepcionais sem a necessidade de ações militares diretas, redefinindo os contornos da relação bilateral e influenciando a dinâmica regional do Oriente Médio. Nesse contexto, Bush usou essa retórica para justificar suas políticas mais assertivas na região, incluindo a invasão do Iraque em 2003, e também usou disso para pressionar o Irã a abandonar seu programa nuclear.

Com vistas a compreender como a linguagem política atuou na construção do Irã como ameaça, este artigo adota como referência analítica a teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague, cujo detalhamento será apresentado na seção teórica. Tal abordagem permite examinar os discursos presidenciais como instrumentos que produziram efeitos políticos concretos, transformando a questão nuclear iraniana em um problema de segurança internacional. Dessa maneira, sua eficácia depende do apoio de diversos atores políticos e da compreensão das necessidades das audiências envolvidas (Buzan; Weaver, 2003).

Nesse mesmo contexto, a securitização transforma uma questão não-politizada em um assunto politizado e tratado como uma ameaça à segurança nacional ou a valores fundamentais. Quando não politizada, a questão é abordada de maneira neutra, baseada em evidências factuais e critérios técnicos, sem envolver disputas políticas. Porém, ao se tornar politizada, atores políticos com diferentes perspectivas e interesses entram em cena, podendo influenciar as decisões com base em ideologias, interesses partidários e influências de grupos de pressão, além de considerações técnicas (Buzan; Waever; Wilde, 1998, p. 24).

Logo, a securitização ocorre quando a questão é elevada ao status de ameaça, exigindo ações emergenciais para garantir a segurança, o que muitas vezes leva a respostas militarizadas e restrições de direitos civis. Nesse processo, a questão é percebida como transcendendo a política comum, justificando medidas extraordinárias (Buzan; Waever; Wilde, 1998, p. 25). Portanto, é essencial fazer a distinção entre a politização, em que diferentes perspectivas políticas entram em jogo, e a securitização, que envolve a percepção da questão como uma ameaça à segurança nacional ou valores fundamentais.

2 Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa e se insere no escopo da pesquisa explicativa, visando compreender a lógica subjacente ao processo de securitização do programa nuclear iraniano por parte dos Estados Unidos. Trata-se de uma investigação centrada na análise de discursos políticos e na identificação de estratégias linguísticas que transformaram a questão nuclear iraniana em uma ameaça securitária. Metodologicamente, o estudo baseia-se na Análise Crítica do Discurso (ACD), entendida como um instrumento teórico-metodológico voltado à interpretação das relações entre linguagem, poder e sociedade. Segundo Jørgensen e Phillips (2002), a ACD permite examinar como estruturas discursivas constituem práticas sociais e, reciprocamente, são constituídas por elas. Com igual relevância, Fairclough (1992) sustenta que os discursos políticos operam como mecanismos de legitimação ideológica, naturalizando

representações específicas da realidade. Nesse sentido, a escolha pela ACD justifica-se pela centralidade da linguagem nos processos de securitização, uma vez que atos de fala não somente descrevem, mas produzem ameaças, conforme delineado por Buzan, Wæver e Wilde (1998).

O corpus empírico é composto por discursos oficiais do presidente George W. Bush, incluindo pronunciamentos ao Congresso, conferências de imprensa e documentos estratégicos publicados entre 2001 e 2008. Os textos foram selecionados com base em dois critérios: (1) referências explícitas ao programa nuclear iraniano; (2) uso de enunciados que qualificam o Irã como ameaça existencial à segurança internacional. A análise será conduzida a partir de três eixos: (1) identificação dos atos de fala de securitização, isto é, declarações que elevam o programa nuclear à condição de ameaça; (2) exame das estratégias retóricas utilizadas para maximizar a percepção de risco; e (3) verificação das medidas legitimadas por tais discursos, com ênfase nas sanções econômicas e no isolamento diplomático.

Conforme Van Dijk (2001), a ACD permite mapear os vínculos entre estruturas textuais e domínios de poder, revelando como narrativas dominantes moldam percepções e condicionam práticas institucionais. Ao mesmo tempo, Flick (2009) ressalta que a pesquisa qualitativa busca interpretar significados atribuídos a eventos sociais, exigindo atenção ao contexto e aos efeitos dos discursos na produção da realidade. Em consonância com essa abordagem, este estudo parte do pressuposto de que os discursos presidenciais não são meras descrições da realidade internacional, mas práticas que construíram o Irã como inimigo estratégico e legitimaram a adoção de medidas excepcionais no sistema internacional.

Estruturalmente, o artigo está organizado em três seções principais, além desta introdução, metodologia e considerações finais. Na primeira parte, desenvolve-se uma discussão conceitual sobre o processo de securitização, a partir da Escola de Copenhague, visando estabelecer os fundamentos teóricos que orientam a análise. Na segunda, apresenta-se o contexto histórico e geopolítico do programa nuclear iraniano, com ênfase nas dinâmicas regionais e nas transformações institucionais internas ao Irã, fundamentais para compreender sua inserção no sistema internacional. Por fim, a terceira parte concentra-se na análise empírica dos discursos do presidente George W. Bush, identificando os atos de fala que compuseram a securitização do Irã e as implicações geopolíticas derivadas desse processo.

3 O conceito de Securitização

Com o fim da Guerra Fria, o debate sobre a natureza e o significado de segurança se tornou o foco dos estudos de política e segurança internacional. Nesse ínterim, o processo de

transformação teórica e analítica que se seguiu pode ser sintetizado em dois eixos interdependentes: o aprofundamento e o alargamento do conceito de segurança.

O primeiro passo (aprofundamento) implicava um retorno reflexivo à ontologia da própria segurança — isto é, à forma como os estudiosos compreendiam a natureza da política internacional, os sujeitos envolvidos, os meios e os fins da segurança. Tornou-se essencial compreender como os diferentes marcos teóricos (realismo, liberalismo, construtivismo, pós-estruturalismo, entre outros) moldavam interpretações díspares sobre constituindo uma ameaça, quem pode ser considerado um agente securitário legítimo e quais instrumentos são aceitáveis ou eficazes para lidar com riscos e incertezas. Essa dimensão do aprofundamento colocava em xeque o pressuposto, outrora hegemônico, de que o Estado era o único ator relevante na arena internacional que a segurança dizia respeito, quase exclusivamente, à integridade territorial e à proteção militar (Williams, 2003).

Simultaneamente, o alargamento (segundo passo) do conceito de segurança exigia a incorporação de novas temáticas e objetos empíricos à agenda dos estudos estratégicos. O que significava reconhecer que ameaças contemporâneas, para além do domínio bélico, atravessavam esferas sociais, econômicas, ambientais e sanitárias. A emergência de categorias como “segurança humana”, “segurança alimentar” e “segurança climática” deslocava o foco da proteção do Estado para a salvaguarda das condições mínimas de existência de indivíduos e comunidades, o que desestabilizava a concepção tradicional de segurança como sinônimo de Defesa Nacional (Williams, 2003). Essa reconfiguração foi acompanhada por uma pluralização dos sujeitos da segurança, desafiando tanto a centralidade do aparato estatal quanto a ortodoxia metodológica que sustentava a disciplina. Ao incorporar perspectivas da teoria política e da sociologia crítica, autores vinculados às chamadas abordagens críticas da segurança passaram a enfatizar que a segurança é, antes de tudo, uma construção discursiva situada, atravessada por relações de poder, práticas institucionais e lógicas de exclusão.

A teoria da securitização proposta por Buzan, Wæver e de Wilde (1998) apresenta uma abordagem setorial da segurança, que permite analisar como diferentes tipos de ameaças são construídos em esferas distintas da vida social e internacional. Os autores identificam cinco setores principais na qual o processo de securitização pode ocorrer: militar, político, econômico, societal e ambiental. Cada setor possui objetos de referência próprios — como território e soberania no setor militar, identidade coletiva no societal ou ecossistemas no ambiental —, além de lógicas e mecanismos específicos de securitização. No caso em análise, a securitização do programa nuclear iraniano ocorre predominantemente no setor político-militar, dado que a ameaça foi construída em torno da segurança do Estado, da estabilidade internacional e da

proliferação de armas estratégicas. A noção de “ameaça existencial” ocupa posição central na teoria da securitização proposta por Buzan, Wæver e Wilde (1998). Trata-se da percepção de que determinado objeto de referência — como o Estado, a identidade nacional, a ordem internacional ou valores fundamentais — encontra-se sob risco iminente de destruição ou comprometimento severo. Esse risco, por sua gravidade, é utilizado para justificar a adoção de medidas excepcionais, que operam fora dos canais ordinários da política.

Segundo a definição, a securitização opera por meio da definição de um tema como ameaça existencial, estabelecendo um vínculo direto com um objeto de referência reconhecido como essencial para a sobrevivência da comunidade política. Esse processo permite a solicitação de medidas urgentes e excepcionais para lidar com ou eliminar a ameaça (Buzan; Wæver, 2003). No escopo da teoria da securitização, Buzan, Wæver e de Wilde (1998) elucidam a natureza intrinsecamente performativa e ambígua desse processo — uma operação discursiva pela qual um ator, ao qual é conferida autoridade securitária, identifica determinado tema como uma ameaça existencial a um referente específico, legitimando, assim, a adoção de medidas extraordinárias que extrapolam os marcos da política ordinária. Nesse contexto, a administração Bush já operava, em certa medida, sob o influxo de uma lógica securitária no que tange à relação com o Irã, cuja complexidade histórica e simbólica fora gradualmente transmutada em um constructo de ameaça no imaginário estratégico estadunidense.

Desde a revolução iraniana de 1979, os Estados Unidos perceberam o Irã como uma ameaça perpétua aos seus interesses, cultivando uma propensão a enquadrar questões pertinentes ao Irã como questões de segurança e interesse nacional (Abrahamian, 1982). Assim, quando as instalações nucleares iranianas clandestinas foram reveladas, a percepção do Irã como uma ameaça aos interesses americanos já havia se enraizado profundamente.

Na fase nascente da securitização, a retórica do presidente Bush não deixou espaço para ambiguidades, designando explicitamente o programa nuclear iraniano como uma ameaça não somente à paz e à estabilidade no Oriente Médio, mas também a toda a ordem global. Ao ampliar o objeto ameaçado para abranger todo o mundo, o governo Bush procurou enfatizar a gravidade da ameaça representada pelo programa nuclear iraniano. O presidente Bush expandiu o quadro de referência da ameaça, projetando-o do espaço regional do Oriente Médio para a ordem mundial, ao mesmo tempo, em que acentuou as possíveis repercussões de uma capacidade nuclear iraniana, caracterizadas por ele como cenários de guerra, devastação social e aniquilação. Com retratos evocativos do governo iraniano, Bush procurou fortalecer a noção alarmante de um regime perigoso e radical na posse de armamentos nucleares.

Sendo assim, o conceito de segurança é quando a política vai além das regras normais

do jogo e trata uma questão como algo especial ou acima da política comum. A securitização pode ser entendida como uma forma mais extrema de politização. Conceituando, a securitização trata-se de um processo onde um problema comum ao Estado passa do espectro não-politizado, para politizado e por fim, securitizado¹. (Buzan; Weaver; Wilde, 1998, p.25).

Primeiramente, quando confrontado com uma questão não politizada, o problema é tratado de forma neutra, desprovida de relevância política significativa. Pode ser abordada de forma objetiva, fundamentada em evidências factuais, sem se envolver em disputas ou conflitos políticos. As decisões são tomadas com base em critérios técnicos ou práticos, com mínima influência política (Buzan; Waever; Wilde, 1998, p.24).

Seguindo essa trajetória, quando uma questão se torna politizada, significa sua entrada no âmbito do discurso e do tratamento político. Atores políticos entram em jogo, abrigando perspectivas, interesses e posições distintas sobre o assunto. A discussão pode envolver tomadas de decisão influenciadas por ideologias, interesses partidários ou influências de grupos de pressão. As decisões podem ser influenciadas por fatores políticos como popularidade, poder e votos, juntamente com considerações técnicas ou práticas (Buzan; Waever; Wilde, 1998, p.24).

Em última análise, a securitização ocorre quando uma questão é elevada a um nível de ameaça à segurança nacional, à estabilidade política ou outros valores fundamentais. Nesse processo, o problema é enquadrado como uma ameaça existencial, necessitando de medidas emergenciais ou ações excepcionais para garantir a segurança. A securitização não implica, necessariamente, uma resposta militarizada. Conforme Buzan, Wæver e de Wilde (1998, p. 25), trata-se de um processo no qual uma questão é elevada ao status de ameaça existencial, legitimando a adoção de medidas extraordinárias que extrapolam os procedimentos políticos usuais. Tais medidas podem variar desde ações coercitivas no campo diplomático ou econômico — como sanções e bloqueios — até restrições internas de direitos civis ou, em certos casos, o emprego da força militar. O elemento determinante não é a natureza da resposta, mas sim sua excepcionalidade em relação à política ordinária.

Em síntese, a trajetória que conduz uma questão de um estado de neutralidade política — ou seja, uma condição não politizada na qual o tema permanece alheio às disputas do discurso público e das prioridades governamentais — até sua elevação ao estatuto de securitizada, configura um processo escalonado e profundamente performativo. Inicialmente, a questão emerge no campo da politização, implicando sua entrada no domínio das arenas

¹ No original: "Security" is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization".

deliberativas, onde distintos atores — estatais, midiáticos ou da sociedade civil — passam a disputar narrativas, significados e prioridades, frequentemente por meio de enquadramentos valorativos que buscam influenciar a percepção pública e moldar agendas institucionais.

À medida que esse processo avança e certos atores adquirem legitimidade para falar em nome da segurança — geralmente elites políticas, militares ou especialistas reconhecidos — ocorre a enunciação de um discurso securitário. Neste ponto, a questão é apresentada como uma ameaça existencial a um referente ontológico (o Estado, a nação, a identidade cultural, o meio ambiente), demandando uma resposta que transgride os parâmetros da política convencional e se ancora em medidas excepcionais, muitas vezes à margem da *accountability* democrática. Conforme argumentam Buzan, Wæver e de Wilde (1998), a securitização não é um dado objetivo da realidade, mas sim um ato performativo bem-sucedido, no qual o público (ou uma audiência relevante) aceita a narrativa da ameaça e, portanto, legitima ações que seriam, em condições normais, inaceitáveis. Nesse sentido, o processo de transição da não politização à securitização reconfigura a gramática do debate público e redefine os contornos do aceitável e do necessário, autorizando uma lógica de urgência, de exceção e de contenção que tende a suprimir a pluralidade discursiva em nome da sobrevivência.

O conceito de “ato de fala” é fundamental na teoria da securitização e deve ser compreendido em sua dimensão performativa. Segundo Wæver (1995), o ato de fala securitário não descreve simplesmente uma ameaça existente, mas produz essa ameaça ao proferi-la em um contexto específico, com autoridade reconhecida. Trata-se de uma declaração que, ao enunciar determinada questão como ameaça existencial a um objeto de referência (Estado, sociedade, valores), busca legitimar ações excepcionais. A securitização se completa somente quando essa enunciação é aceita pela audiência relevante, que reconhece a gravidade da ameaça e autoriza medidas fora dos canais políticos usuais (Buzan; Waever; Wilde, 1998, p. 26). A eficácia do ato de fala depende, portanto, da posição de autoridade do agente securitizador e da receptividade da audiência. Os atos de fala também envolvem a construção de inimigos e a identificação de atores ou grupos retratados como responsáveis pela ameaça à segurança, visando mobilizar o apoio público para ações de segurança (Williams, 2003).

No que tange moldar a percepção e identificar inimigos, Williams (2003, p. 526) destaca a importância do discurso, da retórica e das representações simbólicas na construção e legitimação da segurança. Na visão do autor, palavras (nos atos de fala) influenciam na maneira como uma questão é tratada e compreendida pelo público. A escolha cuidadosa das palavras, frases e metáforas permite que os agentes securitizadores moldem a narrativa em torno de uma questão, enfatizando sua gravidade e urgência (Williams, 2003). Além das palavras, as imagens

desempenham um papel poderoso na securitização. Elas podem retratar cenas de violência, desordem, pessoas em perigo, reforçando a sensação de urgência e legitimando respostas securitárias (Williams, 2003).

Por fim, a criação de inimigos está diretamente ligada à securitização. Nesse processo, é necessário identificar quem ou que representa ameaça à segurança. Os atores securitizadores constroem inimigos ao retratar indivíduos, grupos e organizações como responsáveis pela ameaça (Williams, 2003). Essa construção cria uma narrativa dualista de “nós contra eles”, reforçando a necessidade de medidas de segurança para proteger o “nós” contra o “eles”.

4 O contexto da criação do programa nuclear do Irã

O regime teocrático islâmico que atualmente governa o Irã, ascendeu ao poder em 1979 com a Revolução Iraniana, derrubando o regime pró-ocidental e secular liderado pelo Shah Mohammed Pahlavi² (Cristovão, 2020, p. 47).

Como argumenta Patrikarakos (2020):

Para o Shah o mundo era um palco, e suas instituições internacionais, a oportunidade para ele atuar. A República Islâmica, por outro lado, vê o mundo como essencialmente hostil, e muitos *hardliners* defendem uma política de segurança nacional baseada nos elementos mais hereditários da visão de mundo de Khomeini: instituições internacionais e diplomacia são sintomas de um mundo injusto, e uma farsa — autoconfiança é a única opção. (Patrikarakos, 2020, p. 35 e 323, tradução nossa).³

A origem do programa nuclear iraniano remonta ao contexto da Guerra Fria, mais especificamente ao início da década de 1950, quando o Irã, ainda sob o governo do xá Mohammad Reza Pahlavi, estabeleceu cooperação com os Estados Unidos no âmbito do programa “Átomos para a Paz”. Tal iniciativa, lançada pelo presidente norte-americano Dwight Eisenhower (1953–1961) em 1953, visava difundir tecnologias nucleares civis como parte da estratégia de contenção do comunismo, ao mesmo tempo que expandia a influência dos EUA sobre países estratégicos no Oriente Médio (Nuclear Threat Initiative, 2010). Em 1973, o Irã

² Monarca derrubado pela Revolução Islâmica. Ele foi criado por seu pai para ser o primeiro e principal comandante-em-chefe das forças armadas. Ascendendo ao trono em 1941, ele repeliu com sucesso generais e notáveis que tentaram ganhar controle das forças armadas. Consolidando o poder após o golpe da CIA de 1953, ele governou como seu pai, usando as receitas do petróleo para expandir drasticamente o estado, bem como as forças armadas. Ele pereceu logo após a revolução — do câncer que ele manteve em segredo até mesmo de sua própria família para não pôr em perigo o seu regime (Abrahamian, 2008)

³ No original: “For the Shah the world really was a stage, and its international institutions the opportunity for him to play upon it. The Islamic Republic conversely viewed the world as essentially hostile [...] The only sensible national security policy, for the hardliners was one based on the most atavistic elements of Khomeini’s worldview. International institutions and diplomacy were symptoms of an inequitable world, and a force — self-reliance was the only option”

criou a Organização de Energia Atômica (*Atomic Energy Organization of Iran* – AEOI), com o intuito de institucionalizar o desenvolvimento nuclear e supervisionar a implementação do programa. Essa etapa foi acompanhada por substancial investimento na formação de técnicos e aquisição de reatores, com apoio técnico e financeiro de empresas alemãs, francesas e norte-americanas (Nuclear Threat Initiative, 2010). O programa, nesse período, era percebido como vetor de modernização econômica e prestígio internacional do regime monárquico.

Portanto, após a revolução, o principal impulso da política externa de Ruhollah Khomeini, líder carismático da Revolução Islâmica, formado em seminários de Qom e Najaf e com ampla trajetória clerical, foi abandonar completamente a orientação pró-ocidental do xá Mohammad Reza Pahlavi e adotar uma atitude de hostilidade implacável em relação às duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética (Ramazani, 2013; Abrahamian, 2008). Durante seu exílio em Najaf, Khomeini desenvolveu uma nova interpretação do islamismo xiita, expandindo o conceito de *vilayat-e faqih* — a jurisdição clerical sobre os fiéis —, que se tornaria a base teológica do regime pós-revolucionário. A política externa do Irã passou a se orientar por princípios de autossuficiência, desconfiança das instituições internacionais e rejeição a acordos considerados assimétricos (Patrikarakos, 2020, p. 35).

Segundo Patrikarakos (2020), o programa nuclear evoluiu paralelamente à consolidação do Estado iraniano pós-revolucionário. Ainda que sob forte pressão internacional, o Irã manteve investimentos em energia nuclear como símbolo de sua soberania tecnológica. Dessa forma, o discurso oficial do Irã, ao evocar elementos civilizatórios e jurídicos, posiciona-se como resistência frente à hegemonia tecnológica ocidental. Como argumenta Gaietta (2015), essa retórica integra o Irã a uma narrativa mais ampla de contestação ao neocolonialismo científico, reivindicando um lugar autônomo na governança global do conhecimento. Nesse sentido, ao afirmar que seu programa é estritamente civil, o Irã procura construir uma imagem de responsabilidade técnica e racionalidade estratégica, contrapondo-se à representação ocidental de que o país constituiria uma ameaça existencial.

A busca iraniana por tecnologia nuclear adquire, assim, dimensão geopolítica e simbólica. Ao longo das décadas seguintes, o país passou a reivindicar seu direito ao desenvolvimento nuclear pacífico com base no artigo IV do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), que garante aos signatários acesso à tecnologia nuclear civil sob supervisão da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (NPT, 1968). Essa prerrogativa foi mobilizada pela diplomacia iraniana como resposta ao que considera uma ordem internacional

assimétrica, na qual o monopólio do conhecimento estratégico é mantido pelas potências do Norte global, em detrimento das nações em desenvolvimento (Gaietta, 2015).

O país possui uma longa tradição de mobilização popular, que inclui episódios como a Revolução Constitucional de 1906 e as manifestações de massa que culminaram na Revolução Islâmica de 1979. Ao longo desse processo, o regime de Mohammad Reza Pahlavi foi amplamente criticado por suprimir liberdades civis e violar direitos humanos, o que intensificou o descontentamento social e fortaleceu a resistência interna (Abrahamian, 2008). Além disso, o mais importante de tudo, a própria revolução havia sido realizada através da participação popular — por reuniões de massa, greves gerais e protestos de rua (Abrahamian, 2008). Enfim, a revolução também categorizou a economia nacional em setores público e privado, alocando grandes indústrias para a primeira, mas agricultura, indústria leve e a maioria serviços a este último (Abrahamian, 2008). O novo Estado não somente sobreviveu, mas consolidou seu poder. Por um lado, deixou de ser uma entidade isolada e autônoma pairando sobre a sociedade. Com igual relevância, a estabilização do regime pós-revolucionário permitiu ao país retomar e ampliar sua influência geopolítica no Oriente Médio, especialmente nas esferas energética e estratégica.

A centralidade regional do Irã no Oriente Médio possui raízes que antecedem amplamente o século XXI, sendo resultado de um legado histórico-geopolítico que remonta ao período do Império Persa, cuja rivalidade com o Império Otomano estruturou dinâmicas de poder na região por séculos (Abrahamian, 2008). Essa projeção histórica conferiu ao Irã uma posição estratégica que se mantém no contexto contemporâneo, tanto em função de sua localização no Golfo Pérsico — área de relevância global no comércio de hidrocarbonetos — quanto pela sua capacidade de influenciar processos políticos em países vizinhos. Com igual relevância, a atuação do Irã na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e sua condição de potência energética não esgotam sua relevância regional. O país detém significativos recursos demográficos, capacidades militares e redes de influência política e religiosa que o colocam como ator central nas disputas do Oriente Médio. Nesse sentido, o programa nuclear deve ser compreendido como parte de uma estratégia mais ampla de afirmação soberana e de autonomia tecnológica, inserida em uma longa trajetória de busca por prestígio e independência estratégica.

A constituição de 1979, elaborada no contexto da Revolução Islâmica, materializou essas aspirações ao estabelecer diretrizes para um Estado baseado em “liberdade, igualdade e justiça social”, ao mesmo tempo que instituiu um modelo econômico misto, com setores estratégicos — como energia e defesa — sob controle estatal (Abrahamian, 2008). A partir

desse arranjo, o Irã passou a articular políticas de desenvolvimento científico que integrassem, simultaneamente, sua identidade ideológica e sua ambição de protagonismo regional.

Dessa maneira, ao conectar as transformações institucionais do pós-revolução com os elementos históricos de projeção regional, observa-se que o Irã buscou consolidar uma posição autônoma em relação às grandes potências, tensionando o regime internacional de não proliferação ao reivindicar seu direito ao desenvolvimento nuclear pacífico. A retórica iraniana, portanto, mobiliza tanto argumentos legais quanto narrativas de justiça internacional e emancipação tecnológica. Como ressalta Gaietta (2015), o Irã se apresenta como parte de um Sul Global que, historicamente excluído das decisões estratégicas e tecnológicas, reivindica uma inserção soberana e autodeterminada no sistema internacional. Ao enfatizar que seu programa nuclear está submetido às inspeções da AIEA e que não busca adquirir armamentos, o país busca construir uma imagem de responsabilidade e racionalidade estratégica, contrapondo-se à imagem de ameaça existencial construída por certos discursos ocidentais. Essa aspiração à soberania tecnológica tem sido sistematicamente justificada pelo Irã com base no arcabouço normativo internacional. A diplomacia iraniana sustenta que, conforme o Artigo IV do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), os Estados signatários têm o direito inalienável de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos, desde que subordinados às salvaguardas e inspeções da AIEA (NPT, 1968).

Com igual relevância, o Irã argumenta que tal direito deve ser respeitado como parte do princípio de equidade no acesso ao progresso científico, posicionando-se como parte de um Sul Global historicamente excluído das decisões estratégicas e tecnológicas (Gaietta, 2015). Essa narrativa integra a construção de uma imagem de responsabilidade internacional, na qual o Irã reitera não buscar a militarização do programa nuclear, mas sim atender a demandas energéticas internas e afirmar sua autonomia. Relatórios sucessivos da AIEA até 2009 reforçaram esse posicionamento, ao destacarem a necessidade de maior transparência por parte do Irã, sem, contudo, apresentar provas conclusivas da existência de um programa deliberado de armamento nuclear (International Atomic Energy Agency, 2011). Tais evidências sustentaram a postura iraniana de que as acusações de proliferação eram politicamente motivadas e que o verdadeiro cerne da disputa residia na tentativa de restringir o acesso de países em desenvolvimento ao domínio de tecnologias estratégicas.

Nesse cenário de disputas prolongadas, a rivalidade com os Estados Unidos atinge seu ponto crítico no campo nuclear. Os EUA, ao interpretarem o avanço do programa iraniano como desafio direto à sua primazia e aos regimes internacionais de não proliferação, reconfiguram sua política de contenção, centrando esforços em restringir o acesso do Irã à tecnologia sensível

(Gaietta, 2015). O conflito discursivo entre soberania tecnológica e segurança global emerge, assim, como núcleo estruturante das interações entre os dois países.

5 O processo de Securitização do Programa Nuclear do Irã

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, a política externa dos Estados Unidos passou por uma reorientação estratégica, centrada na denominada “Guerra ao Terror”. Sob a presidência de George W. Bush, a administração norte-americana passou a identificar não somente organizações terroristas, como a Al-Qaeda, mas também Estados soberanos considerados hostis como ameaças centrais à segurança internacional. Nesse contexto, o Irã foi rapidamente incluído na lógica do combate preventivo ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, consolidando-se como alvo prioritário da agenda de segurança dos EUA (Tunç, 2004; Gray, 2006).

A inserção do Irã nesse novo paradigma securitário teve como marco discursivo o discurso do Estado da União de 2002, no qual George W. Bush classificou o Irã, junto ao Iraque e à Coreia do Norte, como parte do “eixo do mal”. Essa categorização implicava a associação direta entre o programa nuclear iraniano, o financiamento ao terrorismo e o risco de disseminação de armamentos nucleares a atores não estatais. A descoberta de instalações nucleares não declaradas no Irã naquele mesmo ano reforçou essa narrativa, intensificando preocupações tanto em Washington quanto na comunidade internacional (Hadley, 2010).

Embora tenham ocorrido momentos de cooperação entre EUA e Irã, como no apoio à formação de um novo governo no Afeganistão em 2001, essas iniciativas foram rapidamente superadas por uma estratégia de isolamento. Enquanto França, Reino Unido e Alemanha lograram formalizar, em 2004, um acordo com Teerã para suspender temporariamente o enriquecimento de urânio, os Estados Unidos permaneceram à margem, alegando a insuficiência de garantias de segurança. A eleição de Mahmoud Ahmadinejad em 2005 agravou esse impasse. O novo presidente iraniano rejeitou os termos europeus, retomando as atividades nucleares e colocando o Irã em rota de colisão com o Ocidente (Leverett, 2006). Do ponto de vista dos Estados Unidos, a reação foi a intensificação do processo de securitização, formalizada na Estratégia de Segurança Nacional de 2002 e suas atualizações posteriores. Nesses documentos, a proliferação nuclear e o financiamento ao terrorismo aparecem como ameaças sistêmicas, legitimando a adoção de medidas preventivas e unilaterais. O Irã passou,

então, a ser enquadrado como Estado pária cuja contenção era condição necessária para a estabilidade global (USDS, 2006).

A política de contenção traduziu-se na imposição de sanções econômicas, no bloqueio financeiro e na pressão diplomática exercida tanto bilateralmente quanto por meio de resoluções do Conselho de Segurança da ONU (OFAC, 2023; USDS, 2006). Ao final do governo Bush, essa visão se consolidou em um arcabouço robusto de mecanismos coercitivos: sanções unilaterais e multilaterais articuladas com resoluções do Conselho de Segurança da ONU, medidas financeiras restritivas, estruturas de modo a condicionar a atuação do Irã no sistema internacional⁴.

Ao longo de seus pronunciamentos, o presidente George W. Bush caracterizou reiteradamente o Irã como uma ameaça central à segurança internacional, enfatizando tanto o suposto apoio de Teerã a organizações terroristas quanto a possibilidade de que o regime alcançasse capacidade nuclear. A retórica oficial associava a continuidade do programa nuclear iraniano a um cenário de agravamento global das tensões, sinalizando que a obtenção de armas nucleares por parte do Irã comprometeria a estabilidade regional e ampliaria os riscos de proliferação para atores não estatais (Bush, 2003, 2005; Bush, 2007a, 2007b). Além de ressaltar o caráter perigoso do regime iraniano, Bush sustentava que o Irã violava compromissos assumidos nos tratados de não proliferação, particularmente em relação às obrigações perante a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Tal narrativa fundamentava a desconfiança sistemática em relação às intenções de Teerã, ao mesmo tempo que justificava a mobilização de medidas coercitivas no plano internacional (Bush, 2004; Bush, 2006a; Bush, 2008).

Em diversos momentos, a linguagem empregada pelo presidente norte-americano mobilizou imagens de catástrofe global, evocando possibilidades extremas como o desencadeamento de uma “Terceira Guerra Mundial” ou mesmo de um “holocausto nuclear”. Esses elementos discursivos ampliavam o senso de urgência, ao mesmo tempo que atuavam na construção do Irã como ameaça existencial.

A busca ativa do Irã por tecnologia que poderia levar a armas nucleares, ameaça colocar uma região já conhecida pela instabilidade e violência sob a sombra de um holocausto nuclear. As ações do Irã ameaçam a segurança das nações em todos os

⁴ Embora esses instrumentos visassem, em tese, induzir o regime iraniano a adotar posturas consideradas “positivas”, o próprio desenho das punições revelava uma lógica punitiva mais do que transformadora, reiterando a assimetria nas relações e contribuindo para o enrijecimento das posturas de Teerã frente à comunidade internacional.

lugares⁵ (Bush, 2007a, p. 1126). Então, eu disse às pessoas que, se você está interessado em evitar a Terceira Guerra Mundial, parece que deveria estar interessado em impedir que elas tenham o conhecimento necessário para fabricar uma arma nuclear⁶ (Bush, 2007b, p. 1355)

Ao retratar o Irã como um ator ameaçador, os discursos frequentemente focam nas atividades ilícitas do país, que representavam não somente uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos, mas também deslegitimar o governo iraniano, destacando a opressão imposta aos seus cidadãos. Com isso, o Irã deixava de ser apenas um problema técnico ou diplomático; tornava-se, na gramática estratégica estadunidense, um desafio civilizacional.

No escopo da teoria da securitização, Buzan, Wæver e de Wilde (1998) elucidam a natureza intrinsecamente performativa e ambígua desse processo — uma operação discursiva pela qual um ator, ao qual é conferida autoridade securitária, identifica determinado tema como uma ameaça existencial a um referente específico, legitimando, assim, a adoção de medidas extraordinárias que extrapolam os marcos da política ordinária. Nesse contexto, a administração Bush já operava, em certa medida, sob o influxo de uma lógica securitária no que tange à relação com o Irã, cuja complexidade histórica e simbólica fora gradualmente transmutada em um constructo de ameaça no imaginário estratégico estadunidense. Desde a revolução iraniana de 1979, os Estados Unidos perceberam o Irã como uma ameaça perpétua aos seus interesses, cultivando uma propensão a enquadrar questões pertinentes ao Irã como questões de segurança e interesse nacional (Abrahamian, 1982). Assim, quando as instalações nucleares iranianas clandestinas foram reveladas, a percepção do Irã como uma ameaça aos interesses americanos já havia se enraizado profundamente.

Na fase embrionária do processo de securitização, a retórica do presidente George W. Bush assumiu contornos inequívocos e deliberadamente dramáticos, consolidando uma narrativa que qualificava o programa nuclear iraniano como um desafio geopolítico e o elevou à condição de ameaça existencial de amplitude planetária. Ao articular um discurso que transcende os marcos regionais do Oriente Médio, o presidente norte-americano ampliava estrategicamente o referente ameaçado: já não se tratava somente da segurança de aliados próximos ou da estabilidade de uma zona volátil, mas da própria integridade da ordem internacional liberal, fundada em valores como a não proliferação, a previsibilidade das relações interestatais e a contenção de atores revisionistas. Essa expansão do escopo securitário — de

⁵ No original: “*And Iran’s active pursuit of technology that could lead to nuclear weapons threatens to put a region already known for instability and violence under the shadow of a nuclear holocaust. Iran’s actions threaten the security of nations everywhere*”

⁶ No original: “*So I’ve told people that if you’re interested in avoiding world war III, it seems like you ought to be interested in preventing them from have the knowledge necessary to make a nuclear weapon*”

um objeto de referência regional para uma coletividade global — representa, na ótica de Buzan, Wæver e de Wilde (1998), uma tática discursiva típica do ato de securitização bem-sucedido: ao maximizar o potencial destrutivo do inimigo, legitima-se a adoção de medidas extraordinárias, inclusive intervenções unilaterais ou coalizões coercitivas, sob o pretexto de preservar a civilização contra sua suposta ruína iminente.

O segundo passo no processo de securitização é a chamada para ação de emergência. Aqui, o presidente Bush frequentemente afirmou que os EUA prefeririam que o problema fosse resolvido diplomaticamente.

Os líderes do Irã têm uma escolha clara. Esperamos que eles aceitem nossa oferta e suspendam voluntariamente essas atividades, para podermos chegar a um acordo que traga benefícios reais ao Irã. Se os líderes do Irã rejeitarem nossa oferta, isso resultará em ação perante o Conselho de Segurança, maior isolamento do mundo e sanções políticas e econômicas cada vez mais fortes⁷ (Bush, 2006b, p. 1181).

Aprofundando o discurso presidencial, fica-se com a impressão de que nenhuma medida extraordinária foi proferida na superfície. Principalmente, quando o presidente Bush confessou o desejo de uma resolução diplomática, mascarou a intenção de coagir o Irã a cumprir as exigências americanas e internacionais, para que não enfrentasse mais isolamento. Desconsiderando repetidamente as preocupações de segurança iranianas, os EUA se agarraram obstinadamente à perspectiva de uma ação militar unilateral contra o Irã, mesmo que o Irã concordasse com os requisitos internacionais relativos ao seu programa nuclear. Em segundo lugar, embora evitando um conjunto específico de medidas extraordinárias, o presidente enfatizou consistentemente que, ao enfrentar o perigo do programa nuclear iraniano, “todas as opções estavam sobre a mesa”.

Minha mensagem para todos na região [do Oriente Médio] é: acredito que podemos resolver isso diplomaticamente e que a pressão deve funcionar. Eu disse, é claro, que os Estados Unidos mantêm todas as opções sobre a mesa. Essa é a política dos Estados Unidos⁸ (Bush, 2008, p. 2).

Recusar-se a eliminar qualquer opção, mesmo uma ação militar unilateral, continuou sendo uma resposta plausível à ameaça iminente. Em essência, enquanto os EUA se abstiveram de sugerir abertamente uma medida extraordinária para lidar com o programa nuclear iraniano,

⁷ No original: “Iran’s leaders have a clear choice. We hope they will accept our offer and voluntarily suspend these activities, so we can work out an agreement that will bring Iran real benefits. If Iran’s leaders reject our offer, it will result in action before the Security Council, further isolation from the world, and progressively stronger political and economic sanctions”

⁸ “No original: “My message to all in the region is, I believe we can solve this diplomatically, and that pressure must work. I have said, of course, that the United States keeps all options on the table. That’s the United States policy”

eles o fizeram indiretamente, afirmando que “todas as opções estavam sobre a mesa” e reivindicando o direito de empregar todos os meios considerados necessários para enfrentar o problema.

A terceira e última etapa do processo de securitização envolve a aceitação do público e a transgressão das normas estabelecidas. A medida extraordinária empregada pelo governo Bush não foi uma ação militar, mas sim uma campanha internacional visando isolar ainda mais o Irã enquanto aumenta significativamente a pressão econômica. Para a implementação contínua de várias sanções, o governo Bush aproveitou um escritório dedicado no Tesouro dos Estados Unidos, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros⁹ (OFAC). Essa agência supervisiona diversos programas de sanções, que vão de abrangentes a seletivos, utilizando congelamentos de ativos e restrições comerciais para atingir a política externa e os objetivos de segurança nacional (OFAC, 2023).

O processo de securitização do programa nuclear iraniano promovido pelos Estados Unidos não se restringe à dimensão discursiva, devendo ser compreendido à luz dos interesses geopolíticos subjacentes à política externa norte-americana no Oriente Médio. A transformação do Irã em ameaça existencial serviu, de forma estratégica, para justificar a intensificação de mecanismos de contenção — econômicos, diplomáticos e financeiros — voltados à manutenção da primazia norte-americana na região (USDS, 2006). Nesse contexto, o programa nuclear iraniano foi interpretado como vetor de redistribuição de poder regional, capaz de fortalecer um Estado que historicamente tensiona alianças tradicionais dos EUA no Golfo Pérsico e sustenta redes de apoio a atores como o *Hezbollah*, desafiando os interesses de Washington e Tel Aviv (Gray, 2006; Hadley, 2010). Ao articular o Irã como “Estado pária”, a administração Bush conferiu legitimidade à mobilização de sanções multilaterais e ações unilaterais que ampliaram a influência dos EUA sobre fluxos energéticos e circuitos financeiros internacionais, ao mesmo tempo que operou o discurso securitário como tecnologia de poder (Bush, 2007a; OFAC, 2023).

Consoante Van Dijk (2001), práticas discursivas funcionam como instrumentos de dominação, ao moldarem percepções e produzem estruturas sociais hierarquizadas, reforçando assim a capacidade de grupos hegemônicos definirem o campo de ação dos demais. Dessa forma, a securitização do Irã opera em múltiplas frentes, abrangendo justificativas normativas

⁹ O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Departamento do Tesouro dos EUA administra e aplica sanções econômicas e comerciais com base na política externa e nos objetivos de segurança nacional dos EUA contra regimes e países estrangeiros visados, terroristas, narcotraficantes internacionais, pessoas envolvidas em atividades relacionadas à proliferação de armas de destruição em massa e outras ameaças à segurança nacional, política externa ou economia dos Estados Unidos (OFAC, 2023).

e objetivos materiais, e projetando-se como narrativa estratégica voltada à contenção e à afirmação de poder no sistema internacional.

6 Considerações Finais

O programa nuclear iraniano consolidou-se como tema central da política externa dos Estados Unidos durante o governo de George W. Bush (2001–2009), sobretudo no contexto pós-11 de setembro. A securitização empreendida pela administração norte-americana transformou a questão nuclear em uma ameaça existencial à ordem internacional, mobilizando um repertório discursivo que legitimou a imposição de sanções, o isolamento diplomático e a pressão econômica sobre Teerã.

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou que os discursos do presidente Bush não se limitaram a descrever o programa iraniano como um risco técnico, mas operaram como instrumentos performativos que reconfiguraram a percepção internacional sobre o Irã. A invocação de imagens alarmistas, como um possível “holocausto nuclear” ou o desencadeamento de uma “Terceira Guerra Mundial”, inseriu a política nuclear iraniana em uma gramática de ameaça civilizacional. Com isso, os Estados Unidos ampliaram o escopo da ameaça, vinculando-a não somente à segurança regional, mas à própria estabilidade do sistema internacional. Em termos estratégicos, a administração Bush utilizou a diplomacia de maneira ambígua. Embora houvesse reiteradas declarações favoráveis à resolução pacífica da crise, tais manifestações eram acompanhadas pela afirmação de que “todas as opções estavam sobre a mesa”. Essa retórica conferia legitimidade à adoção de medidas coercitivas, sem haver necessariamente uma proposta consistente de negociação. Tal postura, como visto, comprometeu a construção de confiança mútua e reduziu as chances de solução diplomática, favorecendo a escalada do conflito.

Ao privilegiar instrumentos de contenção, como sanções econômicas e ações unilaterais de pressão, os Estados Unidos reforçaram sua primazia normativa e política, ao passo que deslegitimaram os pleitos iranianos por autonomia tecnológica. A retórica securitária tornou-se, assim, um mecanismo de poder que não somente excluiu o Irã do debate internacional sobre não proliferação, mas também serviu como pretexto para expandir a presença norte-americana no Oriente Médio. Do ponto de vista analítico, a securitização do Irã representa um caso paradigmático de como discursos políticos constroem ameaças e moldam a agenda internacional. Conforme sustentam Buzan, Wæver e de Wilde (1998), a securitização ocorre quando uma narrativa é aceita pela audiência como legítima, autorizando ações que extrapolam

os limites da política ordinária. No caso em tela, a aceitação pública e institucional da ameaça iraniana permitiu a implementação de um regime de sanções sem precedentes, cuja eficácia permanece objeto de controvérsia.

Em última instância, a política externa dos Estados Unidos em relação ao Irã, durante o governo Bush, evidencia os limites de uma abordagem centrada na securitização. Ao transformar a questão nuclear em emergência global, o governo norte-americano dificultou a construção de soluções diplomáticas sustentáveis, ao mesmo tempo que reforçou percepções de unilateralismo e instrumentalização da segurança como vetor de poder. Essa experiência segue repercutindo nas relações EUA-Irã e ilustra como a linguagem política opera como vetor estratégico na formulação de agendas de segurança internacional.

Referências Bibliográficas

ABRAHAMIAN, Ervand. *Iran between Two Revolutions*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1982.

ABRAHAMIAN, Ervand, *A History of Modern Iran*, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BUSH, George W. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*, 2003. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-the-state-the-union-23>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BUSH, George W. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*, 2005. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BUSH, George W. *Commencement Address at the United States Merchant Marine Academy in Kings Point*, New York, 2006a. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2006/06/images/20060619-1_p061906kh-0475-515h.html. Acesso em: 18 jun. 2023.

BUSH, George W. *Remarks Following a Cabinet Meeting and an Exchange With Reporters*, 2006b. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-following-cabinet-meeting-and-exchange-with-reporters-0>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BUSH, George W. *Remarks at the American Legion National Convention in Reno, Nevada*, 2007a. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2007/08/images/20070828-2_p082807cg-0295-515h.html. Acesso em: 18 jun. 2023.

BUSH, George W. *The President's News Conference*, 2007b. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2007/10/20071017.html>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BUSH, George W. *Interview With Foreign Print Media*, 2008. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2008/01/20080104-10.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: A New Framework For Analysis*.

Boulder Colo.: Lynner Rienner Publishers, 1998.

CIRINCIONE, Joseph; GROTO, Andrew. *A New Strategy for Resolving the Nuclear Crisis with Iran*. Center for American Progress, 2007.

CRISTOVÃO, S. *A Diplomacia no Nuclear e as limitações da Agência Internacional de Energia Atômica*. Dissertação—Universidade de Lisboa: [s.n.], 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FLICK, Uwe. *An Introduction to Qualitative Research*. London: Sage Publications, 2009.

GAIETTA, M. *The Trajectory of Iran's Nuclear Program*. [s.l.] Springer, 2015.

GIL, A. A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. [s.l.] São Paulo: Atlas, 2002.

GRAY, Christine. The Bush Doctrine Revisited: The 2006 National Security Strategy of the USA. *Chinese Journal of International Law*, v. 5, 2006.

HADLEY, Stephen J. The George W. Bush Administration. Disponível em: <http://iranprimer.usip.org/sites/default/files/The%20George%20W.%20Bush%20Administration.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. *Implementation of the NPT Safeguards Agreement and relevant provisions of Security Council resolutions in the Islamic Republic of Iran*. GOV/2011/65, 2011.

JORGENSEN, M., & PHILIPPS, L. *Discourse analysis as theory and method*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2002.

LEVERETT, Flynt. *Dealing with Tehran: Assessing U.S. Diplomatic Options Towards Iran*. The Century Foundation, New York, 2006. Disponível em: https://production-tcf.imgix.net/app/uploads/2006/12/04023332/tcf-leverett_diplomatic-2.pdf. Acesso em: 29 abr. 2017.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE. Country Overviews: Iran: Nuclear Chronology. Disponível em: https://web.archive.org/web/20100910142612/http://www.nti.org/e_research/profiles/1825_1826.html. Acesso em: 9 jun. 2023.

NPT – *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*. United Nations, 1968.

OFFICE OF FOREIGN ASSETS CONTROL (OFAC). 2023. *Home*. Disponível em: <https://ofac.treasury.gov/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PATRIKARAKOS, D. *Nuclear Iran*. London: I. B. Tauris & Company, Limited, 2020.

RAMAZANI, R. K. *Independence without freedom: Iran's foreign policy*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013.

TUNÇ, Hakan. *Preemption in the Bush Doctrine: A Reappraisal*. Foreign Policy Analysis, v. 5, 2009.

USDS. *The National Security Strategy of the United States of America*. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/64884.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

VAN DIJK, T. A. *Critical discourse analysis*. Em: D. Schiffrin, D. Tannen, & H. E. Hamilton (Eds.), *The handbook of discourse analysis*. Blackwell Publishing, 2001.

WILLIAMS, Michael C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, v. 47, 2003.

Recebido em 05 de junho 2025.

Aceito para publicação em 16 de setembro de 2025.



 Fellipe Souza Sena

Graduado em Ciências & Humanidades e em Relações Internacionais pela UFABC, mestrando em relações internacionais pelo PPGR San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP) com bolsa CAPES, pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

 DOI: 10.5281/zenodo.19096987

CRISE DO CAPITAL, ASCENSÃO NEOFASCISTA E AS NOVAS MODALIDADES DE GUERRA

CAPITAL CRISIS, NEOFASCIST RISE AND THE NEW MODALITIES OF WAR

RESUMO: Historicamente, guerra, capital e Estado representaram uma relação simbiótica de codependência e mútuo reforço, determinando as formas de governamentalidade e relações produtivas responsáveis pela estruturação do sistema capitalista moderno. O presente artigo analisa como, ao longo dos últimos anos, o crescente processo de pauperização das massas tem desembocado em crescentes crises de legitimidade, promovendo vácuos de poder aos quais reagem novas forças sociopolíticas, por meio da ascensão de grupos radicalizados de extrema direita. Fazendo-se uso da teoria da securitização, investiga-se como, para a manutenção das bases de acumulação do sistema e como forma de assentar seus projetos de poder, tais grupos operam segundo uma lógica dicotômica de divisão social, determinando segmentos específicos como responsáveis pela assumida decadência do coletivo. A eles, emprega-se uma lógica de guerras civis, diante de uma percepção construída de ameaça existencial, fazendo da mobilização da cólera proveniente das insatisfações populares um mecanismo de legitimação do angario de forças extraordinárias, permitindo processos tanto simbólicos quanto institucionais de cisão social e gradual deterioração dos mecanismos democráticos de salvaguarda.

Palavras-chave: Capitalismo, guerra civil, extrema direita, neofascismo, securitização

ABSTRACT: Historically, war, capital and the State represented a symbiotic relationship of codependency and mutual reinforcement, determining the forms of governmentality and productive relations responsible for structuring the modern capitalist system. This article analyzes how, over the last few years, the growing process of pauperization of the masses has resulted in growing crises of legitimacy, promoting power vacuums to which new sociopolitical forces react, through the rise of radicalized far-right groups. Using the theory of securitization, we investigate how, in order to maintain the system's accumulation bases and as a way of establishing their power projects, such groups operate according to a dichotomous logic of social division, determining specific segments as responsible for the assumed decadence of the collective. To them, a logic of civil wars is employed, faced with a constructed perception of existential threat, making the mobilization of anger arising from popular dissatisfaction a mechanism for legitimizing the raising of extraordinary forces, allowing both symbolic and institutional processes of social division and gradual deterioration of democratic safeguard mechanisms.

Keywords: Capitalism, civil war, far right, neofascism, securitization

1 Introdução

O confronto violento entre grupos politicamente organizados, cujas pretensões conflitivas recrudesçam ao ponto da irreconciliação, acarretando no emprego da força até que uma das partes seja incapaz de sustentar o conflito, ou que tenha sido totalmente suprimida. De modo sintético, esta perspectiva apreende a essência do modelo clássico teorizado por Clausewitz. O militar prussiano, que escrevia em um contexto de competição anárquica entre os atores, via nas forças armadas a materialização do próprio Estado e, portanto, o conflito bélico como processo natural e incontornável de sobrevivência no cenário internacional.

Sua concepção, todavia, estava centrada no modelo de emprego integral das capacidades estatais no campo de batalha, em um confronto retilíneo entre exércitos que se digladiariam em um confronto sangrento até o esgotamento. Nas perspectivas clássicas, a guerra, portanto, assentou-se conceitualmente no combate a uma figura externa, pressupondo uma configuração homogênea por parte do Estado com relação ao inimigo.

Suas causas, forma e intensidade, entretanto, não se desenvolvem como uma força militar autônoma mas, como Clausewitz apontara, como resultado de uma relação social dialética de forças, que definirão sua legitimidade e o nível de esforço que terá à sua disposição, em correspondência ao interesse ulterior dos agrupamentos que compõem o Estado. Ao afirmar que a guerra representa a continuação da política por outros meios, denota que esta não é um fim, mas um instrumento, condicionado por uma operação de construção de legitimidade e, acima de tudo, de necessidade de emprego da violência contra uma ameaça identificada. Isto revela que o Estado em si não atua como entidade monolítica, composta por uma supramentalidade capaz de conjugar inequivocamente interesses de validade congênita, mas como contínuo campo de disputa, cujas forças triunfantes determinam quais violências empregar e contra quais atores.

Ao longo dos anos recentes, uma reconfiguração progressiva, decorrente de sinais de saturação das formas assimétricas de acumulação do capitalismo neoliberal, tem gradativamente alterado as modalidades de emprego da guerra. Diante do recrudesimento de condições pauperizadas de vida das massas, mesmo em países ditos desenvolvidos, crescem processos contestatórios e crises de legitimidade do *establishment* político tradicional. Neste ínterim, vácuos de poder vêm sendo preenchidos por novos agrupamentos políticos de extrema direita.

Munidos de uma indumentária populista, fazem uso de lideranças carismáticas e de construções discursivas que buscam, com base no retorno a um passado mítico, contrapor e criminalizar inimigos públicos declarados, traduzidos nos movimentos sociais, nas políticas de diversidade e em imigrantes, dentre outros, que são culpabilizados econômica e moralmente pela aparente decadência do corpo social (Finchelstein, 2019).

Diante disto, analisa-se como este processo de criação de cisões estabelece, por meio de uma lógica securitária, uma transposição do modelo tradicional de guerra interestatal para uma nova articulação de guerras civis contra inimigos construídos internamente, segundo um processo dicotômico-maniqueísta que opera em duplo sentido: Por um lado, a guerra serve de instrumento ao capital para evitar o transbordo dos desafios coletivos à revolta reformista, mantendo assim sua geometria assimétrica de distribuição de poder intocada. Por outro, a inquisição destes segmentos da sociedade fortalece a naturalização de visões radicalizadas do corpo social, interditando os meios de diálogo, reificando o império do emprego da violência e aquiescendo, gradativamente, os mecanismos democráticos de salvaguarda.

2 Capitalismo, guerra e Estado

Independentemente do nível de afinidade que se faça para com os pressupostos e previsões estabelecidas pela teoria marxista em sua incursão para dissecar as maquinarias que operam o sistema capitalista, talvez um dos mais consensuais repouse sobre a sua plasticidade adaptativa (Marx, 2014). Em outros termos, desde sua gênese, o engenho de exploração da mais-valia e institucionalização da propriedade privada mostrou-se capaz de articular elementos conjunturais como instrumento de modulação do arranjo de forças em prol da superação de barreiras ao seu desenvolvimento, e tornar-se a norma paradigmática do sistema internacional. Mesmo após a iminência de crises de larga escala, estas serviram menos ao esgotamento e ruptura do sistema que à remodelação de seus arquétipos, em um contínuo processo genealógico de novos mecanismos de reprodução das condições de acumulação.

Em 1944, os Acordos de Bretton Woods articulariam a criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), afim de criar um parâmetro institucional que, somado aos esforços do Plano Marshall para a reconstrução europeia, seria capaz de articular regulações e orientações ao cenário econômico internacional de modo a retomar o crescimento e promover maior previsibilidade. Na década de 1990, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), focada na integração

econômica por meio da queda de barreiras ao comércio, após os choques do petróleo e esgotamento do Estado de bem-estar social, listava-se entre os sinais de adentramento na era neoliberal, marcada pela criação de cadeias globais de valor e pela desassociação entre capital produtivo e financeiro (Eichengreen, 2012). Neste imbróglio, a lógica de conflito e destruição não passou incólume, mas foi, na verdade, elemento integral na edificação do capitalismo moderno.

Surgida no bojo das metrópoles, a ordem capitalista só foi capaz de se engendrar como mecanismo motriz dos mais diversos sistemas sociais em escala global graças a uma rede colonial mantida segundo relações de coerção e poder imperialista, fazendo do conflito e do emprego da força o meio necessário à integração dessas possessões territoriais à nova lógica competitiva, notadamente em termos desiguais de troca, essenciais à manutenção da sua condição subalterna (Furtado, 1961). Complementarmente, a apropriação da riqueza proveniente dessas assimetrias serviu de base a um processo de super exploração na divisão internacional do trabalho, responsável pelo engendramento da distribuição estanque de riqueza e poder encontrada na atual conjuntura, resultando na já conhecida divisão entre os chamados primeiro e terceiro mundo, processo esse que favoreceu a estruturação e fortalecimento do modelo eurocêntrico de Estado, permitindo tanto o seu ganho de musculatura institucional quanto a legitimação no exercício de suas funções político-jurídico-administrativas.

Há uma relação mutuamente benéfica no emprego da violência, através do qual o capital se apropria do poder de coerção do Estado para impor novas condições às relações econômicas, ao passo que este depende dos ganhos provenientes para manter legitimidade, como figura garantidora de estabilidade e prosperidade diante de seu território e população, e desenvolver sua estrutura institucional. Além disso, conflito e guerra têm operado de modo paradoxal como forças propulsoras do ganho de pujança econômica e da inovação científico-tecnológica. Diversos recursos que hoje permeiam a vivência civil, nos meios de transporte, logística e comunicação, como o GPS e a própria internet, resultaram de esforços do âmbito militar, atualmente constituindo base integral das relações comerciais. Não obstante, a operação militar se tornou um *business*, por meio da criação de um amplo complexo industrial militar que movimentava diversificados setores de tecnologia, empresas de segurança privada e até mesmo o ramo do entretenimento, influenciando os referenciais simbólicos do público acerca da relação amigo/inimigo (Stahl, 2009). Desta forma, guerra, moeda e Estado constituem a estrutura fundante do capitalismo moderno, por meio de uma relação simbiótica lastreada na

monopolização da propriedade privada, por parte do mercado, e do uso legítimo da força, pela figura do Estado (Alliez, Lazzarato, 2021).

A instrumentalização da violência e do conflito, todavia, não se resume somente a um aparato destinado aos interesses expansivos do capital, serve também à imposição das suas contradições internas e ao combate de processos contestatórios que têm surgido, em especial, na sua modalidade neoliberal.

Como princípio central, o capitalismo se orienta segundo uma perpétua busca pela otimização, almejando maximização irrestrita dos retornos segundo artifícios como incremento da produtividade/tempo, redução dos custos e dos erros operacionais (Foucault, 2014). Notadamente, este processo demandou amplo esforço para a conjugação das massas às novas lógicas produtivas, promovendo aderência comportamental de encontro aos acréscimos de mais-valia pretendidos.

De encontro a estes fins, empregou-se amplamente o que a teoria foucaultiana define como dispositivo: uma combinação heterogênea de arcabouços institucionais, conjuntos de regras, códigos jurídicos, discursos e medicalizações, modelos arquitetônicos, em outras palavras, um nexo de recursos tangíveis e intangíveis que se articulam em uma rede de significados responsáveis por constranger o indivíduo às específicas formas legitimadas de existir no corpo social (Foucault, 2021).

A arquitetura panóptica proposta por Jeremy Bentham (2012), que fundou um novo modelo de controle social cuja eficácia se baseava na junção do isolamento com a constante percepção de vigilância, promovendo assim um jogo mental de autocontrole contra impulsos infracionais, passou a ser empregada em uma multiplicidade de espaços sociais, incluindo fábricas, hospitais e colégios, por meio da regulação corpo-objeto. A partir disso, os indivíduos passaram a ser esquadrihados nos micro detalhes de suas ações, tendo nas dimensões da força, da intensidade e do tempo empregado na produção, as métricas reguladoras para alcançar o estado ótimo da produção (Foucault, 2014).

A doutrina é clara: os corpos precisam ser vigiados e formatados, para que precisão e tempo sejam ordens inversamente proporcionais, somadas à dosagem adequada da força para que se extingam desperdícios. Somado a esse processo, criam-se rankings comparativos que permitem identificar aqueles mais aderentes, aos quais são garantidas bonificações, e os desviantes, punidos tanto pela pressão resultante da desqualificação diante dos demais quanto pelas punições recebidas.

A extensão dos controles pretendidos chegou até mesmo à dimensão pulsional dos indivíduos, fazendo do aparato sexual também um objeto de intervenção e regulação. Isto porque o emprego da energia deveria ser voltado, na maior proporção possível, à máquina produtiva, restando às condutas íntimas quase que tão somente a reprodução, para alimentar as linhas de produção. Incorporar as massas de maneira funcional a esta engenharia, todavia, apresenta um processo complexo e multiescalar, para o qual Foucault (1988) descreve o surgimento de processos de psiquiatralização, que têm por função criar certo estado de paranoia com relação à exploração dos prazeres, por meio da criação de alegorias pervertidas, como a criança masturbadora, o casal malthusiano e a mulher histérica. Reich (1988) explorou profundamente o resultado destas intervenções pela figura da família desde a tenra infância, favorecendo a neutralização das faculdades críticas, paralisando as pulsões revolucionárias e a livre expressão do pensamento, tendo como resultado a formação de indivíduos cuja capacidade de rebelião foi constrangida pela catatonia submissa, fator essencial à estabilização de um sistema lastreado na normalização das desigualdades. A estrutura busca ser totalizante, buscando promover dimensões da vida

cada vez mais condicionadas: a vida em família, a vida militar, no trabalho, na escola, no hospital, na prisão etc. Desenha-se aí uma economia biopolítica da vida equipada, com instâncias produtoras de um “superpoder” que renova, tanto em intensidade como em extensão, o modelo disciplinar inscrito na estrutura do Estado (Alliez, Lazzarato, 2021, p. 58).

A partir do processo de neoliberalização, decorrente dos choques do petróleo na década de 1970 e do esgotamento do modelo interventor do Estado de bem-estar social, contudo, abordagens mais sofisticadas passaram a ser empregadas. Fundamentada em uma percepção clara e contínua de vigilância, a maquinaria panóptica descrita por Foucault tem fundamento ortopédico, baseado em um domínio que se sustenta na cooptação física e pelo medo da punição. Uma vez que o uso puro de força coercitiva pode ser mais útil à resistência que aos fins pretendidos de submissão, a era neoliberal propõe uma inversão qualitativa que substitui a coação negativa por estímulos psicopolíticos de ordem positiva, que buscam designar ao próprio sujeito o papel de vigia e algoz.

Ainda inserido do campo do dispositivo de Foucault, emprega-se grande esforço na construção narrativa, como forma de convencimento das benesses reservadas àqueles dispostos ao emprego do sacrifício individual, cânone que passa a ser elemento norteador na lógica para o sucesso. Isto porque questões de ordem estrutural, relacionadas à geometria assimétrica de distribuição de poder econômico, representação política e paridade social, passam a ser

relegadas como justificativas simplórias por parte de páreas improdutivos, que supostamente desejam viver às custas do trabalho dos demais.

Desta forma, o sistema rígido de regras se flexibiliza. As rotinas dão lugar à lógica de gamificação e o operário se torna o *homo ludens* (Han, 2014), de modo que campanhas internas ensinam a ideia não de funcionários cumprindo um contrato em troca da sua força de trabalho, mas de colaboradores apaixonados por suas empresas e que, guiados pelo *ownership*, estão determinados a empregar todos os esforços necessários para promover o crescimento. Complementarmente, sistemas de metas e premiações por alto desempenho operam subjetivamente, induzindo a exploração auto infringida. Barreiras sistêmicas a condições mais equânimes dão lugar à lógica do empreendedorismo e da meritocracia, fazendo do “sujeito desempenho” o único responsável pelos seus sucessos e fracassos, sob o mantra inspiracional e auto coercitivo do “trabalhe enquanto eles dormem” (Han, 2015).

A dimensão oculta deste processo está em uma chave inversamente proporcional entre a desarticulação das classes trabalhadoras e novas configurações de poder das classes dominantes. Se, por um lado, as populações continuaram restritas aos seus limites territoriais, por outro, uma nova classe capitalista global em ascensão tem sido capaz, por meio de extensiva implementação de políticas neoliberais e de pressões lobistas, de alterar o padrão da correlação de forças e projetar sua influência sobre recursos, governos, instituições, a mídia e a indústria cultural (Robinson, 2019b), impulsionando uma profunda transferência de renda para grupos monopolísticos.

Como resultado, um gradativo processo de pauperização das massas tem levado a 43% de todos os ativos financeiros globais detidos nas mãos do 1% mais rico da população mundial, segundo aponta o relatório Desigualdades S.A, publicado em 2024 pela Oxfam. O estudo revela ainda que as cinco maiores empresas do mundo acumulam capital maior do que o PIB unido de todas as economias da África, América Latina e Caribe, mais de 90 países em total. Ao longo da pandemia de COVID-19, período marcado pelo derretimento de muitas moedas e deterioração econômica, com fortes ondas de desemprego e lascivos impactos nas cadeias produtivas globais, os dados apresentam uma unilateralidade das perdas, reservada somente à classe trabalhadora. Entre 2020 e 2023, o relatório aponta ainda que o montante da fortuna total de todos os bilionários no mundo, avaliado em 3,3 trilhões de dólares, registrou alta de 34%. Se considerados somente os 5 homens mais ricos do mundo, o salto foi de 114%, dobrando suas riquezas.

Inversa e concomitantemente, o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2021 da ONU aponta que, em 2020, ano inicial da pandemia, de 119 a 124 milhões de pessoas sucumbiram à pobreza, o número de indivíduos afetados pela fome aumentou de 83 para 132 milhões e aproximadamente 255 milhões de empregos foram perdidos. Em 2023, segundo aponta o documento da Oxfam, 4,8 bilhões de pessoas encontravam-se mais pobres que em 2019. Complementarmente, em 2024, os dados do Banco Mundial¹ indicavam 712 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, definida em US\$ 2,15 por dia. Tomando como exemplo o caso brasileiro, considerando o dólar a uma taxa média de R\$5,60, a métrica induz o entendimento de que pessoas com rendimentos a partir de R\$12,00 por dia, ou seja, R\$361,20 por mês, não estão em situação de miséria. Para elemento de comparação, em abril de 2024, o valor da cesta básica na cidade de São Paulo estava avaliado em R\$822,84.

Os dados evidenciam como, embora o trabalho tenha recrudescido em intensidade e geração de valor, no aprofundamento das novas técnicas de exploração do capital neoliberal transnacional, há uma arquitetura que eficientemente erode as bases econômicas em nível global, coibindo as populações a condições de crescente debilidade dos níveis gerais de vida.

Tomando a sistematização de Robinson (2019b), as principais estratégias para materializar essa captura de poder podem ser resumidas em **1.** Pressão sobre os países pela formação de economias baseadas em dívida, vinculando Estados a um sistema especulativo de juros; **2.** Fomento de medidas de austeridade, suplantando o papel regulador/interventor do Estado para a promoção de mecanismos de distribuição de renda; **3.** Aumento da especulação financeira, aprofundando a distância entre capital produtivo e fictício; e **4.** Investimento no setor tecnológico automotivo, como inteligência artificial e robótica, incrementando retornos de produtividade por meio da substituição da mão de obra humana.

Neste contexto, a interpretação da guerra adquire novas camadas de profundidade, relacionando-se com os processos de acumulação de forma dual: o capital como instrumento para a guerra, e a guerra como instrumento do capital. Quanto ao primeiro, Alliez e Lazzarato (2021) propõem uma reinterpretação da máxima clausewitziana, assumindo não a guerra como extensão da política, mas o neoliberalismo como “a continuação da guerra por outros meios”. Nesse ínterim, medidas como o bloqueio de crédito e de commodities, de embargo comercial e de desvalorização da moeda, competição desleal e enfraquecimento de setores produtivos, debilitação da máquina estatal, imposição da escassez e da miséria podem ser assumidos como

¹ Poverty, Prosperity, and Planet Report: Pathways Out of the Polycrisis. World Bank Group. Estados Unidos da América, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-prosperity-and-planet>. Acesso em: 10 abr. 2025.

elementos desestabilizadores que personificam a lógica do conflito. A utilização dos meios econômicos como estratégia de guerra não é novidade, Sun Tzu (2006) já previa a supressão da economia inimiga como subterfúgio para a vitória. A diferença está no fato de que, conquanto este previa o emprego do estratagema como uma ferramenta de utilização pontual, restrita ao contexto de guerra declarada contra um inimigo específico, no mundo globalizado neoliberal, sua aplicabilidade se universalizou como regra operativa do sistema.

Para trabalhar a guerra como instrumento do capital, todavia, primeiro é preciso compreender que o processo histórico acima descrito, na genealogia de dispositivos bio e psicopolíticos de controle, na estruturação e mobilização de forças socioinstitucionais, significa assumir a relação capital/guerra como sintaxe: um núcleo endógeno de forças normativas e valores vinculantes que estruturam o corpo das instituições, o pensamento e o *modus operandi* dos indivíduos, articulando padrões de subjetivação (que serão elemento central nos conflitos da era neoliberal) e modelos civilizacionais. Em outras palavras, o capital possui agência na modulação das organizações e na promoção de dadas governamentalidades, ou seja, na indução e reificação de formas específicas de interpretação e legitimação do mundo.

À medida que produz renda, o sistema também induz destruição, por meio da exploração acentuada das massas e da degradação progressiva das suas condições materiais. Por um lado, o pacto de estabilidade financeira apregoa políticas de austeridade em busca da reordenação fiscal, por outro, o pacto de segurança, na sua luta contra ameaças à configuração do sistema, suprime resistências e ameaça a lógica democrática (Alliez, Lazzarato, 2021). Com relação a isso, de modo cada vez mais acentuado, o apoderamento destas governamentalidades tem sido campo fértil de operação de grupos de extrema direita que, diante de debilidades crescentes do sistema, ocupam vácuos de poder deixados pelas crises de legitimidade do establishment político. Embora sua abordagem populista pregue o retorno da prosperidade de outrora, sua *práxis* recorre à radicalização, por meio da tentativa de emprego da lógica de guerras civis contra inimigos internos nos quais se erige o estilema de responsabilidade pela decadência do coletivo, servindo menos à promoção do desenvolvimento que à manutenção das condições de acumulação.

3 Radicalização, neofascismo e o “inimigo interno”

À medida que a saturação do sistema se aproxima de um ponto limítrofe, impedir que a fagulha das insatisfações se propague e acenda o barril dos desafetos coletivos, na mobilização

de reformas distributivas que alterem a ordem da acumulação neoliberal, torna-se primordial à sua manutenção. Para este fim, torna-se conveniente beneficiar novas lideranças, cujo apelo esteja não na reforma, mas na instauração de inimigos internos, em cujo combate se direciona a cólera das massas pauperizadas, graças ao poder da construção narrativa que, eficientemente, combina os anseios por melhoria com a ideia de ameaça iminente.

Na Europa, partidos de extrema direita têm crescido expressivamente em popularidade e expandido as cadeiras ocupadas no Executivo e Legislativo. Nas eleições de junho de 2024 para o parlamento europeu, a coligação de extrema direita formada pelos Reformistas e Conservadores Europeus (ECR) e pela Identidade e Democracia (ID) aumentou sua força para mais de 20% dos assentos², seguindo uma ascensão continuada desde as últimas eleições, em 2014 e 2019. Nas eleições legislativas na França, apesar de não conquistar maioria, a extrema direita subiu de 88 para 143 representantes. No início de 2025, no parlamento alemão, a Alternativa para a Alemanha (afD) se tornou a segunda sigla no poder, com 152 cadeiras³.

Nas Américas, as eleições de Jair Bolsonaro e Javier Milei direcionaram duas das maiores economias regionais para tendências politicamente radicais e economicamente neoliberais. Os mesmos ideais instigaram as reiteradas tentativas de golpe na Bolívia. Nos Estados Unidos, historicamente projetados como bastião da democracia liberal e defesa dos direitos humanos, Donald Trump se elegeu pela primeira vez em 2016 e, logo nos primeiros dias de posse do segundo mandato, em janeiro de 2025, instaurou uma série de políticas radicais criminalizando estrangeiros, minorias e atacando organizações internacionais, em uma curva crescente de apoio ao emprego da força, incluindo mesmo ameaças de guerra e invasão contra o Panamá e Canadá.

Longe de uma sucessão tradicional do jogo político entre governos mais afeitos a pautas sociais de esquerda por aqueles mais conservadores, essa reconfiguração sociopolítica tem como ponto inflexivo uma radicalidade de teor fascista, que busca normalizar o império da violência como recurso político legítimo não somente para se sobrepor, mas para exterminar aqueles considerados opositores, dissidentes e, acima de tudo, ameaças internas à ordem que se busca estabelecer.

² Como cada país votou na eleição para o Parlamento Europeu. DW. São Paulo, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-cada-pa%C3%ADs-votou-na-elei%C3%A7%C3%A3o-para-o-parlamento-europeu/a-69321443>. Acesso em: 10 abr. 2025.

³ Conservadores confirmam vitória na Alemanha e direita radical tem votação recorde. BBC News Brasil. São Paulo, 23 fev. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx28v597pelo>. Acesso em: 12 abr. 2025.

Cas Mudde (2019) estabelece duas categorias distintas para compor a chamada ultradireita, termo guarda-chuva para se referir aos novos extremismos autoritários em ascensão. O primeiro deles, a direita radical, caracteriza-se pela manutenção das bases da democracia, traduzidas na soberania popular e no governo da maioria, opondo-se, porém, aos elementos da democracia liberal, como a separação dos poderes e os direitos de minorias. Esta seria uma via populista, enquanto o outro grupo, a extrema direita, nega completamente as bases da democracia e assume uma feição despudoradamente radical e supremacista, formando células explicitamente fascistas.

Federico Finchelstein (2019), por outro lado, enxerga limitações institucionais capazes, ao menos parcialmente, de manter medidas de salvaguarda não suficientes para manter imaculada a conjuntura democrática, mas ao menos para impedir o ressurgimento de regimes explicitamente fascistas, à memória do século passado, o que resguarda, mesmo para os mais radicais, um espaço de atuação dentro do campo do populismo. Diante disto, surgem novas lideranças que não buscam a ruptura institucional, mas aproveitar-se da manutenção das organizações existentes para dotar-se de uma aparente roupagem democrática.

Embora seja profundamente errônea qualquer análise que sugira nesses movimentos uma composição homogênea, pois são abundantes suas particularidades, parece pouco plausível a proposta de Mudde de que se possa manter o espaço democrático diante da suspensão unilateral da igualdade jurídica de setores minoritários da sociedade, o que afrontaria mesmo as premissas consideravelmente minimalistas da poliarquia de Dahl (1997). Da mesma forma, a operacionalidade desses movimentos não integra um espírito genuinamente populista, embora emposses os seus arquétipos como forma de angariar legitimidade popular: operando por meio de um personalismo da figura do líder, clamam um auto distanciamento das elites tradicionais e a capacidade de representar, intimamente, as vozes populares e os legítimos valores da maioria.

Após alcançar os afetos coletivos e base política suficiente, buscam suspender a mediação institucional dos seus poderes, suprimir a representatividade e dirimir a oposição, empregando, em nome do povo, políticas autoritárias unilaterais. Os fundamentos se configuram em especial na defesa de um ufanismo exacerbado, com a ideia de supremacia nacional e, por vezes, racial, a perseguição às minorias e a guerra aos estrangeiros, formando “um novo bloco internacional de direita baseado na similaridade das suas políticas xenofóbicas. Eles estão unidos pelos seus princípios extremistas de encarnação e sua transposição da noção

do povo como um *demos* para uma *deste* como *ethnos*⁴”. (FINCHELSTEIN, 2019, p. 420, tradução própria).

Em geral, no entanto, replicam-se elementos da indumentária fascista: planejamento tecnocrático corporativo, hierarquização por meio da imposição violenta da ordem, constituição eugenista de um corpo social homogêneo, centralidade da instituição familiar patriarcal, a partir da qual impõem-se funções essencialistas de gênero, ufanismo, inquisição acadêmica e, acima de tudo, uma relação dicotômico-maniqueísta superável apenas pelo extermínio do outro (Stanley, 2018). Embora separadamente existentes em movimentos diversos que não se enquadram no espectro fascista, quando conjugados, articulam-se em uma nova modalidade, adaptada à conjuntura contemporânea.

Nesta, comprometer-se com uma ruptura total da ordem democrática efetivaria somente o incremento da oposição, ao que se mostra mais proveitoso tolher o funcionamento institucional a partir das suas entranhas, para que opere em favor de projetos autoritários velados. Promove-se assim uma espécie de “autoritarismo democrático” que, embora opere por meio da abordagem populista, com seu discurso inflamado e o contágio afetivo do público para com o líder, carece das políticas que efetivamente promovam direitos sociais em barganha com a concessão de poder. Diante disto, novas articulações fascistas são mais sofisticadas e sorrateiras, pois o fascismo se constitui como roupagem política, e não como modelo hermético (Eco, 2018).

Neste sentido, denotam-se adaptações no tempo presente. Embora permaneça o afastamento do establishment político tradicional, a promoção de lideranças carismáticas e abordagens profundamente nacionalistas, seus projetos são congenitamente internacionais, partilhando um cosmos de simbolismos, ideais e projetos políticos mutuamente articulados (Campos, 2023).

Além disso, Adorno (2020) identifica nos novos radicalismos uma alteração epistemológica no princípio fundador dos movimentos. Se, no nazismo de Hitler, o Terceiro Reich se voltava para o futuro, projetando-se como uma força pujante que perduraria por mil anos, como um novo regime sólido de valores e instituições inexoráveis, agora, a radiografia sociopolítica é de sociedades decadentes, devassas moralmente e corrompidas politicamente, fazendo-se necessário um resgate do passado como única alternativa à retomada da Arcádia⁵.

⁴ *In practice, they form a new international right-wing bloc based on the similarity of their xenophobic politics. They are united by their extreme principles of incarnation and their transposition of the notion of the people as a demos into a one of the people as an ethnos.*

⁵ Região mítica grega, citada em poemas e livros como uma sociedade ideal, próspera e pacífica.

Para isso, recorrem à falsa ideia de um passado mítico, uma imagem onírica de uma sociedade predecessora imaculada (Labarthe, Nancy, 2000), regida por uma ordem resplandecente e pelo primado dos valores tradicionais. Uma vez que o passado mítico opera como potência, passa a ser apresentado como um espelho do devir social, uma fonte endógena de produção de significados e expectativas que fornece um imaginário coletivo idealizado, em contraste ao que se prega como um mórbido amálgama sincrético de influências destrutivas advindas do marxismo cultural, dos movimentos de esquerda, da ideologia de gênero e da miscigenação biocultural em detrimento da invasão de imigrantes. A lógica está em conectar o resultado da economia que padeceu, das instituições que estão ruindo e da família que, supostamente, está em risco, nas causas que se edificam menos em condições estruturais do capitalismo neoliberal que no terror à periculosidade dessas alegorias que personificam o mal.

Por isso, há sempre uma forte retórica de proteção das fronteiras e criminalização dos imigrantes. Vistos como outsiders, representam tanto uma deterioração econômica, por meio do roubo de empregos e da saturação das capacidades da máquina estatal, quanto um agente corruptivo da pureza racial e do arcabouço identitário. No passado, encontram-se valores que precisam ser resgatados da mácula da ordem liberal internacional, que deturpa a sociedade e traga a liberdade por meio de suas instituições, fóruns multilaterais e da globalização cultural (Casarões, Farias, 2021). Trata-se de, portanto, de uma disputa pelo comando das governamentalidades, responsáveis por orientar as subjetividades, arranjos de valores e percepções de ameaça em uma lógica de guerra civil que caminha no sentido oposto à tomada de consciência das condições estruturalmente desiguais do acúmulo de capital.

Um dos elementos mais eficientes para orquestrar a opinião pública nesta panaceia tem sido as questões de gênero e sexualidade, campo histórico de disputa dos corpos e mentes, geralmente inserido em uma chave dicotômica entre o prazer e a perdição, o divino e o profano. Criada pela igreja católica como forma pejorativa e repulsiva para se referir aos novos estudos da identidade (Junqueira, 2027), a chamada “ideologia de gênero” tem adquirido destaque como falange de um ataque programado contra a família e a infância.

Bolsonaro, durante a sua campanha eleitoral, em 2018, instrumentalizou elementos simbólicos, como a “mamadeira de piroca” e o “kit gay”, sob a égide desta ideia de sequestro e doutrinação das crianças, de desvirtuamento dos princípios, de hipersexualização e pedofilia, de emasculação do homem patriarcal e da ruína da instituição familiar. A eficiência na mobilização da incredulidade coletiva se dá pelo fato de que a família opera simbolicamente como a fundação da nação, exercendo uma regulação biopolítica que subjuga os direitos

reprodutivos e de autodeterminação em função das suas necessidades de reprodução (KEMPER, 2016).

Diante disso, o primado da virilidade, como característica central do arquétipo familiar que a extrema direita busca resgatar, passa a ser ontologicamente ameaçado pela figura do homem “afeminado” ou, pior, homossexual, que rompe com os ditames idealizados do macho viril, dominante e preparado para a guerra. O feminismo, nesse discurso, é uma arma implantada para romper com a função reprodutiva da mulher e debilitar a pátria (MUDDE, 2019).

A mística que se forma ao redor destas questões é interpretada por Butler (2024) como um efeito “fantasmático”, uma força sombria que emana periculosidade e mistério, mas sobre a qual pouco se sabe. Serve como base para operacionalizar um processo psicossocial que coaduna medos e anseios, afinal, a ideia de ameaça às crianças e à família tem um efeito brutal sobre o espírito, e quando este perigo é descrito como uma articulação ampla de forças incomensuráveis que podem atacar a qualquer momento, por meio de professores, figuras políticas e movimentos sociais, a paranoia ganha força como mecanismo de defesa, e medidas extraordinárias precisam ser tomadas antes que seja tarde demais.

Por esta razão, a extrema direita consegue orquestrar medidas de profundo anti intelectualismo, na demonização e censura de discursos, pesquisas, movimentos e atores que abordam o gênero e a sexualidade não como mecânicas maquiavélicas de usurpação dos corpos e mentes, mas como uma categoria analítica para compreender as realidades cada vez mais díspares e complexas do viver. O tema parece dotar os seus interlocutores de uma porosidade que os impregna automática e indefensavelmente de uma influência automática contra a qual não se pode resistir, hipnótica e fatal. Disto surgem os discursos mais repreensíveis quanto à abordagem da temática nas escolas, nas políticas públicas e afirmativas e nas mais variadas esferas da sociedade. Gênero e sexualidade são uma ameaça que germinou nas instituições e deve não somente ser contida, mas expurgada.

Neste imbróglio, portanto, o *modus operandi* do capital transnacionalizado atomiza o espaço global como campo de conflito generalizado, tendo a guerra como um elemento desterritorializado que deixa de ser interestatal,

mas uma sequência ininterrupta de guerras múltiplas contra populações, que reduz os modos de governar à “governamentalidade” [...]. O que é governado e o que permite governar são divisões que projetam suas guerras no seio da população a título de conteúdo real da biopolítica: uma governamentalidade biopolítica e de guerra como distribuição diferencial da precariedade e norma da “vida cotidiana” (Alliez, Lazzarato, 2021, p. 12).

Diante disso, os inimigos públicos, projetados nos movimentos sociais, na “ideologia de gênero”, no feminismo e nos imigrantes, dentre tantos outros, passam a ser enquadrados como uma ameaça existencial securitizada, na tentativa de justificar, em um gradual processo de deterioração dos direitos e controles democráticos, o emprego de medidas e forças extraordinárias, que podem caminhar da segregação ao extermínio.

No campo das relações internacionais, segurança é empregada como elemento intercambiável para sobrevivência. Superando um modelo clássico dos estudos de segurança, que focalizava somente a prevalência do Estado, sob o paradigma realista da caixa preta (Buzan, Hansen, 2012), Wolfers, em 1952, já a definia como a supressão de ameaças a valores adquiridos, que devem ser interpretados como o nexo de arcabouços institucionais, modelos políticos, estruturas econômicas, tradições e arquétipos culturais, em outras palavras, como a preservação do *status quo* civilizacional de um dado agrupamento humano.

Tomando por base esta visão ampliada, as possibilidades de ameaça adquirem relativismo e multiplicidade para além do referencial bélico clássico de tanques e armas de destruição em massa. Para uma indústria estratégica, um novo competidor no mercado pode ser um fator desestabilizador, assim como para valores, uma concepção díspar de mundo pode ser a fonte de uma crise ontológica. Por isso, Buzan, Waever e Wilde (1997) definem a securitização como um “processo autorreferenciado”, na medida em que o atributo de ameaça não possui caráter intrínseco, mas parte de um processo de construção sociocognitiva, promovida por atores específicos que o securitizam. Sendo assim, securitizar significa posicionar um elemento como representativo de uma ameaça existencial, o que legitima burlar os meios administrativo-burocráticos tradicionais para declarar um estado de emergência que justifique mobilizar forças extraordinárias e quaisquer meios necessários em nome da estabilização.

No cerne do avanço dos novos movimentos da extrema direita fascista, encontra-se esse esforço securitário. Ao defender o “fuzilamento da petralhada” em um comício no Acre, em 2018, criminalizar recorrentemente partidos e movimentos de esquerda e denunciar um suposto complô do “kit gay” para perverter crianças e transformá-las em homossexuais, Bolsonaro instaurou inimigos públicos que atentavam contra a ordem e o futuro do Brasil. Ao longo de uma progressiva escalada de ataques às instituições e estímulo colérico da sua base, alcançou seu ápice com dois eventos nevrálgicos: Primeiro, com a articulação de um plano de golpe de Estado, sob a alcunha de “Punhal Verde e Amarelo”, ao qual concedeu anuência, segundo denúncia pública da Procuradoria Geral da República, realizada em 18 de fevereiro de 2025,

que pretendia assassinar Luiz Inácio Lula da Silva, vencedor das eleições presidenciais de 2022, seu vice, Geraldo Alckmin, e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Segundo a denúncia, o plano, que entraria em ação em 15 de dezembro de 2022, somente não prosseguiu em decorrência da não cooptação do Comando do Exército. Na sequência, em 8 de janeiro de 2023, milhares de adeptos do bolsonarismo invadiram a Praça dos Três Poderes, em tentativa de coibir a sucessão presidencial, em claro mimetismo ao ataque ao Capitólio estadunidense, em 2021, contando com a conivência das forças de segurança.

Trump, por sua vez, ao longo dos primeiros meses de seu segundo mandato presidencial, declarou, dentre outros elementos, uma crise migratória, estabelecendo deportações em massa, e instaurou uma inquisição à diversidade. Logo nos primeiros dois dias de governo, por meio de ordem executiva, reconheceu somente os gêneros feminino e masculino, além de suspender todos os programas de diversidade, equidade e inclusão (DEI, na sigla em inglês) do governo. Na sequência, milhares de documentos relacionados à diversidade, questão racial e feminismo foram retirados dos sites do governo, causando até mesmo a remoção de documentos relacionados ao Enola Gay, avião responsável pelo lançamento da bomba de Hiroshima, durante a Segunda Guerra, devido à presença da palavra “gay”.

Neste ínterim, as governamentalidades promovidas pelos movimentos de extrema direita buscam instigar nesses grupos e movimentos que, em geral, coincidem com segmentos da sociedade historicamente estigmatizados e invisibilizados, a percepção de ameaça iminente contra os princípios norteadores e o futuro do próprio sistema. Como a abordagem opera sob a lógica securitizada de uma ameaça existencial, segundo a operação lógica de que “se não solucionarmos estes problemas, todo o resto será irrelevante, porque não mais estaremos aqui ou não seremos livres para lidar com a questão da nossa própria maneira” (Buzan, Waeber, Wilde, 1997, p. 24, tradução própria)⁶, o apoio público torna-se suficiente para legitimar tolhimentos da ordem institucional, no sentido autoritário da ordem.

Subjacente a este processo, a estrutura neoliberal de acumulação assimétrica torna-se capaz de contornar seus crescentes sinais de saturação, uma vez que o emprego da lógica dicotômico-maniqueísta de combate aos declarados “inimigos internos”, na forma de guerras civis, serve eficientemente à absorção das insatisfações que se avolumam diante da pauperização. Diante do gradual processo de falibilidade do aparato democrático que decorre desta maquinaria, o capital pouco se padece, pois na escolha entre a defesa de um sistema que

⁶ “If we do not tackle this problem, everything else will be irrelevant (because we will not be here or will not be free to deal with it in our own way).”

favorece os princípios da igualdade e do livre fluir do pensamento, a partir do qual pode germinar a contestação, e de um modelo autoritário comprometido com modelos homogêneos e reificados de sociabilidade, o segundo convém à sua perpetuação.

4 Conclusão

Diante dos elementos expostos, quatro grandes inferências podem ser realizadas. Primeiramente, Estado e capital, ao longo do curso histórico, desenvolveram-se por meio de uma relação simbiótica que permitiu mútua expansão e consolidação, por meio do recurso da guerra. Através do pacto de estabilidade, as forças do Estado promoveram as condições coercitivas necessárias à submissão social à lógica de mercado. Por meio do pacto produtivo, o capital forneceu o poder financeiro necessário à manutenção e legitimação do aparato político-burocrático. Deparando-se com novas conjunturas, e em perpétua busca pela otimização, novos aparatos bio e psicopolíticos foram instrumentalizados, em um processo de contínua sofisticação na apreensão de corpos e mentes das massas, decorrendo na formação de governamentalidades convergentes com o aprofundamento da geometria desigual de acumulação.

Em decorrência disto, em segundo lugar, coloca-se um cenário no qual, após décadas de neoliberalismo, marcado pelo estabelecimento de cadeias globais de valor em mercados desregulamentados, pelo processo de financeirização e pela ruptura com o papel interventor e assistencialista do Estado, sinais de saturação passaram a surgir. Diante de uma profunda concentração de renda, e da pauperização das condições gerais de vida, mesmo em países considerados desenvolvidos, crises de legitimidade do *establishment* político tradicional geraram vácuos de poder que vêm sendo preenchido por novos movimentos que recorrem à radicalização não contra as estruturas de acumulação do sistema, mas na sua defesa. Marcadamente fascistas, movimentos como o Bolsonarismo e Trumpismo, dentre inúmeros outros, apossam-se de uma abordagem populista, utilizando-se de lideranças carismáticas, para angariar apoio social suficiente para tolher as instituições por dentro, erodindo sua função democrática em nome da imposição de políticas favoráveis a projetos autoritários, que têm por princípio a busca de uma sociedade homogênea, baseada no nacionalismo e na instituição familiar patriarcal, figuradas a partir de uma construção mítica do passado.

Em terceiro lugar, como consequência, estes movimentos radicais empregam seus esforços na construção de movimentos securitários, estabelecendo inimigos públicos como a

“ideologia de gênero”, os imigrantes e movimentos sociais, responsabilizados pela decadência do coletivo. O objetivo é gerar uma percepção de ameaça existencial iminente, para a qual torna-se necessário empregar forças extraordinárias e normalizar um estado de exceção democrática, no qual interdita-se as vias de diálogo para dar lugar ao império da força.

Por último, todo este processo se conjuga como uma aplicação da lógica de guerra civil como instrumento de governamentalidade biopolítica do capital em defesa da perpetuação das suas condições de reprodução. Diferentemente do modelo clássico clausewitziano, a guerra se apresenta aqui como um fenômeno complexo e multidimensional, que invade a dimensão intraestatal como mecanismo de defesa do sistema contra o “inimigo interno”.

Como resultado, generalizam-se os conflitos, radicalizam-se os discursos e naturalizam-se as violências, fustigando o funcionamento das instituições. A democracia não está morta, mas encontra-se em indubitável estado de disputa, sob a égide de novas mobilizações políticas, abordagens e discursos, que buscam tolher sua substância em nome de um ideal eugênico de morte da alteridade.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. Estudos sobre a personalidade autoritária: Estudos frankfurtianos sobre o fascismo. São Paulo: Revista Sociologia em Rede, v. 2, n. 2, 2012.
- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. Guerras e capital. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- BENADUSI, Lorenzo. The enemy of the new man: homosexuality ins fascist italy. Wisconsin: University Of Wisconsin Press, 2012.
- BENTHAM, Jeremy. O panóptico. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- Bolsonaro sabia e concordou com plano de matar Lula, Alckmin e Moraes. Agência Brasi. Brasília, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-02/bolsonaro-sabia-e-concordou-com-plano-de-matar-lula-alckmin-e-moraes>. Acesso em: 09 abr. 2025.
- BUTLER, Judit. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. Tradução Flávio Lira. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. (Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional).
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. Security: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner Pub, 1997.
- CAMPOS, Rodrigo Duque Estrada. The International Turn in Far-Right Studies: a critical assessment. Millennium: Journal of International Studies, [S.L.], v. 51, n. 3, p. 892-919, jul. 2023. SAGE Publications.

CASARÕES, Guilherme; FARIAS, Déborah. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 35, n. 5, 2021. doi:10.1080/09557571.2021.1981248.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DESIGUALDADE S.A. Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. OXFAM BRASIL. São Paulo, jan. 2024. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/OXFAM%20Davos_2024_completo_pt-BR.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

ECO, Humberto. *O fascismo eterno*. São Paulo: Record, 2018.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2012.

Em 2018, Bolsonaro defendeu ‘fuzilar a petralhada’. VEJA, São Paulo, 10 jul. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-2018-bolsonaro-defendeu-fuzilar-a-petralhada/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

Em remoção de conteúdo de diversidade dos EUA, 'Enola Gay' entra na mira. UOL. São Paulo, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/03/10/enola-gay-remocao-de-conteudo-de-diversidade-eua.htm>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FINCHELSTEIN, Federico. Populism without borders. *Notes on a global history. Constellations*, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 418-429, set. 2019.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2014.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

Invasão do Capitólio: relembre tumulto durante certificação presidencial nos EUA. CNN Brasil. São Paulo, 06 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-2024/invasao-no-capitolio-relembre-quando-ultima-certificacao-foi-interrompida/>. Acesso em: 05 abr. 2025.

ITUASSU, A.; CAPONE, L. ; FIRMINO, L. M. ; MANNHEIMER, V. ; MURTA, F. *Comunicación política, elecciones y democracia: las campañas de Donald Trump y Jair Bolsonaro. Perspectivas de la Comunicación - Chile*, v. 12, p. 11-37, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá;

ALKMIN, Gabriela Campos (org.). Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares. Belo Horizonte: Initia Via, 2017. p. 221-236.

MARX, Karl. O capital. São Paulo: Veneta, 2014.

KEMPER, Andreas. Foundation of the Nation: How Political Parties and Movements Are Radicalising Others in Favour of Conservative Family Values and Against Tolerance, Diversity, and Progressive Gender Politics in Europe. Friedrich Ebert Stiftung, 2016.

LACQUE-LABARTHE, P; NANCY, J. O mito nazista. São Paulo: Iluminuras, 2002.

LIMA, Joana Ribas Bernardes. Além do Twitter: o uso da rede social por donald trump. 2020. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Informação, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2020.

MUDE, Cass. The far right today. Cambridge: Polity Press, 2019.

O que é “DEI”, programa de diversidade que Trump pôs fim nos EUA. CNN Brasil. São Paulo, 23 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-dei-programa-de-diversidade-que-trump-pos-fim-nos-eua/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PARISER, E. O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você. São Paulo: Zahar, 2012.

PGR indica que plano 'Punhal Verde Amarelo' deu início à fase mais violenta do projeto para manter Bolsonaro presidente. Valor Econômico. Brasília, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/pgr-indica-que-plano-punhal-verde-amarelo-deu-inicio-a-fase-mais-violenta-do-projeto-para-manter-bolsonaro-presidente.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2025.

Poverty, Prosperity, and Planet Report: Pathways Out of the Polycrisis. World Bank Group. Estados Unidos da América, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-prosperity-and-planet>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Relatório Anual das Nações Unidas no Brasil 2021. Nações Unidas Brasil. Brasília, 14 abr. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/177803-relat%C3%B3rio-anual-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-no-brasil-2021>. Acesso em: 09 abr. 2025.

ROBINSON, William I. Capital has an Internationale and it is going fascist: time for an international of the global popular classes. Globalizations, [S.L.], v. 16, n. 7, p. 1085-1091, 27 ago. 2019. Informa UK Limited.

ROBINSON, William I. Global Capitalist Crisis and Twenty-First Century Fascism: beyond the trump hype. Science & Society, [S.L.], v. 83, n. 2, p. 155-183, abr. 2019. Guilford Publications.

Secretário de Defesa de Trump retira 380 livros de biblioteca: temas como Holocausto, racismo e feminismo são vetados. O Globo. Brasil, 07 abr. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/04/07/secretario-de-defesa-de-trump-retira-380-livros-de-biblioteca-temas-como-holocausto-racismo-e-feminismo-sao-vetados.ghtml>. Acesso em: 08 abr. 2025.

STAHL, Roger. Militainment, Inc: war, media, and popular culture. Abingdon: Routledge, 2009.

STANLEY, Jason. Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles". São Paulo: L&PM, 2018.

TZU, Sun. A arte da guerra. Porto Alegre: L&Pm Pocket, 2006.

VIRILIO, Paul. The information bomb. Londres: Verso, 2000.

WILHELM, R. Psicologia de massas do fascismo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Recebido em 28 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 30 de junho de 2025.



Guilherme Geremias da Conceição

Doutorando e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador e co-fundador do Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE), vinculado ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da UNESP; Colaborador externo do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), vinculado à UFRGS.

Paulo Victor Fernandes Oliveira

Mestrando em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharel em Relações Internacionais na Universidade Salvador (UNIFACS). Pesquisador Associado do Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Internacional do Instituto de Relações Internacionais (GEPSI), vinculado à Universidade de Brasília (UnB); Membro do Grupo de Estudos Sobre Segurança Energética (GESENE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e Colaborador do Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE).

Frederico Torres Soares da Silva

Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos do Leste Asiático (GELA), vinculado à UFS.

DOI: 10.5281/zenodo.19097186

**A POLÍTICA EXTERNA CAZAQUE NOS GOVERNOS
NAZARBAYEV E TOKAYEV (1991-PRESENTE):
AUTONOMIA VIA THIRD NEIGHBOUR OU
BALANÇA DE PODER?**

**KAZAKHSTAN FOREIGN POLICY UNDER NAZARBAYEV
AND TOKAYEV ADMINISTRATIONS (1991-PRESENT):
AUTONOMY BY THIRD NEIGHBOUR OR
POWER BALANCING?**

RESUMO: Servindo de passagem para fluxos energéticos por intermédio de gasodutos, oleodutos e rotas comerciais entre duas das principais potências do sistema mundial contemporâneo, China e Rússia, o Cazaquistão é um país que possui sua política externa estimulada pela influência de Moscou e Pequim no espaço pós-soviético. Entretanto, Astana busca, progressivamente, expandir seus laços político-diplomáticos para além deste eixo, através das suas reservas energéticas. Uma estratégia autônoma que combina comportamentos de balanceamento em seu exterior próximo. Não obstante, por mais que os governos cazaques tenham obtido sucesso em aumentar sua participação nas dinâmicas regionais e, em certa medida, na política global de maneira pragmática, o país ainda sustenta forte ligação com as tradicionais potências vizinhas. Em outras palavras, pode-se considerar que, caso o Cazaquistão não consiga manter o equilíbrio na balança de poder entre Rússia e China, sua tentativa de explorar relações paralelas ao foco sino-russo poderá não obter êxito. Nesse sentido, o presente estudo explora os elementos históricos da política externa cazaque durante os governos de Nursultan Nazarbayev e Kassym-Jomart Tokayev a partir do seu entorno estratégico e seus impactos na articulação de táticas contemporâneas. De forma semelhante, infere-se que, mesmo sendo uma nação que busca por autonomia no Sistema Internacional, a concorrência exterior ainda exerce significativa interferência nas diretrizes de seu comportamento externo.

Palavras-chave: Cazaquistão; Política Externa; Autonomia; Balança de Poder; Ásia Central.

ABSTRACT: Serving as a transit corridor for energy flows through pipelines, oil pipelines, and trade routes between two of the main powers of the contemporary world system, China and Russia, Kazakhstan's foreign policy is shaped by the influence of both Moscow and Beijing within the post-Soviet space. However, Astana has been progressively seeking to expand its political and diplomatic ties beyond this axis, leveraging its energy reserves. This represents an autonomous strategy that combines balancing behavior in its immediate neighborhood. Nevertheless, despite the Kazakhstani governments having succeeded in increasing their participation in regional dynamics and, to some extent, in global politics through a pragmatic approach, the country still maintains strong connections with its traditional neighboring powers. In other words, if Kazakhstan fails to uphold the balance of power between Russia and China, its attempt to explore alternative relations outside the Sino-Russian focus may not succeed. This research explores the historical elements of Kazakhstan's foreign policy within its strategic surroundings and the impact of these elements on the formulation of contemporary tactics. Similarly, it is inferred that, although Kazakhstan seeks autonomy in the International System, external competition still exerts a significant influence over the guidelines of its foreign behavior.

Keywords: Kazakhstan; Foreign Policy; Security; Balance of Power; Central Asia.

1 Introdução

Abundante em recursos naturais — como petróleo, gás e urânio — o Cazaquistão consolidou-se como um dos principais exportadores energéticos do mundo. Fato que não apenas atrai o interesse de diversas empresas do setor, como também reforça a posição geopolítica que o país assumiu no cenário econômico internacional após 1991. Basta dizer que, impulsionado pelo aumento dos preços globais de energia durante a década de 2000, o PIB da ex-república soviética saltou de US\$ 9 bilhões em 1990 para US\$ 260 bilhões em 2023, sendo aproximadamente três vezes maior que o da economia uzbeque (cerca de US\$ 90 bilhões) e mais de vinte vezes o tamanho das economias quirguiz e tadjique (US\$ 13 bilhões, respectivamente) (BIRD, 2023).

Mesmo possuindo uma população de 20 milhões de habitantes, um número relativamente pequeno se comparado aos 2.725.000 km² de sua extensão territorial (considerado o nono maior país do mundo), o Cazaquistão também tem adotado uma política externa participativa nos assuntos globais (Laruelle & Royce, 2019). Localizado no limiar de duas grandes potências, como Rússia e China, esse comportamento internacional consiste na manutenção de um equilíbrio delicado entre interesses divergentes sobre a região, ao tempo que também viabiliza a interação com as repúblicas vizinhas da Ásia Central e com demais parceiros, como os Estados Unidos (EUA), União Europeia (UE), Turquia, Índia, Paquistão, Japão, Coreia do Sul, entre outros.

Um retrato claro dessa estratégia, nomeada “política externa multivetorial” durante o governo cazaque que sucedeu a União Soviética (URSS), pode ser observada a partir da crescente relevância que o país obteve em organizações multilaterais, como na Organização das Nações Unidas (ONU), na Comunidade dos Estados Independentes (CEI), na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), na União Econômica Euroasiática (UEE), na Conferência sobre Medidas de Interação e Construção de Confiança na Ásia (CICA), na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na Organização de Cooperação Econômica (ECO), na Organização dos Estados Turcos (OTS), na Organização de Cooperação Islâmica (OIC) e na Organização para Cooperação de Xangai (OCX).

Soma-se ao compromisso multilateral e ao papel de “ponte” Ocidente-Oriente, os inúmeros fóruns de diálogo e parcerias estratégicas que Astana mantém bilateralmente com Washington, Bruxelas, Pequim, Moscou, Ancara, Tóquio e, inclusive com alianças militares ocidentais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Tal engajamento é

também visível na disposição do país em sediar inúmeros eventos da seara internacional, como os Jogos Olímpicos de Inverno da Ásia, os Jogos Mundiais Nômades e conferências especializadas da ONU (OMS, OMT e UNICEF). Ademais, no âmbito regional, a república cazaque persegue outro importante objetivo: transformar o espaço centro-asiático em um alicerce de prestígio e cooperação, para a gestão conjunta dos recursos e do desenvolvimento local (Eurasian Review, 2017; UNRCCA, 2023).

Evidentemente, a busca por alternativas aos “alinhamentos automáticos” não apenas demonstra o compromisso cazaque com a estabilidade e a segurança da Ásia Central, como também procura diversificar seus laços diplomático-econômicos por intermédio das suas reservas energéticas e do uso do *soft power*. No entanto, ainda que o Cazaquistão tenha obtido sucesso em aumentar seu papel no cenário regional e global de maneira autônoma e pragmática, o país mantém uma ligação sólida com as grandes potências euroasiáticas, realidade que suscita desafios. Caso Astana não consiga equilibrar a balança de poder entre Rússia e China, a tentativa de expandir suas relações para além desses dois atores pode ser comprometida. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo investigar os elementos históricos da política externa cazaque, durante o governo de Nursultan Nazarbayev (1991-2019) e do atual presidente, Kassym-Jomart Tokayev (2019-presente), analisando seu entorno estratégico e os impactos exógenos à estratégia contemporânea de inserção internacional do país.

A pesquisa também visa compreender até que ponto a busca do Cazaquistão por autonomia na arena exterior é influenciada pela competição entre grandes potências, de modo a avaliar se o comportamento internacional cazaque pode ser interpretado enquanto parte de um tipo de balanceamento, uma estratégia de *third neighbour* ou tática de diferente natureza. A metodologia utilizada baseia-se em uma análise qualitativa de caráter documental e histórico, que examina fontes primárias e secundárias, incluindo documentos governamentais, discursos e análises acadêmicas sobre o assunto. Primeiramente serão apresentadas considerações referentes às administrações Nazarbayev e Tokayev, seguidas pela seção de discussão e conclusão do estudo, na qual defendemos que o país testa novos meios para diluir as pressões externas e os interesses concorrentes que continuam moldando a geopolítica centro-asiática.

2 O Governo Nazarbayev e a política externa “Multivetorial”: rupturas com o ex-bloco soviético?

Nursultan A’bis’uly Nazarbayev foi o primeiro presidente do Cazaquistão, permanecendo no poder desde a independência soviética em 1991 até 2019, quando renunciou

ao cargo. O líder, que também havia sido o último Primeiro-Ministro cazaque da era socialista, é considerado “o pai do Cazaquistão”. Epíteto que possui origens com a dissolução da URSS e com os esforços de Nazarbayev em criar um novo arcabouço de costumes e símbolos para o estabelecimento de bases sólidas à legitimidade governamental (Lubin, 1995; Tsepka, 1998; Lynn, 1999; Rahimov & Urazaeva, 2005).

Enquanto no plano doméstico o discurso oficial “multiétnico”¹ e o processo de “reconstrução”, liderado pelo presidente, foi marcado pela revitalização de antigas tradições no nível linguístico e sociocultural, com a diminuição de *status* do idioma russo e com o resgate dos costumes nômades² (Khazanov, 1995), na esfera internacional, os princípios centrais do comportamento externo cazaque foram definidos pela “Estratégia para a Formação e Desenvolvimento do Cazaquistão como um Estado Soberano”. O documento de 1992 estabeleceu que a segurança da república seria a prioridade fundamental, destacando o compromisso com uma política exclusivamente defensiva, ou seja, abstendo-se de reivindicações territoriais, econômicas ou políticas sobre as nações vizinhas. Os princípios orientadores incluíam também o cultivo de relações especiais com a Rússia, a formação de uma coalizão de Estados na Ásia Central e a promoção de um pacto de segurança abrangente com os países ex-soviéticos (Nazarbayev, 2017; Laruelle & Royce, 2019).

Com o tempo, tal estratégia evoluiu para uma abordagem mais ampla, conhecida como a política externa multivetorial, na qual o Cazaquistão buscou fomentar uma cooperação estreita não somente com a região, mas também com a China, Turquia, Paquistão, Índia e o Ocidente, mantendo-se aberto ao diálogo e a negociações que maximizassem seus interesses (Nazarbayev, 2017; Laruelle & Royce, 2019). Essa atuação pragmática de Nazarbayev diante o vácuo de poder deixado pela URSS, também deveu-se à vasta disposição de recursos energéticos do território cazaque, o que lhe permitiu combinar a produção de petróleo com o desenvolvimento tecnológico herdado do período anterior. Consequentemente, o país se tornou o Estado mais rico da Ásia Central, onde várias entidades de capital estrangeiro, como a Exxon Mobil, a Chevron, a Royal Dutch Shell e a British Petroleum, operaram acordos de *joint ventures* para a

¹ O país detinha, em 1989, grupos étnicos compostos por cazaques e russos, respectivamente cerca de 40% e 38% da população. No entanto, outras etnias, como tártaros, uígures, alemães, ucranianos, uzbeques e cossacos, também eram significativamente representadas (Khazanov, 1995).

² Em 1997, Nazarbayev ainda promoveu a mudança da ex-capital Almaty, um símbolo do domínio czarista sobre a região, para Akmola (mais tarde renomeada Astana), localizada ao Norte do país. Além de buscar reduzir a vulnerabilidade externa, ao se afastar das fronteiras chinesas, quirguizes e uzbeques, a nova capital aumentou a distribuição de cazaques-étnicos sobre uma área predominantemente ocupada por russos, o que criou o fortalecimento clânico (Schatz, 2002; Fedorenko, 2012).

exploração desses recursos com empresas locais (Eurasian Review, 2017; Cooley & Heathershaw, 2017). De acordo com Sebastian Krapohl e Alexandra Vasileva-Dienes (2019), é justamente o alto nível comercial que Astana mantém com a União Europeia (UE) no setor energético, o que pode ter “ocidentalizado” sua política multivetorial.

Além disso, desde o início da década de 1990, ao renunciar seu arsenal nuclear estratégico, com a assinatura do STAR I (*Strategic Arms Reduction Treaty*) e do Tratado de Não Proliferação (TNP), a condição econômica do Cazaquistão uniu-se à posição geográfica privilegiada e ao *soft power*³, fazendo com que Nazarbayev obtivesse ganhos substanciais em seus objetivos de longo prazo e em várias instâncias da cooperação internacional, como percebido em sua participação na Conferência sobre Medidas de Interação e Construção de Confiança na Ásia (CICA) e na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) (OSCE, 2022). Nesse sentido, apesar de ser o maior vizinho da Rússia e um de seus principais parceiros comerciais, o Estado cazaque não poupou esforços para aprofundar sua colaboração técnico-militar com o bloco ocidental e com os Estados Unidos (EUA), sobretudo no contexto dos atentados ao *World Trade Center*.

Em 2003, Washington e Astana assinaram um plano quinquenal que estabeleceu metas para o desenvolvimento da infraestrutura nacional de segurança, especialmente na região do Mar Cáspio. O acordo previa o fornecimento de equipamentos de defesa, incluindo helicópteros, navios de guerra e aviões de transporte militar, além da realização de exercícios conjuntos com o Batalhão do Cazaquistão de Manutenção da Paz (KAZBAT) (Stein, 2018). Ademais, em resposta a um pedido dos EUA, a legislatura do *Majilis* aprovou o envio de engenheiros das Forças Armadas cazaques para apoiar as operações norte-americanas no Iraque entre 2003 e 2008. Uma cooperação que seguiu a partir de 2009, quando Nazarbayev permitiu o trânsito de tropas e equipamentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em território nacional para auxiliar a campanha de estabilização do Afeganistão, como parte da Rede de Distribuição do Norte (NDN)⁴ (Starr, 2014).

³ Ou seja, a capacidade de um país influenciar outros por meio da atração e persuasão, em vez do uso da força ou coerção (*hard power*). Para Nye (2004), um Estado exerce *soft power* quando consegue fazer com que outros queiram os mesmos objetivos que ele, sem o uso direto da força (Nye, 2004)

⁴ Em 2008, Moscou concordou que a OTAN transportasse tropas e suprimentos através do território russo para apoiar a Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF), liderada pelos EUA, no Afeganistão. As rotas de trânsito, que também cruzavam o Cazaquistão e o restante da Ásia Central, constituíam uma alternativa àquelas do Paquistão. Contudo, após a deterioração das relações entre o Kremlin e a Casa Branca no contexto dos eventos na Criméia, em 2014, a OTAN deixou expirar o acordo logístico com a Rússia, que, igualmente, encerrou a participação ocidental no NDN (Sands, 2015).

No que tange às relações com Moscou, a manutenção de uma aliança sólida foi essencial para o Cazaquistão, dado seu *status* de nação sem litoral. O acesso aos mercados globais, especialmente para a exportação dos hidrocarbonetos rumo à UE e à Rússia, é vital para a economia cazaque. Além disso, empresas de capital russo, como Gazprom, Rosneftgaz e LUKOIL, desempenham um papel significativo nesse intercâmbio desde a década de 1990 (Cooley & Heathershaw, 2017). Por essa razão, Nazarbayev manteve-se próximo ao Kremlin, apoiando os esforços russos em reunir os ex-Estados soviéticos sob sua “tutela”, e participou ativamente da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), fundada em 1991 por Boris Yeltsin, e do Tratado de Segurança Coletiva (CST) de 1992, que em 2002 deu lugar à Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO). Além da conectividade e da extensa fronteira de 7.500 km, áreas densamente povoadas por russos-étnicos facilitaram o estreitamento de laços diplomáticos e as centenas de acordos bilaterais assinados entre 1992 e 2000, pelos dois países (Laruelle & Royce, 2019).

Como legado da era soviética cabe lembrar que ambas as nações mantêm uma intensa cooperação no desenvolvimento de seus complexos industriais de defesa, bem como nos setores atômico e espacial, com destaque para a Estação de Baikonur, de onde são lançados uma quantidade significativa de satélites russos (Krapohl & Vasileva-Dienes, 2019). Mesmo após as tensões geradas pela anexação da Crimeia, em 2014, o que gerou especulações sobre a possibilidade do mesmo ocorrer no norte do Cazaquistão, Nazarbayev continuou desempenhando um papel crucial na CSTO. Foi o segundo maior fornecedor de contingente para a aliança militar, e, em 2015, apoiou o fortalecimento de combate das Forças Coletivas de Reação Rápida (FCRR-CSTO) da organização (Troitskiy & Zinoviev, 2018). Nesse sentido, para Astana, aproximar-se de Moscou e do seu projeto regional “eurasiano” não apenas assegurou a manutenção dos laços político-econômico-securitários dos quais o governo cazaque dependia, como também serviu para conter as ambições “hegemônicas” da Rússia, ao envolvê-la em uma “tomada de decisão multilateral e consensual” (Alexandrov, 1999, p.32).

Já em relação à República Popular da China, vários foram os fatores que explicam o estreitamento bilateral do Cazaquistão a um nível estratégico. Entre eles estão a proximidade geográfica, com uma fronteira comum de mais de 1.780 km, os vastos recursos naturais cazaques, as capacidades econômicas e tecnológicas chinesas, a diáspora de cazaques-étnicos na China e a localização estratégica centro-asiática, que oferece um potencial significativo de transporte e de comunicação para Pequim (Laruelle & Royce, 2019). Um exemplo disso é o Oleoduto Cazaquistão-China (atualmente em expansão), que se estende por quase 2.230 km

desde a costa do Cáspio até Xinjiang. Já outra parceria no segmento energético envolve a participação crescente de empresas chinesas envolvidas na exploração de gás e petróleo, como a China National Petroleum Corporation (CNPC)⁵, a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec) (Gerstl; Wallenböck, 2020).

Tal envolvimento, para além do aspecto econômico, também pretendia solucionar um dos principais objetivos da política externa chinesa durante a década de 1990: a promoção da estabilidade de suas fronteiras e a finalização de acordos de demarcação territorial que assegurassem o controle de Pequim sobre o movimento separatista Uigur. Logo, o Cazaquistão e outros países da Ásia Central demonstraram disposição em colaborar com os os interesses da China na área de segurança, assinando declarações bilaterais para combater o separatismo⁶. Uma cooperação fortalecida no contexto da criação do “Grupo dos Cinco de Xangai”, em 1997, que mais tarde evoluiu para a realização de exercícios militares conjuntos no âmbito da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) (SCO, s.d), fundada em 2001 com a participação russa e centro-asiática, durante a “Guerra ao Terror” dos EUA no Afeganistão.

Em 2005, foi formalizado um acordo de “parceria de longo prazo” entre Astana e Pequim, seguido pela “Estratégia de Cooperação no Século XXI” (2006) e pelo “Conceito para o Desenvolvimento da Cooperação Econômica”. Posteriormente, em 2015, Cazaquistão e China definiram sua relação enquanto uma “Parceria Estratégica Abrangente”, na esteira da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), que, não coincidentemente, foi lançada pelo presidente chinês Xi Jinping em um discurso na Universidade Nazarbayev, em 2013. Tal contexto potencializou as capacidades de trânsito do Cazaquistão, com o desenvolvimento do “porto seco” de Khorgos, junto à fronteira chinesa, e com a construção da ferrovia Cazaquistão-Irã. Em outras palavras, Astana tornou-se uma peça central do “Corredor do Meio”, ou Corredor de Transporte Transcaspiano (TITR), rota essencial para a BRI, pois oferece uma alternativa de escoamento rumo à Europa, contornando a Rússia e o Mar Vermelho (Gerstl & Wallenböck, 2020; Chukubayev & Kuzembayeva, 2024).

⁵ Na indústria de petróleo e gás cazaque, onde existem muitas *joint ventures* firmadas com acionistas chineses, o principal ator é a CNPC. A empresa adquiriu uma participação na AktobeMunaiGas do Cazaquistão, em 1997, e possui 85,42% de suas ações. Uma das subsidiárias da CNPC no país é a PetroKazakhstan, que está envolvida na aquisição, exploração, desenvolvimento e produção do insumo, em particular na Kumkol Resources, em Kyzyl-Orda (Gerstl; Wallenböck, 2020).

⁶ Cabe ressaltar que o contexto da década de 1990 também trouxe aos países centro-asiáticos a desestabilização regional, causada pela Guerra Civil no Tadjiquistão (1992-1997) e pelos “efeitos irradiadores” do governo Talibã no Afeganistão (1996-2001).

Paralelo à “postura eurasiática” próxima de Moscou e às relações com Pequim, a política externa do Governo Nazarbayev também enxergou no contexto internacional a oportunidade de lançar-se regionalmente, promovendo a integração na Ásia Central. Ainda em 1990, enquanto uma república federada à URSS, o líder cazaque promoveu, em Almaty, a primeira reunião entre os Estados centro-asiáticos, onde se discutiram propostas para a conexão regional nas esferas política, cultural e, principalmente, econômica (Olcott, 1994; 1996). Inomjon Bobokulov (2006) explica que esse encontro simbolizou um significativo passo para a expansão das dimensões de independência em relação à Rússia, de modo que as iniciativas subsequentes foram imbuídas de uma importância legítima, pela primeira vez observada desde a experiência socialista.

Em 1993, com o advento da hiperinflação russa, Nazarbayev e seu análogo uzbeque, Islam Karimov (1991-2016), assinaram um acordo “Sobre a criação de um Espaço Econômico Comum entre o Cazaquistão e Uzbequistão” (1993)⁷ (Pomfret, 2008). Na sequência, após a saída do Quirguistão da zona do rublo, os mandatários cazaque, quirguiz e uzbeque criaram a União da Ásia Central (CAU), anunciada na “Declaração de Tashkent” e no “Tratado de Cholpon-Ata”, ambos de 1994. No entanto, apesar dos objetivos ambiciosos, nem a CAU (1994-1998), nem as sucessoras Comunidade Econômica da Ásia Central — CEAC (1998-2001) e Organização para a Cooperação da Ásia Central — CACO (2001-2005) conseguiram desenvolver uma coordenação eficaz das políticas regionais. Em vez disso, o Cazaquistão enfrentou uma disputa interna pela liderança do bloco com o Uzbequistão, que possuía diferentes interesses políticos. Enquanto Nazarbayev preocupava-se, primordialmente, com a instabilidade econômica, o Presidente Karimov concentrou-se na luta contra o extremismo religioso local⁸ e em assegurar sua “hegemonia” a qualquer custo⁹.

⁷ Mesmo ano em que os presidentes dos cinco países ainda reconheceram formalmente a autodenominação da região como “Ásia Central”, em oposição à nomenclatura russo-soviética de “*Sredniaia Aziia i Kazakhstan*”, literalmente “Ásia Central e Cazaquistão” (Olcott, 1994)

⁸ Diante da desintegração soviética, a região do Vale de Ferghana tornou-se porosa ao radicalismo islâmico, e a situação delicada no Tadjiquistão e Afeganistão uniu-se ao contexto de políticas extremas, elaboradas pelo governo uzbeque. Logo, não tardou para que houvesse o surgimento de inúmeros grupos fundamentalistas no local, como o Movimento Islâmico do Uzbequistão (IMU), que desafiaram a figura dos Estados recém independentes.

⁹ Segundo Sally Cummings (2001, p.144), essa diferença de comportamento regional ocorreu em virtude da localização do Uzbequistão, “geopoliticamente afastado da influência de Moscou e detendo pouca participação percentual russa em sua população”. Além disso, o país havia herdado o seu *status* da era soviética tanto em termos de capacidades materiais quanto em motivações ideológicas para se tornar um “*hegemon*” centro-asiático. As atitudes subsequentes de Tashkent, assim, foram amplamente reconhecidas como o principal problema para a integração pós-soviética da região.

Ainda assim, buscando expandir a influência do país sobre um espaço territorial mais amplo, não demorou para que o governo cazaque aderisse à União Aduaneira entre a Rússia e a Belarus, no âmbito da CEI em 1995. No ano seguinte foi a vez do Quirguistão tornar-se membro do acordo e, pouco tempo depois, em 1999, o Tadjiquistão uniu-se ao grupo, formando a Comunidade Econômica Eurasiática (EURASEC) (Makhmutova, 2018). Posteriormente, no início da década de 2010, Rússia, Cazaquistão e Belarus estabeleceram metas para a eliminação das fronteiras alfandegárias e para a transformação do bloco na União Econômica Eurasiática (UEE), que extinguiu a EURASEC em 2014 (Troitskiy, 2020). Embora a criação da UEE não tenha refletido necessariamente uma “união” mais ampla, nos moldes pensados por Nazarbayev, sua instauração na região vem permitindo a livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho (Mostafa & Mahmood, 2018). Além disso, podemos inferir que seu funcionamento demonstra a ainda permanente influência russa sobre o comportamento internacional cazaque.

3 O Governo Tokayev e a agenda internacional contemporânea: mudanças em curso?

Kassym-Jomart Kemeluly Tokayev tornou-se presidente interino do Cazaquistão após o contexto das crises domésticas que resultaram na renúncia (negociada) de Nazarbayev, em 2019. Diplomata de carreira e ex-diretor-geral do Escritório das Nações Unidas em Genebra, Tokayev foi peça central nos acordos do TNP, além de ter também ocupado inúmeros cargos no governo anterior, como os de Primeiro-Ministro, Ministro das Relações Exteriores e Presidente do Senado. Assim que eleito, o novo mandatário prometeu continuar as políticas de seu antecessor na esfera do desenvolvimento nacional, incluindo reformas sociais e econômicas. O “Conceito de Política Externa para a República do Cazaquistão de 2020–2030” foi um importante documento deste período, especialmente devido à transição de liderança (Akorda, 2020).

A declaração de política externa trouxe consigo algumas mudanças, marcadas principalmente pelo comportamento regional do país, de um “proponente” para uma “liderança” da integração. Esse comportamento se refletiu em iniciativas como o estabelecimento de um centro regional de comércio e investimento em Almaty e a elevação do *status* do Centro Inter-Regional das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Ásia Central e Afeganistão (Akorda, 2020). Ações de *soft power* que buscavam transformar Astana na “capital diplomática” da região e ainda indicavam um compromisso

crescente com organizações internacionais, focando no fortalecimento de parcerias geoestratégicas. No entanto, a reeleição de Tokayev, em 2022, foi caracterizada pelo aprofundamento de crises internas, que o forçaram a reavaliar determinadas alianças.

No início daquele ano, protestos supostamente relacionados ao preço do gás liquefeito eclodiram no cenário doméstico. A revolta, também conhecida como “Janeiro Trágico”, iniciou na cidade petrolífera de Zhanaozen, próxima ao Cáspio, e rapidamente tomou proporções nacionais em direção à Almaty, o principal centro financeiro do país. Podemos considerar que tal episódio foi o principal motivador por trás da reforma institucional liderada por Tokayev, que facilitou o surgimento de vias para inovações progressivas, principalmente no quadro da política externa, e estabeleceu um novo *ethos* político ao afastar-se de figuras próximas de Nazarbayev (Nyshanbayeva et. al, 2024).

Após a repressão da rebelião, por intermédio das Forças de Manutenção da Paz da CSTO, críticas feitas por parceiros ocidentais sublinharam a necessidade de reformas no país. Essa política, posteriormente rotulada pelo governo como “Novo Cazaquistão”, buscou avançar no curso de mudanças sistemáticas, que incluíram o estabelecimento de mecanismos de diálogo entre o Estado e a sociedade, a limitação da autoridade presidencial e a inauguração de novas regras para as eleições parlamentares (Nyshanbayeva et. al, 2024). No entanto, a presença das tropas da aliança militar em território cazaque, ainda que temporária, fez com que o comportamento internacional de Astana também passasse a atribuir um estatuto significativo e único em sua relação com Moscou.

Certamente o principal objetivo da Rússia foi assegurar a estabilidade no vizinho, de modo que o “custo” político dessa intervenção para o Cazaquistão não envolveu, por exemplo, o reconhecimento da anexação da Criméia como contrapartida, conforme foi conjecturado por Temur Umarov (2022). Entretanto, a ação da CSTO rendeu ganhos geopolíticos significativos para o Kremlin, como a interrupção da reforma linguística cazaque que prometia substituir o alfabeto cirílico pelo latino, a título de ilustração. Nesse sentido, em resposta à crescente preocupação do Presidente Vladimir Putin, Tokayev propôs o estabelecimento de uma organização internacional para incentivar e reforçar o uso da língua russa no âmbito da CEI (DaryoUz, 2023). Ainda em 2022, durante a cúpula de aniversário da CSTO, o presidente também reafirmou o compromisso do seu governo no combate a questões transnacionais, como o terrorismo, o extremismo, o tráfico ilícito de drogas e armas, e a migração ilegal (Ibrayeva et al., 2023).

Em paralelo, porém, Tokayev insistiu inequivocamente na neutralidade política do Cazaquistão, declarando que o país não reconheceria a legitimidade e a soberania de “quase-Estados”, tipificação que inclui as Repúblicas Populares de Donetsk (DPR) e Luhansk (LPR), em território ucraniano (Abbasova, 2022). Tal decisão pode também ser interpretada enquanto um efeito imediato do declínio da influência moscovita sobre o espaço centro-asiático desde o início da guerra na Ucrânia, em 2022. Uma situação que ocorre na medida em que Moscou desvia sua atenção para o teatro de operações europeu, e Pequim redobra sua expansão estratégica rumo à Ásia Central (Ibrayeva et al., 2023).

Como consequência, Tokayev vem demonstrado um crescente alinhamento diplomático aos interesses chineses, especialmente em sua participação ativa nos projetos da BRI. Ainda em 2022, a visita oficial do Presidente Xi Jinping ao Cazaquistão, em sua primeira viagem internacional desde o início da pandemia de Covid-19, cimentou a durabilidade dessas relações, na elevação do quadro de cooperação “Ásia Central + China” (Nyshanbayeva et. al, 2024). Tendência que reflete os objetivos compartilhados entre as lideranças locais no âmbito do Cinturão Econômico da rota, e que, particularmente, vinculam-se com o novo programa de desenvolvimento cazaque, “*Nurly Zhol*” (Laruelle, 2018). O gesto de 2022 foi ainda significativo por explicitar o compromisso chinês de “não interferência nos assuntos domésticos” de seus parceiros, e pela mensagem sutil à Rússia, que indica o fortalecimento regional de Pequim via BRI e OCX.

Já em relação à Ásia Central, cabe salientar que o período de 2016 a 2023 testemunhou a melhoria das relações interestatais e a formulação de uma agenda colaborativa, especialmente após a morte de Karimov e a ascensão de Shavkat Mirziyoyev (2016 - presente) no Uzbequistão. Além do impacto na dinâmica de gerenciamento dos recursos hídricos e energéticos, essa mudança marcou o início de um novo formato para a cooperação local, as “Reuniões Consultivas de Chefes de Estado”, um mecanismo anual, entre os cinco países, que vem evoluindo sob uma “liderança rotativa”. Dessa forma, a participação do Cazaquistão nas cúpulas não somente reflete sua preocupação com a pauta da segurança, principalmente no contexto de retorno do Talibã no Afeganistão, como também seu interesse em buscar alternativas ao “regionalismo eurasiático” (UNRCCA, 2023; Chukubayev & Kuzembayeva, 2024).

Conforme defendido por Chukubayev Yerme e Kuzembayeva Assiya (2024), o conflito em curso na Ucrânia introduziu riscos adicionais à UEE, particularmente sobre canais secundários de comércio exterior e investimento direto externo. Um dos principais desafios

geopolíticos para a União incluem as sanções ocidentais impostas à Rússia, que afetam as economias dos Estados-membros, com a diminuição nos fluxos de investimento estrangeiro, potenciais aumentos de medidas protecionistas e a depreciação monetária (Chukubayev & Kuzembayeva, 2024). Logo, Tokayev reafirmou sua intenção de melhorar os vínculos cazaques com as nações centro-asiáticas. Por exemplo, nos últimos cinco anos, o volume comercial mútuo na região dobrou, passando de US\$ 5,7 bilhões para US\$ 11 bilhões, sendo que as transações do Cazaquistão com os vizinhos cresceram 26,8%.

Em 2023, durante a 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Tokayev enfatizou o potencial da Ásia Central para assumir uma “posição unificada na comunidade global”, devendo, inclusive, “abranger o Afeganistão com o objetivo de transformá-lo em um país estável e próspero” (Tokayev, 2023, n.p). Uma busca por alternativas que ainda encontra espaço para negociações com o Ocidente, como é o caso dos EUA e da UE. Até mesmo porque, embora tenha demonstrado um declínio de interesses no local (com sua saída de Cabul em 2021), Washington vem reformulando seu papel na região. Postura que visa aumentar seus investimentos nos setores de petróleo e gás da Ásia Central por intermédio do fórum de diálogo “C5+1” (*Central Asian Five plus US*, em inglês), cúpula de reuniões desenvolvida sob a Administração Joe Biden (2020-2024) para as repúblicas centro-asiáticas (Cooley, 2021).

Semelhantemente, o bloco europeu permanece estreitando laços, especialmente com o Cazaquistão e o Uzbequistão, por meio do “Diálogo Político e de Segurança de Alto Nível entre a UE e a Ásia Central” (2013-presente) e do “Sistema de Preferências Generalizadas da UE” (SPG+). Além disso, iniciativas como o “Programa de Parceria para a Paz” (PfP) da OTAN, unem-se aos exercícios conjuntos apoiados pela Casa Branca, como o “*Steppe Eagle*” (Departamento de Estado dos EUA, 2020). Contudo, ainda que o aumento da atividade local estadunidense e europeia se alinhe às mudanças da agenda internacional e às aspirações do Governo Tokayev, como um contrapeso à crescente influência sino-russa, o tão esperado “reengajamento” do Ocidente na Ásia Central (Cooley et al., 2023) não parece ter data para acontecer.

4 A política externa cazaque entre Rússia e China, autonomia via *third neighbour* ou balança de poder?

Como abordado nas seções anteriores, a história demonstra que fatores externos, como a dinâmica do equilíbrio de poder entre Rússia e China, têm exercido pressão constante sobre

a política externa e a segurança do Cazaquistão. Tal influência é particularmente perceptível se analisarmos o contexto das independências pós-soviéticas na década de 1990 e o modelo de inserção internacional adotado por esses países, vinculado aos seus recursos naturais e ao setor energético. Desde a dissolução da URSS, Moscou passou a utilizar o mercado de energia como uma de suas principais ferramentas de interação com o plano internacional. No início dos anos 2000, após o turbulento governo de Boris Yeltsin (1991-1999), a ascensão de Vladimir Putin à presidência reconfigurou o potencial estratégico do setor energético enquanto um instrumento de orientação de suas diretrizes externas (Huotari, 2011).

Logo, no primeiro mandato de Putin (2000-2008), foi lançada a Estratégia de Segurança Nacional da Rússia, que passou a incluir uma seção dedicada à “questão da energia”, evidenciando o papel deste mercado para a projeção internacional do país (Russian Government, 2016). Tal postura também dialogou com os interesses do Kremlin sobre a Ásia Central, especialmente sobre o Cazaquistão, pois foi durante este mesmo período em que empresas estratégicas como Gazprom, Rosneftgaz e LUKOIL expandiram significativamente sua atuação econômica, desempenhando funções importantes, inclusive, para as dinâmicas domésticas de poder nos Estados onde operam. Os principais acionistas e executivos dessas corporações, integraram-se à elite econômica russa, sendo conhecidos como os “oligarcas da energia” (Nahernak; Simpkins, 2008), como foi o caso de Nazarbayev. Em razão disso, a política energética da Rússia esteve frequentemente vinculada à sua própria estratégia externa, refletindo seu caráter multifacetado e tornando os laços com Astana um ponto-chave para a compreensão das suas relações com a região (Aminjonov, 2016).

É nesse contexto que a China se apresenta como outro parceiro estratégico fundamental, dispondo de recursos financeiros, tecnológicos e humanos para viabilizar grandes projetos de infraestrutura, incluindo sistemas de escoamento de energia. Além de sua capacidade de investimento, o Cazaquistão assume uma posição geopolítica relevante para os interesses chineses, conectando as rotas terrestres rumo à Rússia e à província de Xinjiang, local importante para Pequim, constantemente associado, nos marcos fundacionais da OCX, à luta contra o extremismo, separatismo e terrorismo (Aminjonov, 2016). Foi também a partir dos anos 2000, que a China, junto à OCX, passou a estruturar mecanismos de cooperação regional com foco na segurança de seus membros, consolidando um novo arranjo sobre Ásia Central (SCO, 2020). Essa iniciativa atraiu, inevitavelmente, o engajamento da Rússia, visto que a ascensão global chinesa buscava garantir a segurança energética diante do seu crescimento

acelerado e expandir a atuação de empresas estatais no exterior próximo, especialmente no mercado de energia (Nascimento, 2015).

Astana, portanto, constitui peça central desta dinâmica. Metade do território cazaque mantém sua infraestrutura energética conectada à rede russa, enquanto a outra metade se integra aos demais Estados da Ásia Central. À medida que o valor geoestratégico da energia cresceu, tanto para o desenvolvimento interno quanto para a conectividade regional, o setor energético cazaque passou a ser incluído em projetos de integração extra-regionais. Com isso, o Cazaquistão consolidou-se como um ator crucial, política e economicamente, para a articulação entre Moscou e Pequim e, mais recentemente, para os mercados externos, incluindo a Europa (Irena, 2020). Todavia, apesar da aparência de estabilidade nas relações sino-russas, a incerteza mútua quanto às limitações dessa parceria no longo prazo permanecem presentes. Além disso, o não reconhecimento recíproco de reivindicações territoriais sensíveis, como a questão da Crimeia e o conflito no leste da Ucrânia, por parte da Rússia, ou as pretensões chinesas no Mar do Sul da China, revela focos de indisposição (Nascimento, 2015; Hashimova, 2020).

Esses sinais de afastamento e divergências também foram observados nos laços da Rússia com as repúblicas da Ásia Central, especialmente após os desdobramentos da guerra ucraniana. A própria relevância da CSTO, enquanto uma aliança liderada pelo Kremlin, passou a ser questionada a partir da decisão do Uzbequistão, Quirguistão e Cazaquistão em cancelar os exercícios militares conjuntos com Moscou, em 2022. Neste cenário, torna-se evidente o resfriamento das relações entre o bloco centro-asiático e a Federação Russa, seja através das discordâncias previamente citadas entre os membros da CSTO, sobre a cadeia dos acontecimentos, como também a partir de medidas mais assertivas acerca das dinâmicas do conflito, como o não reconhecimento das regiões então anexadas pelo Kremlin no território vizinho (Donetsk, Kherson, Zaporizhzhya e Luhansk) por parte de alguns dos atores e, em específico, o Cazaquistão (Fernandes & Grantseva, 2023).

Não obstante, ainda em 2022, Tokayev e Mirziyoyev mantiveram opiniões semelhantes sobre a questão humanitária e as necessidades da manutenção da soberania da Ucrânia, levando um grande apoio aos civis desamparados e/ou refugiados em países vizinhos, através de auxílio médico e afins. Para além dessa posição, a questão das fronteiras ucranianas fez por alertar os líderes da Ásia Central e, em específico, do Tadjiquistão. O então presidente tadjique Emomali Rahmon (1992/94 - presente) confrontou Putin diretamente na cúpula da CSTO, em Outubro de 2022, exigindo que o líder russo respeitasse a integridade territorial e os limites então

estabelecidos, alegando que os Estados da região não são “súditos” de Moscou desde o fim da URSS (Fernandes & Grantseva, 2023).

Tal atrito é capaz de provocar reflexões acerca das alterações nas perspectivas políticas e estratégicas das relações entre os atores centro-asiáticos e o Kremlin. No caso do Cazaquistão, questões como a opinião negativa da população local em relação ao teatro de guerra entre Rússia e Ucrânia, as missões de ajuda humanitária e a imparcialidade do país (e dos outros signatários da carta da CSTO) nas resoluções da ONU sobre o conflito propriamente dito, elevam as dinâmicas regionais para um patamar de alarde. Levando em consideração a sensibilidade do passado soviético da região e a dependência mútua, dos então Estados modernos, para com a Federação Russa nos dias atuais, é evidente uma conjuntura de artefatos que compreendem a sobrevivência e manutenção da soberania de cada país em questão. Dos diversos campos que englobam e reúnem os membros da aliança militar (assim como os demais fóruns ou organizações de diferentes naturezas), um dos principais pilares é a economia, catalisada pela importância dos combustíveis naturais como o gás e o petróleo, elementos estes que são transitados ao redor da Eurásia através de inúmeros acordos de cooperação e comércio, funcionando como uma “ferramenta” de coesão político-econômica entre a Ásia Central, Federação Russa e até mesmo a Europa.

Logo, ainda que o volume comercial entre a Rússia e os países centro-asiáticos permaneça em crescimento, impulsionado pelas sanções ocidentais, as acusações de que o país operacionaliza o setor energético como instrumento geopolítico continuam recorrentes, principalmente diante de ações que miram essas infraestruturas. Tais táticas foram observadas não somente na Europa Oriental, mas também em episódios como na guerra russo-georgiana de 2008 e em pressões sobre os Estados Bálticos (Huotari, 2011), algo que vem impulsionando respostas coordenadas da Ásia Central, ampliando sua capacidade de negociação em acordos de energia (Umarov, 2022). No âmbito da OCX, por exemplo, estão sendo desenvolvidos novos mecanismos voltados à segurança energética, com foco no cumprimento de requisitos estatais, fortalecendo os Estados membros e, principalmente, o Cazaquistão (SCO, 2022).

Tal protagonismo também reflete a formulação da política externa cazaque, tanto no Governo Nazarbayev, como no Governo Tokayev. É a partir disso que Astana buscou reduzir sua dependência energética em relação aos países vizinhos, empenhando-se na construção de um sistema relativamente autônomo de fornecimento interno. As metas de ampliação da cobertura nacional de energia para garantir maior segurança no abastecimento e, eventualmente, alcançar excedentes de produção, correram mesmo que tal compromisso implicasse o

isolamento parcial dos sistemas energéticos regionais (Aminjonov, 2016). Mais do que isso, é nesse contexto que o Cazaquistão tem adotado uma postura assertiva, procurando equilibrar suas relações com Moscou e Pequim ao explorar as brechas criadas pela competição entre as duas potências na Ásia Central. Em outras palavras, o governo cazaque busca por autonomia, entendida como a capacidade de um Estado em tomar decisões e implementá-las, com base em seus próprios interesses, sem subordinação direta a outros centros de poder (Puig, 1973).

Nesse sentido, a tentativa de navegar entre a influência sino-russa, sem se alinhar plenamente a um lado, não se limita apenas ao fato dos recursos naturais e da barganha energética, nos revelando algo próximo do comportamento conhecido como “*Third Neighbour*”, uma ação de política externa desenvolvida inicialmente pela Mongólia para atenuar a pressão da Rússia e da China no cenário pós-Guerra Fria, estabelecendo laços com outros atores, ou “terceiros vizinhos” (Lkhaajav, 2023). Além disso, a atuação cazaque no xadrez geopolítico também suscita a noção realista da balança de poder, uma estratégia que visa manter a distribuição de capacidades de modo que nenhum Estado seja suficientemente forte para “dominar” os demais (Morgenthau, 1948). Conforme declarado por Vanderhill et al. (2020), o conceito multivetorial do Cazaquistão reflete o mesmo sistema do Sudeste Asiático, onde “potências secundárias” manteriam o equilíbrio entre as grandes potências.

No entanto, Astana não foca em criar um “terceiro pilar” específico, conforme defende o comportamento do *third neighbour*, mas sim em possuir vários parceiros de forma simultânea e flexível. Da mesma forma, o Cazaquistão não parece sustentar um tipo de balanceamento de poder tradicional, seja internamente, aumentando suas capacidades de projeção bélica, ou externamente, a partir de alianças estratégicas e coalizões militares para conter uma potência em ascensão. Ao invés disso, as administrações Nazarbayev e Tokayev parecem ter adotado uma estratégia de diferente natureza para balancear Rússia, China e possíveis concorrentes centro-asiáticos, o equilíbrio institucional, proposto por Kai He (2008). Especificamente, He (2008) defende que uma alta interdependência econômica e variados níveis de força levam os países a optarem por uma estratégia de balanceamento alternativa em vez de alianças militares tradicionais para lidar com ameaças, propõe um equilíbrio em instituições internacionais que possa envolver ou não o “Estado alvo”. Essa tática diminuiria os custos e os constrangimentos

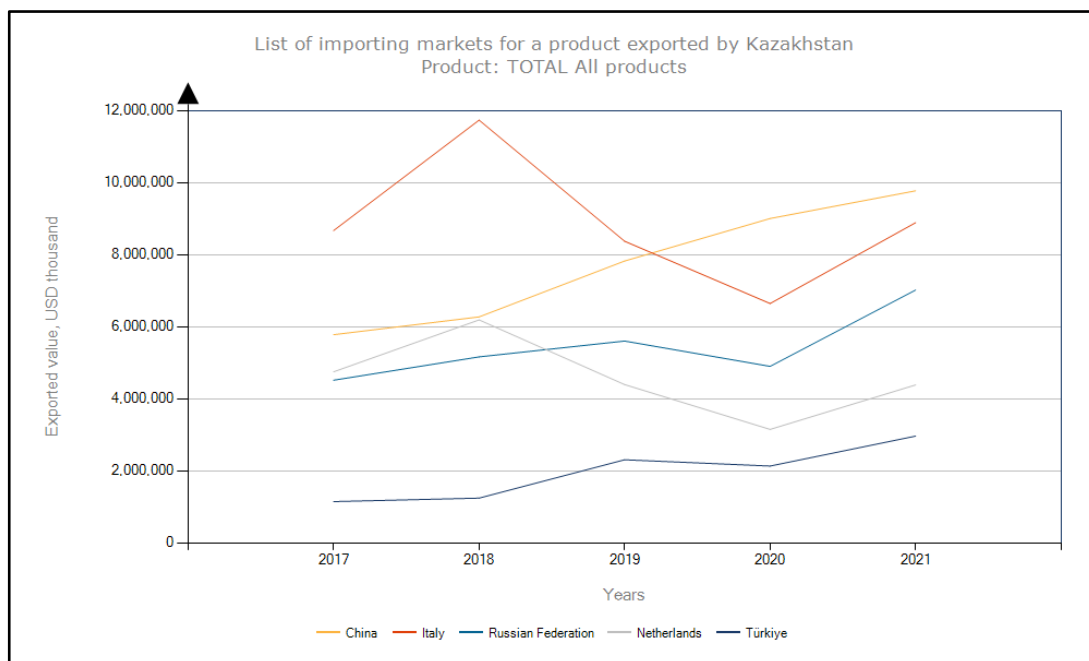
de uma confrontação direta, em função de distribuição desigual de capacidades no nível regional e internacional, ao tempo que funcionaria enquanto *soft balance*¹⁰.

Gráfico 1 – Principais origens das importações do Cazaquistão (2017-2021)



Fonte: Trade Map, International Trade Center (ITC) (2024).

Gráfico 2 – Principais destinos das exportações do Cazaquistão (2017-2021)



Fonte: Trade Map, International Trade Center (ITC) (2024).

¹⁰ Uma estratégia de balanceamento que estaria ancorada na influência indireta de um Estado sobre outro, por intermédio do poder brando, ou “*soft power*”, ao invés do equilíbrio de poder tradicional, baseado em meios militares ou econômicos diretos.

Ao analisar os dados acima, identifica-se um indicador relevante para a avaliação da interdependência econômica do Cazaquistão em relação ao seu entorno estratégico. Primeiramente, percebe-se que, apesar das trocas com o bloco ocidental terem permanecido, a presença comercial da Rússia se manteve significativa, uma vez que, possuindo um intenso intercâmbio econômico com a Europa, o país depende da infraestrutura russa para exportar seus hidrocarbonetos. Quanto à China, nota-se uma crescente participação enquanto destino para os produtos cazaques, sobretudo, *commodities*. Já referente ao comércio intra-regional, a despeito dos recentes avanços, muitas são as oportunidades apresentadas ao Cazaquistão, visto que nenhum dos Estados centro-asiáticos está entre os cinco principais parceiros de Astana, até o momento.

Ou seja, dado o grau de interdependência econômica e a disparidade de capacidades de poder existentes entre a república cazaque e seus maiores vizinhos, a potencial divergência sino-russa evidencia o aumento da adaptabilidade do país face à evolução da dinâmica global. Se, por outro lado, sua participação na UEE indica uma aliança histórica com a Rússia, seu papel na BRI revela a manutenção do equilíbrio com a China (Novikov & Bocharova, 2024). O mesmo também é aplicável em relação ao *ethos* “ocidental” de sua política externa. A presidência do Cazaquistão na OSCE, em 2010, e a eleição como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, em 2017-2018, exemplificou a eficácia dessa postura, indicando que a estratégia, fundamentada em arranjos institucionais, garante a segurança nacional (Isaacs, 2010). Ademais, a atenção dos governos Nazarbayev e Tokayev a importância das questões regionais, proporcionou ao país sua inclusão na OCX e CSTO, contrabalançada pela cooperação promovida junto à OTAN, ou mesmo junto a fóruns multilaterais, como a CICA e a OTS.

Por fim, à medida que o cenário global se transforma, em função da questão ucraniana, o papel do Kremlin na Ásia Central diminui, o que contribui para um maior aprofundamento de Astana na região. De 1991 a 2004, Nazarbayev diversificou alianças ao apoiar os EUA na conflagração contra o Afeganistão e aderiu paralelamente às iniciativas econômicas lideradas por Moscou, como a EURASEC. Sua perspectiva em relação ao regionalismo (CAU, CAEC e CACO) pode ser assim classificada como sendo um equilíbrio à Rússia no nível mais amplo, e ao Uzbequistão no nível local. Enquanto que, desde o início dos anos 2000, devido ao seu crescimento econômico, o Cazaquistão pôde reivindicar o *status* uzbeque de “*hegemon*” regional (Collins & Bekenova, 2017; Makhmutova, 2018). Logo, é correto afirmar que a “liderança rotativa” não institucionalizada que parece existir entre Astana e Tashkent, no

contexto das Reuniões Consultivas, não resolveu por completo os inúmeros desafios impostos ao processo de integração. Todavia, com a retração local do Ocidente, tal mecanismo tem servido para Tokayev como a mais nova “alternativa” frente a influência de Moscou e Pequim, até o momento.

5 Considerações Finais

Localizado no coração da Eurásia, o Cazaquistão se destaca tanto pela dimensão geográfica quanto por suas riquezas naturais. O país atua como uma conexão essencial para as rotas energéticas, por meio de gasodutos e oleodutos, ao mesmo tempo em que se projeta como um importante fornecedor do mercado de energia. Nos primeiros anos da sua independência, as autoridades cazaques conceberam uma estratégia baseada nos objetivos duplos de garantir a segurança e proteger os interesses nacionais, ao tempo em que, paralelamente, procurava assumir uma posição de equilíbrio entre seus maiores vizinhos, Rússia e China, e o papel de liderança na região centro-asiática.

Reconhecendo que o país não poderia garantir de forma autônoma a sua segurança no curto prazo, o presidente Nursultan Nazarbayev (1991-2019) adotou uma abordagem de política externa multivetorial, sobretudo baseada em seus ativos econômicos, com a qual o Cazaquistão vem desempenhando uma postura proeminente no cenário global contemporâneo. Ao longo dos anos, a república cazaque atingiu seus objetivos principais, incluindo o estabelecimento de um Estado soberano independente, a implementação de reformas estruturais e, principalmente, um contrapeso aos interesses sino-russos no local. Sua posição geopolítica ainda forneceu-lhe oportunidades adicionais para buscar uma inserção internacional mais ativa, caracterizada pelo alto grau de flexibilidade em sua participação em fóruns multilaterais de cooperação político-econômica e securitária.

Esta estratégia, continuada pelo atual presidente Kassym-Jomart Tokayev (2019-presente), permite ao Cazaquistão se envolver próximo de Moscou, Pequim, Washington, Bruxelas, países da Ásia Central, e demais Estados do globo. Assim, enquanto Astana aprimorou suas capacidades militares por intermédio da assistência americana, também soube aproveitar os termos preferenciais concedidos aos membros da CSTO para adquirir armamentos russos no início dos anos 2000, por exemplo. No entanto, mesmo sendo um país que busca por autonomia, interesses divergentes entre as grandes potências ainda exercem pressões consideráveis em sua política externa, de modo que o potencial conflito sino-russo pelo controle

regional evidencia o aumento da adaptabilidade cazaque face à evolução da dinâmica de poder no continente.

Além disso, a volatilidade constante do contexto internacional exige ações urgentes na formação das prioridades externas do Cazaquistão. As relações com a Rússia, por exemplo, vêm passando por revisões, revelando questionamentos antes inexistentes, ao mesmo tempo em que são implementadas mudanças que, em muitos casos, favorecem o Estado cazaque (Umarov, 2022). Nesse sentido, o marco da invasão russa à Ucrânia, em 2022, trouxe a “oportunidade perfeita” para o projeto regional de Astana. Isso porque, o cenário geopolítico testemunha uma mudança de paradigma, marcada não somente por uma nova fase nas relações sino-cazaques, como também pela modernização da infraestrutura energética do país, que possibilitará a expansão da cooperação centro-asiática e, por extensão, maior conectividade e liderança sobre os vizinhos.

Considerando que um dos pilares para a diplomacia de Astana se baseia na aproximação à Ásia Central, a integração co-liderada com o Uzbequistão, enquanto alternativa pacífica à Rússia e à China, não só serve para compreendermos a atuação do país no cenário internacional, como demonstram a continuidade das políticas de Nazarbayev sob o atual governo. Essa estratégia, distingue-se de abordagens clássicas, como a da balança de poder tradicional, e de comportamentos recentes, como o *third neighbour*, pela natureza e amplitude de suas ações e efeitos. Trata-se de uma tática que busca balancear interesses divergentes por intermédio da participação simultânea e coordenada em diversas instituições. Pode-se afirmar, portanto, que o Cazaquistão não apenas mantém o equilíbrio entre Rússia e China, como também vem conquistando significativamente posições de destaque para além das relações com esse eixo, em organizações internacionais que, de alguma forma, exclui pelo menos um desses atores. Isso nos ajuda a entender como a manutenção de laços com o Ocidente e a busca pela ampliação de parcerias caracterizam a política externa cazaque e seu modelo próprio de autonomia.

Referências Bibliográficas

ABBASOVA, Vusala. President Tokayev Says Kazakhstan Will Not Recognize Donetsk, Lugansk as Independent States. Caspian News, June 20, 2022. Disponível em: <https://caspiannews.com/news-detail/presidenttokayev-says-kazakhstan-will-not-recognize-donetsk-lugansk-as-independent-states-2022-6-20-0/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

AKBAR, Z. Central Asia: The New Great Game. The Washington Review of Turkish and Eurasian Affairs, 2012. Disponível em: http://www.ocnus.net/artman2/publish/Analyses_12/Central%20Asia-%20The%20New%20Great%20Game.shtml. Acesso em: 15 mai. 2024.

ALEXANDROV, Mikhail. *Uneasy Alliance: Relations between Russia and Kazakhstan in the Post-Soviet Era, 1992–1997*. London: Greenwood Press, 1999.

AMINJONOV, Farkhod. *Central Asian Countries' Power Systems are Now Isolated, but not Everyone is Happy*. Eurasian Research Institute, 2016.

AMINJONOV, Farkhod. *Central Asian Regional Energy Initiatives: Challenges and Opportunities*. EURASIAN RESEARCH INSTITUTE (ERI), [s. l.], 1 jan. 2016.

BOBOKULOV, I. Central Asia: is there an alternative to regional integration? *Central Asian Survey*, v. 25, p. 75–91, 2006.

CENTRAL Asia Water & Energy Program. The World Bank, 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/region/eca/brief/cawep>. Acesso em: 20 dez. 2022.

COOLEY, A.; HEATHERSHAW, J. *Dictators without borders: Power and money in Central Asia*. New Haven: Yale University Press, 2017.

COOLEY, A.; HEATHERSHAW, J.; SOARES DE OLIVEIRA, R. Transnational uncivil society networks: Kleptocracy's global fightback against liberal activism. *European Journal of International Relations*, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/13540661231186502>.

COOLEY, Alexander. *Russia and China in Central Asia*. Norwegian Institute of International Affairs (NUPI), [s. l.], 1 jan. 2015.

DARYOUZ. Kazakhstan's President Proposes International Russian Language Organization at CIS Summit. DaryoUz, 13 out. 2023. Disponível em: <https://daryo.uz/en/2023/10/13/kazakhstans-president-proposesinternational-russian-language-organization-at-cis-summit>. Acesso em: 22 mar. 2024.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. *United States Strategy for Central Asia 2019-2025: Advancing Sovereignty and Economic Prosperity*. 5 fev. 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/united-states-strategy-for-central-asia-2019-2025-advancing-sovereignty-and-economic-prosperity/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

DOCTRINE of Information Security of the Russian Federation. Совет Безопасности Российской Федерации, [S. l.], p. 1 - 1, 5 dez. 2016. Disponível em: http://www.scrf.gov.ru/security/information/DIB_engl/. Acesso em: 3 jul. 2023.

EURASIAN REVIEW. *Kazakhstan energy profile: second largest oil reserves among former Soviet Republics*, 2017. Disponível em: www.eurasiareview.com/06052017-kazakhstan-energy-profile-second-largest-oil-reserves-among-former-soviet-republics-analysis-2. Acesso em: 13 fev. 2024.

FERNANDES, S.; GRANTSEVA, V. “O Esfriamento Da Amizade Entre a Ásia Central E a Rússia Após a Guerra Na Ucrânia.” *Relações Internacionais*, vol. 1, no. 77, Mar. 2023.

HASHIMOVA, Umida. *China Launches 5+1 Format Meetings With Central Asia: The format marks an expansion of China's role in the region and a signal of its readiness to compete for influence.. The Diplomat*, [S. l.], p. 1, 20 jul. 2020.

HE, Kai. Institutional balancing and international relations theory: Economic interdependence and balance of power strategies in Southeast Asia. *European Journal of International Relations*, v. 14, n. 3, p. 489–518, 2008.

HUOTARI, Jussi. Energy policy and (energy security) as a part of Russian foreign policy. *Nordia Geographical Publications*, v. 40, n. 4, p. 121–132, 2011.

IBRAYEVA, A.; KOZHIROVA, S.; NECHAYEVA, Y.; SHUKYZHANOVA, A.; ZHANBULATOVA, R. Cross-border geopolitics: Ambivalent aspect of the border issue in relationship between Kazakhstan and Russia. *Comparative Strategy*, v. 42, n. 4, p. 587–601, 2023. DOI: 10.1080/01495933.2023.2219196.

INVESTMENT Forums in Central Asia. IRENA - International Renewable Energy Agency, [S. l.]. 1 jan. 2020. Disponível em: <https://www.irena.org/Energy-Transition/Partnerships/CIP/Central-Asia>. Acesso em: 3 jul. 2023.

ITC. Central Asia Trade Map. International Trade Center (ITC), 2024. Disponível em: https://samlib.ru/editors/t/temezhnikow_e_a/mb0.shtml. Acesso em: 23 fev. 2025.

KHANAZOV, Anatoly, M. The Ethnic Problems of Contemporary Kazakhstan. *Central Asian Survey*, v. 14, n. 2, p. 244, 1995.

KRAPOHL, Sebastian; VASILEVA-DIENES, Alexandra. The region that isn't: China, Russia and the failure of regional integration in Central Asia. *Asia Europe Journal*, v. 18, n. 3, p. 347–366, 2019.

LARUELLE, M. (Ed.). China's Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia. Washington, D.C.: George Washington University, Central Asia Program, 2018. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=ru&user=XzVOHfYAAAJ&citation_for_view=XzVOHfYAAAAAJ:isU91gLudPYC.

LARUELLE, M.; ROYCE, D.; BEYSSEMBAYEV, S. Untangling the puzzle of “Russia's influence” in Kazakhstan. *Eurasian Geography and Economics*, v. 60, n. 2, p. 211–243, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/15387216.2019.1645033>.

LUBIN, Nancy. *Central Asians Take Stock. Reform, Corruption, Identity*. Washington: U.S. Institute of Peace, 1995.

LKHAAJAV, Bolor. US making ‘third neighbor’ moves on Mongolia. *Asia Times*, 5 out. 2023. Disponível em: <https://asiatimes.com/2023/10/us-making-third-neighbor-moves-on-mongolia/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MAKMUTOVA, E. V. Central Asia in search of its own integration model. *Bulletin of MGIMO-University*, n. 4 (61), p. 78–91, 2018.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations: the struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

MOSTAFA, G.; MAHMOOD, M. Eurasian Economic Union: Evolution, challenges and possible future directions. *Journal of Eurasian Studies*, v. 9, p. 163-172, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.euras.2018.05.001>.

NAHERNAK, Philip; SIMPKINS, John. The Russian Government and Gazprom. *Cornell International Affairs Review*, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.inquiriesjournal.com/articles/1280/the-russian-government-and-gazprom>.

NASCIMENTO, Flávio Augusto Lira. A limitação à cooperação securitária sino-russa na Ásia Central devido ao não gerenciamento conjunto do fluxo local de hidrocarbonetos por Moscou e Pequim. 2015. 186 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo (USP), [S. l.], 2015.

NAZARBAYEV, N. The era of independence. Astana, 2017. Disponível em: https://elbasy.kz/sites/default/files/pagefiles/2019-06/2019-06-kazakhstan_tarihy_en.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

NYE, Joseph S. Soft power: the means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

NYSHANBAYEV, N.; TARMAN, B.; TOLEN, Z.; SAMAY, A.; AGYBAY, Z. The Republic of Kazakhstan's multi-vector foreign policy: Re-evaluation under president Tokayev. *Kasetsart Journal of Social Sciences*, v. 45, n. 3, p. 915-924, 2024. Disponível em: <https://so04.tci-thaijo.org/index.php/kjss/article/view/274816>. Acesso em: 25 out. 2024.

OLCOTT, Martha Brill. Central Asia's New States: Independence, Foreign Policy, and Regional Security. Washington DC: United States Institute of Peace Press, 1996.

OMELICHEVA, Mariya Y. Democracy in Central Asia: Competing Perspectives and Alternative Strategies. Kentucky: University Press of Kentucky, 2015.

OSCE. Advancing Energy Security in Central Asia. Geneva: Zoë Environment Network, 2022. Disponível em: https://www.osce.org/files/f/documents/8/8/513787_0.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

POMFRET, Richard. Regional integration in Central Asia. *Econ Change Restruct*, v. 42, p. 47-68, 2009. DOI: 10.1007/s10644-008-9060-6. Springer Science+Business Media, LLC, 2008.

PUIG, Juan Carlos. Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana. In: PUIG, Juan Carlos. El pensamiento de la autonomía. Buenos Aires: Ediciones del Instituto de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de La Plata (IRI/UNLP), 1980.

RAHIMOV, Mirzohid; URAZAEVA, Galina. Central Asia Nations and Border issues. Conflict Studies Research Center, Central Asia Series, UK, 05/10, março 2005.

SATUBALDINA, Assel. Here's What You Need to Know about SCO Summit in Astana. *The Astana Times*, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://astanatimes.com/2024/07/heres-what-you-need-to-know-about-sco-summit-in-astana/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SCHATZ, Edward. The Politics of Multiple Identities: Lineage and Ethnicity in Kazakhstan. *Europe-Asia Studies*, v. 52, n. 3, p. 489-506, 2000.

SCO. Shanghai Declaration on the Establishment of the SCO. Disponível em: <http://eng.sectsco.org/documents/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SHANGHAI Cooperation Organization. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://eng.sectsco.org/cooperation/20170110/192193.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

STARR, S. Frederick; SULTANOV, Bulat; WIMBUSH, S. Enders; KUKEYEVA, Fatima; CORNELL, Svante E.; NURSHA, Askar. Looking Forward: Kazakhstan and the United States. The Central Asia-Caucasus Institute, 2014.

STEIN, Matthew. The History of Central Asian Peacekeepers: The Development of Kazakhstan, Kyrgyzstan, and Tajikistan's Peacekeeping Units by Fits and Starts. *The Journal of Slavic Military Studies*, v. 31, n. 2, p. 257-271, 2018.

TROITSKIY, E. The Eurasian Economic Union at Five: Great Expectations and Hard Times. *The Russia File*, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/eurasianeconomic-union-five-great-expectations-and-hard-times>. Acesso em: 11 fev. 2024.

TROITSKIY, E.; ZINOVIEV, V. The collective security treaty organization: Emergence, evolution and crisis of the military-political alliance. *National Research Tomsk State University*, v. 54, n. 4, p. 335-351, 2018. DOI: 10.17223/18572685/54/20.

TSEPKALO, Valery V. The Remaking of Eurasia. *Foreign Affairs*, v. 77, n. 2, p. 107-126, March 1, 1998.

UMAROV, Temur. Is Putin About to Get His Gas Union With Kazakhstan and Uzbekistan?. *Carnegie Endowment for International Peace*, [S. l.], p. 1 -1, 13 mar. 2023.

UMAROV, T. Will Russia's intervention in Kazakhstan come at a price? *Carnegie Moscow Center*, 2022. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/commentary/86298>. Acesso em: 25 mar. 2024.

UMAROV, Temur. Russia and Central Asia: Never Closer, or Drifting Apart?. *Carnegie Endowment for International Peace*, [S. l.], p. 1 - 1, 23 dez. 2022.

UNRCCA. SRSG KAHA IMNADZE PARTICIPATES AT THE FIFTH CONSULTATIVE MEETING OF HEADS OF STATE OF CENTRAL ASIA. UNRCCA, 2023. Disponível em: <https://unrcca.unmissions.org/srsg-kaha-imnadze-participates-fifth-consultative-meeting-heads-state-central-asia>. Acesso em: 01 mai. 2024.

Recebido em 28 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 01 de julho de 2025.



 **Nathália Pittol Lomba dos Santos**

Acadêmica de Relações Internacionais do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC) E-mail: nathaliapittol@gmail.com

 **Oberty Coronel**

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste-Campus Toledo-PR); Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Bacharel em Direito pelas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (UNIFOZ); Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteira, Estado e Relações Sociais - LAFRONT. Professor do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). E-mail: oberty.coronel@hotmail.com

 **Osvaldo Alencar Billig**

Doutor em Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); MBA em Logística Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Bacharel em Administração pela Universidade de Passo Fundo (UPF) Professor do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), Foz do Iguaçu/PR. E-mail: probillig@gmail.com

 DOI: 10.5281/zenodo.19096350

A INFLUÊNCIA DAS CULTURAS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

THE INFLUENCE OF CULTURES ON INTERNATIONAL NEGOTIATIONS

RESUMO: A influência da cultura está presente nas negociações internacionais, com relevância da antropologia para navegar nas complexidades por trás disso. Uma vez que o mundo está cada vez mais globalizado, as negociações internacionais não podem ser adequadamente conduzidas sem a compreensão das nuances culturais que sustentam as práticas e expectativas dos negociadores. No entanto, a complexidade dessas negociações vai além das meras transações comerciais ou diplomáticas, ela é influenciada pela diversidade cultural dos envolvidos. A antropologia oferece uma lente valiosa para examinar as complexidades culturais que permeiam as negociações internacionais. Ao analisar as crenças, valores, normas e práticas sociais de diferentes grupos humanos, a antropologia revela como esses elementos moldam as abordagens e expectativas dos negociadores em contextos globais. Ao reconhecer e integrar uma abordagem antropológica nas negociações internacionais, os negociadores podem criar pontes sobre as divisões culturais, promovendo uma maior compreensão mútua e colaboração global. Este artigo busca destacar a importância de uma sensibilidade cultural profunda e da adaptação constante às diversidades culturais como componentes essenciais para o sucesso nas negociações internacionais em um mundo cada vez mais interconectado e multicultural.

Palavras-chave: Negociações Internacionais, Antropologia, Cultura

ABSTRACT: Culture is a pervasive influence in international negotiations, with anthropology playing a key role in navigating the complexities behind it. As the world becomes increasingly globalized, international negotiations cannot be properly conducted without understanding the cultural nuances that underpin the practices and expectations of negotiators. However, the complexity of these negotiations goes beyond mere commercial or diplomatic transactions, and is influenced by the cultural diversity of those involved. Anthropology offers a valuable lens through which to examine the cultural complexities that underlie international negotiations. By analyzing the beliefs, values, norms, and social practices of different human groups, anthropology reveals how these elements shape the approaches and expectations of negotiators in global contexts. By recognizing and integrating an anthropological approach to international negotiations, negotiators can bridge cultural divides, fostering greater mutual understanding and global collaboration. This article seeks to highlight the importance of deep cultural sensitivity and constant adaptation to cultural diversities as essential components for success in international negotiations in an increasingly interconnected and multicultural world.

Keywords: International Negotiations, Anthropology, Culture

1 INTRODUÇÃO

É importante salientar que o mundo globalizado, na sua complexidade, nos traz um leque de variedades no que tange questões econômicas, políticas e sociais, e ainda assim, traz consigo uma demanda maior por negociações internacionais. Avaliando o comércio das negociações internacionais, é evidente que este é uma parte indispensável de trocas além das fronteiras, entretanto, limitado, uma vez que a negociação deve se debruçar sobre os interesses de duas condições inerentes para ser realizada e ter sucesso.

Essas negociações entre indivíduos e grupos é um jeito competitivo de mediar interesses na igualdade, durante o processo, ambos os lados irão maximizar seus interesses. Vários fatores podem ampliar as dificuldades das negociações, tais como, as diferenças culturais de diferentes países que podem levar a diferentes hábitos e até mesmo inconsistências na lógica do pensar.

O seguinte artigo tem por objetivo mostrar e explicar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a influência das culturas nas negociações internacionais no que tange comércio e mercado a partir do modo com que se fazem presente no mundo de hoje, certos costumes de diferentes países e como elas podem mudar o rumo dos assuntos internacionais.

O primeiro tópico visa introduzir as mudanças, em uma questão geral, que fizeram com que a cultura influenciasse tanto como vemos nos dias de hoje partindo da história e atrelando à antropologia. O segundo, por sua vez, pretende exemplificar o que são as negociações internacionais, sua influência dentro das relações internacionais e algumas divergências explícitas ao redor do globo atual. O terceiro ponto tratará, de fato, da influência das culturas nas relações internacionais visando tratar especificamente de tratados comerciais. Por último, será observado ideias de autores que nos mostram caminhos e táticas para superarmos tal barreira.

2 ANTROPOLOGIA NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

A antropologia, enquanto disciplina acadêmica estruturada, começou a se consolidar na segunda metade do século XIX, com o objetivo de estudar sistematicamente as culturas humanas, seus comportamentos, crenças e estruturas sociais. Influenciada pelo pensamento evolucionista da época e por autores como Edward B. Tylor e Lewis H. Morgan, a antropologia passou a adotar métodos comparativos para compreender a diversidade cultural. Ao longo do século XX, a disciplina se diversificou em abordagens como a antropologia social, cultural,

física e linguística, incorporando críticas pós-coloniais e reflexões sobre seu próprio papel na produção de conhecimento.

O Ensaio sobre a Dádiva, de Marcel Mauss, foi originalmente escrito em 1923 e publicado em 1925, tornando-se um marco na teoria antropológica ao analisar as trocas de presentes e dádivas como mecanismos sociais complexos que envolvem obrigações de dar, receber e retribuir. Já o texto de Gustavo Lins Ribeiro sobre “antropologias mundiais”, publicado em 2005, insere-se em um contexto contemporâneo de debates sobre a circulação global de ideias e a necessidade de superar o eurocentrismo na produção de conhecimento antropológico. Enquanto Mauss analisa práticas concretas de sociedades arcaicas e suas implicações nas relações sociais, Ribeiro problematiza a própria estrutura global da antropologia, questionando desigualdades na produção e na legitimação do saber.

Falar de antropologia no contexto das negociações internacionais é fundamental uma vez que a antropologia estuda cultura, valores, comportamentos e práticas sociais de diferentes grupos humanos. A compreensão cultural é essencial para o sucesso desses acordos, ela envolve a capacidade de compreender e adaptar-se às diferentes culturas, no que tange sua comunicação, suas normas e seus valores durante a negociação a fim de se evitar mal-entendidos e a construir relacionamentos mais fortes. A antropologia também permite a adaptação de táticas no momento das tomadas de decisões e nas resoluções de conflitos, na qual, em caso de desacordo, ela pode oferecer estratégias culturalmente sensíveis para resolver conflitos.

O livro “Ensaio sobre a dádiva” de Marcel Mauss escrito em 1923 explora o fenômeno das trocas de presentes e dádivas em sociedades arcaicas e se tornou uma obra fundamental na teoria antropológica.

No ensaio temos passagens sobre a obrigação de dar, receber e retribuir, que dentro das relações internacionais, mais especificamente dentro do tema deste artigo, temos a importância da reciprocidade nas trocas de presentes e dádivas, desempenhando um papel crucial nas negociações internacionais pela compreensão das expectativas de retribuição e a construção de relacionamentos baseados em dar e receber. (Mauss 2007)

Mauss (2007) enfatiza ainda como as trocas de dádivas são moldadas pela cultura e pelas normas sociais, da mesma forma, nas negociações, a cultura influencia a comunicação, o estilo de negociação e a interpretação de gestos e palavras. Há atrelação também no que diz respeito a compreender os valores fixados em cada cultura que permite adaptar estratégias e encontrar pontos de convergência, de mesmo modo, conhecer e respeitar as práticas culturais de etiqueta é fundamental para evitar mal-entendidos e construir relacionamentos sólidos, como

cita Marcel destacando a importância da etiqueta e protocolo nas trocas de dádivas e os valores abordados subjacentes às trocas.

O debate acerca das antropologias mundiais, que se refere ao estudo e a prática da antropologia em uma perspectiva global, destacando a diversidade de tradições e abordagens antropológicas, tem por finalidade apontar a existência de outros lugares de produção de conteúdo, muito atrelado à interculturalidade, e também, visa criticar a troca desigual de informação. A troca internacional de ideias, essa troca desigual de informação, reflete vários tipos de relações de poder, sendo que essas relações podem ter o efeito de contribuir e reforçar a desigualdade. (Ribeiro, 2005)

A antropologia tem uma longa relação de poder estatal nos países em que se é praticada, muitas vezes, é dita como molde dessas relações. Em regimes autoritários, como o stalinismo na Rússia, ela se aflora mais. De um lado há a elite estatal impondo um controle do potencial crítico da produção, do outro lado, eles convertem a antropologia em uma técnica de controle social, visando administrar as relações entre minorias étnicas e governos centrais poderosos. (Ribeiro, 2005)

Para o papel a antropologia nos processos de construção das nações é suficiente dizer que os antropólogos criam e recriam ideologias contraditórias de unidade ou diversidade nacional que são ancoradas na autoridade da produção acadêmica e frequentemente refletem em políticas de aparatos estatais e em posições políticas de agentes da sociedade, como ONG'S. (Ribeiro, 2005)

Essas discussões também trazem à tona os limites da antropologia enquanto disciplina universal. A África representa o melhor cenário para se considerar a eficácia do discurso universalistas antropológico, nela, a pretensão logo foi atrelada ao eurocentrismo e desenvolveu debates sobre as necessidades de uma epistemologia africana. (Ribeiro, 2005)

“Não há mais nada ocidental que a discussão sobre epistemologia” (Mafeje ,2001). Além disso, o neo-orientalismo também pode ser as alegações de autenticidade cultural e científica. Abordagens nativistas podem igualmente ser uma reação à existência de um corpo de intelectuais e à literatura estrangeira que mantêm válidos padrões de interpretação sobre uma dada cultura ou país.

Se o reconhecimento de uma dada afirmação em antropologia depende de sua validade, esta validade, em última instância, depende de sua consagração por uma comunidade de argumentação que é também uma comunidade cosmopolítica. Portanto, é impossível acreditar em uma antropologia isolada e satisfeita dentro dos limites Estado-nação (Ribeiro, 2005).

A antropologia deve ser uma ciência que transcende fronteiras e se enriquece com a contribuição de uma comunidade global, ela precisa ser global em seu alcance e reconhecimento. As afirmações e teorias antropológicas ganham validade e relevância não apenas através da pesquisa e evidência, mas também pelo debate e aceitação em comunidade internacional diversa. Limitar a antropologia a um contexto nacional impede o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla e precisa das dinâmicas humanas e globais. (Ribeiro, 2005)

3 AS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS NAS SUAS COMPLEXIDADES

As negociações estão presentes no nosso dia a dia em qualquer tipo de situação, seja ela profissional ou pessoal. O ato de negociar é um processo social complexo cuja a maior parte dos fatores decisivos não ocorrem durante o processo, mas sim antes das partes iniciarem o contexto que envolve a negociação.

Lewicki *et al.*, (2010) e Martinelli *et al.*, (2004) consideram que o primeiro momento numa negociação é primordial para o desenrolar do processo. Na visão de Gulbro e Herbig (1996), a negociação é o processo pelo qual duas ou mais partes pretendem chegar a um acordo sobre questões de interesse mútuo.

A negociação está diretamente ligada à imprevisibilidade dos negociadores e à sua subjetividade (Martinelli et al., 2004). É um processo que pode se prolongar no tempo, em razão de fatores como a indecisão, mudança de posição por parte dos negociadores ou até mesmo por novas informações que surjam no decorrer do processo de negociação. Segundo Lewicki et al. (2003), a negociação envolve compreensão da psicologia humana, mente aberta e a capacidade de ouvir a outra parte. Para isso, é preciso introspecção inicial, definição clara de objetivos e prioridades antes de iniciar a negociação.

É de suma importância procurar conhecer e entender a contraparte do acordo, seja para saber quais suas tendências de negociação e seu perfil ou para obter informações sobre negociações anteriores. Este processo permite prever uma possível postura da outra parte, e tentar antecipar possíveis resultados no decorrer da negociação.

No entanto, como em qualquer acordo, seja ele bilateral ou multilateral, a negociação pode chegar a um impasse, fazendo com que as partes pausem o processo e reflitam sobre o problema. Ademais, para ultrapassar esse problema, se faz necessário que as partes foquem no objetivo da negociação, e não no problema por si só, com intuito de finalizar a negociação com êxito.

Lewicki et al., 2010 destaca algumas características fundamentais dentro de inúmeras situações de negociações, tendo todas elas características em comum, tais como: ser um processo que envolve duas ou mais partes; o fato de que para a negociação existir há um problema, um conflito de interesses, de necessidades ou de opiniões onde os indivíduos possuem ambições de cessar e que regras ou procedimentos preestabelecidos não possuem tal resolução; a negociação ser um acordo; a expectativa em cima do processo de dar e receber, uma vez que se espera mudanças no decorrer do acordo; a preferência por procurar uma solução através da negociação do que entrar em conflito e; atender tanto aos processos tangíveis (como o preço) quanto aos fatores intangíveis (como os valores pessoais ou as emoções). (Hodgson 1996, *apud* Martinelli et al. 2004: 66)

Greenhalgh, 2001 *apud* Lewicki et al., 2003 nos fala que a negociação é composta por sete fases que fazem parte de um acordo ideal. A primeira fase, a preparação, é onde é definido tudo de essencial ao processo, estando diretamente ligada ao sucesso da negociação de acordo com sua eficácia. A segunda fase é a de construção de relacionamentos, aqui as partes devem se conhecer melhor, fazerem situação dos seus pontos de semelhanças e divergências dos objetivos pretendidos. A terceira fase está pautada na coleta de informações referente às necessidades do outro lado no que diz respeito às questões relacionadas à negociação. A quarta fase compõe a utilização dessas informações coletadas e determinação dos objetivos juntamente com os resultados pretendidos, com intuito de maximizar seus objetivos. A quinta fase, é a licitação da oferta e contraoferta de cada uma das partes. A sexta fase é onde se concretiza o determinado na fase cinco, sendo esta a conclusão. A sétima, e última fase, é a da execução do acordo, aqui pode surgir novas informações, novas questões, ou, até mesmo, as partes podem ter deixado escapar pontos essenciais à negociação, fazendo com que todo o processo falhe.

Martinelli et al. (2004) ratifica que nem em todos os casos os interesses iniciais da outra parte são reais e ambicionados, é necessário certificar se não há omissão relativa à suas intenções e ambições. Tanto a outra parte pode deter informações para que assegure maior poder ou pode caracterizar uma tentativa de ir conhecendo o outro por mais tempo. Entretanto, essas situações de omissões podem contribuir para o desgaste de ambas as partes, ademais, outro fato que pode levar a descredibilização numa negociação, é a indecisão quanto ao tipo de posição, sendo ela fixa ou flexível, dificultando o enrolar da negociação.

Martinelli et al. (2004) conceitua que para obter-se sucesso em uma negociação, os negociadores devem definir prioridades para que sejam destacados os interesses das partes. Por um lado, definir prioridades permite definir os princípios de sustentação da negociação, por

outro lado, só é a partir do momento de destaque dos interesses das partes que uma relação de confiança e credibilidade começa a se formar.

Alguns autores, como Brett e Gelfand (2005), discorrem sobre a negociação ser considerada sob a perspectiva de cinco fatores, sejam eles, a avaliação das transferências, que tem como objetivo o convencimento por meio da racionalidade ou da emoção, ou seja, diferentes meios que cada um tem para atingir os objetivos propostos. Há também a motivação, que está relacionada com o resultado final, nela o comportamento das partes é dito pelos objetivos escolhidos, podendo estes serem divergentes ou não. Ainda assim, as atribuições dos negociadores influenciam seu comportamento que é marcado pela percepção e preferência de cada um. À comunicação pode-se considerar a medida com que compartilham informação, seja ela de forma direta ou indireta. Por último, ao confronto, deve-se considerar o tipo, podendo ser direto ou indireto, sendo o primeiro frequentemente evitado pelos negociadores.

Podem ser considerados cinco tipos básicos de estratégia na negociação (Martinelli e Almeida, 1997:117, apud Martinelli et al., 2004: 219; Miller, 2014):

- Estratégia de evitar: essa estratégia conduz a uma negociação onde ambas as partes perdem, é de caráter pouco assertiva e/ou cooperativa. Aqui não se atribui importância nem ao resultado nem à relação entre as partes e o conflito tende a ser evitado.
- Estratégia de acomodação: também é considerada uma estratégia de caráter pouco assertivo e/ou cooperativa. Nela é mais importante conservar o relacionamento do que alcançar o resultado, uma vez que tende a uma parte ganhar e a outra perder.
- Estratégia competitiva: sendo o oposto da estratégia de acomodação, aqui se preserva o resultado em detrimento do relacionamento entre as partes. Nesse aspecto os negociadores objetivam seus interesses de forma individual, no seu limite, essa estratégia pode levar ao fracasso de ambas as partes, desse modo, é uma estratégia assertiva, porém não cooperativa.
- Estratégia colaborativa: nesse modo só é chegado a um acordo se ambas as partes conseguirem realizar parte de seus interesses, aqui se valoriza mais o relacionamento do que os resultados obtidos. A cooperação contribui para que ambas possam sair vencendo, sendo uma estratégia tanto assertiva quanto cooperativa.
- Estratégia de compromisso: nela a preservação do relacionamento possui o mesmo peso que os resultados obtidos. É uma estratégia assertiva e de cooperação na qual, quando as partes não chegam a um acordo, é visível a pretensão de dar continuidade à relação e arranjar forma de conseguir atingir os objetivos no futuro.

O modo como os negociadores procuram atingir seus objetivos, como exercem sua influência e como procuram a informação também pode ser dividida em três tipos (Brett, 2001 apud Martinelli et al., 2004: 99):

- Os negociadores individualistas pragmáticos: esses se concentram em adquirir informações e buscam estar constantemente vinculados às questões de poder;
- Os negociadores pragmáticos cooperativos: utilizam do diálogo para construção de uma relação de confiança e conciliam seus objetivos com a outra parte;
- Os negociadores estratégicos indiretos: possuem como base a incerteza do poder e procuram as informações de forma indireta.

Pelecki (2014) arranja três critérios para determinar a eficácia de um negociador:

- Pela quantidade: o esforço na recolha de informação
- Pela direção: a escolha de potenciais parceiros e a avaliação de propostas, por exemplo

Pela eficiência: a qualidade da negociação

Martinelli et al. (2004) considera a persistência uma característica forte para um negociador, seja esta de levar o acordo até o fim, de arranjar alternativas quando necessário, na consecução dos objetivos da outra parte e ser capaz de demonstrar essa determinação ao outro lado da mesa. A relação entre o processo das negociações internacionais e a influência da cultura sobre elas é profunda e multifacetada. A cultura impacta todos os aspectos das negociações, desde a preparação até a execução e o encerramento das mesas, afetando como as partes se comunicam, como elas tomam decisões, como gerenciam conflitos e como elas constroem relações. Negociadores eficazes devem ser culturalmente sensíveis e adaptáveis, reconhecendo e respeitando as diferenças culturais para alcançar resultados positivos e mutuamente benéficos.

4 A INFLUÊNCIA DAS CULTURAS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

(AGL Cargo) A cultura tem uma importância significativa nas negociações internacionais. Uma compreensão clara de como as diferenças culturais afetam o processo de negociação é vital para alcançar acordos mutuamente benéficos e estabelecer relações sólidas entre as partes. A cultura afeta negociações internacionais devido à grande diferença entre os países. Essa diferença inclui comunicação intercultural, como linguagem, estilo de comunicação, entonação de voz e rosto, valores e estratégias de negociação, etiquetas e protocolos na qual as regras culturalmente aceitas variam de um país para outro, no entanto, deve-se observar e respeitar essas normas para evitar ofensas aos parceiros e permitir a construção de confiança, e contexto cultural e expectativas onde as pessoas agem de maneira

diferente, dependendo de seu ambiente cultural. Essas dimensões invisíveis das negociações terão um grande efeito sobre as expectativas e a probabilidade de ocorrer. Em outras palavras, a cultura é uma coisa que pode determinar o resultado de qualquer negociação internacional. Se respeitarmos nossa parceria, obteremos um resultado favorável em qualquer esforço.

A cultura simplifica o entendimento de outrem, quando oferece um quadro de referência comum que facilita a comunicação e a cooperação, ou, pelo contrário, complica-o, quando leva a generalizações e estereótipos, ignorando a diversidade interna e as mudanças dinâmicas, uma vez que pode ser aberta ao estudar os traços de caráter mais majoritários das nações.

Em mundo cada vez mais globalizado, as negociações internacionais desempenham cada vez mais um papel crucial no crescimento do comércio e nos negócios entre os países. Porém, é essencial saber que as diferenças culturais podem afetar profundamente a forma com que as negociações são conduzidas, seus valores, as normas envolvidas e ainda sim, as expectativas e as abordagens estratégicas, uma vez que exercem uma influência significativa nesse processo.

A comunicação é uma das principais áreas que a cultura afeta. O estilo da comunicação, as diferenças na linguagem, o tom de voz e as expressões podem ser mal interpretadas. Certas culturas se debruçam sobre uma linguagem mais indireta e sutil, enquanto outras se caracterizam por uma comunicação direta e assertiva. O exemplo dos Estados Unidos e Japão é um ótimo exemplo, uma vez que os EUA são marcados por uma linguagem mais clara e objetiva, o Japão se dobra em uma comunicação de respeito mútuo e leitura de entrelinhas.

Ademais, os valores culturais possuem seu impacto, uma vez que cada país possui os seus próprios que moldam suas prioridades e objetivos. Aqui ela pode ser dividida em culturas que prezam pela hierarquia e o respeito à autoridade e, em culturas que valorizam a igualdade e a cooperação. Aqui cabe citar a Alemanha, marcada pela pontualidade, eficiência e organização, e a Índia, onde o respeito à hierarquia e à tradição são fundamentais. Ao se entender essas diferenças, é possível adaptar as estratégias de negociação e encontrar pontos comuns que se alinhem com os valores culturais das partes envolvidas.

A questão de etiqueta e protocolo também se fazem presente, elas por sua vez, constituem a esfera dos gestos, cumprimentos, vestimentas e até mesmo a condução da negociação, que podem variar de um país para o outro. É possível construir uma relação mais sólida ao se familiarizar com tais atos, pois desrespeitá-los ou ignorá-los podem prejudicar as negociações. Por exemplo, na França, é comum iniciar negociações com conversas informais e apertos de mão, já na China, a troca de cartões é uma parte essencial, ela deve ser feita com as duas mãos e ser seguida de uma reverência.

A questão de prazos e tempos também se manifesta nas diferenças culturais, sua percepção varia em diferentes culturas. Algumas culturas valorizam prazos e cronogramas rígidos, a exemplo de países como Suíça e Alemanha, a pontualidade é valorizada, diferentemente em países como Índia e Brasil, que possuem uma abordagem mais flexível, com maior ênfase nas relações pessoais e na construção de confiança.

A cultura pode ser entendida como um conjunto de normas, fundamentadas em atitudes, valores e percepções, no âmbito de uma sociedade específica. Os negócios internacionais possuem o respeito e adaptação de uma cultura sob a outra como dois de diversos princípios. (Amorim 2021)

Alguns elementos podem mudar uma cadeia logística e decidir uma negociação internacional, tais quais, os costumes, as tradições, a política e a religião. O estudo das variadas diferenças culturais faz com que entendamos melhor alguns fatores determinantes, assim como, qual a motivação para com o acordo, os padrões de comportamento, o impacto do produto e como evitar conflitos com os valores e as tradições do país. (Amorim 2021)

Um grande desafio dentro do comércio exterior é a busca por fornecedores que ofereçam qualidade e segurança. Mesmo com toda tecnologia, muitas empresas ainda preferem conhecer seus negociantes pessoalmente, o que pode ajudar na negociação, mas também causar um impacto cultural bem grande. O Brasil, mesmo por seu extenso território, é considerado um país receptivo, entretanto, outros países possuem tradições fortes e não são tão receptivos a estrangeiros. (AMORIM 2021)

A cultura pode influenciar uma operação de logística inteira, como os frigoríficos paranaenses que exportam para países árabes, estes, por sua vez, devem ser abatidos de forma indolor, em lugares voltados à Meca e com frases religiosas espalhadas, isso tudo em razão da religião, sendo que esta implica na estrutura do exportador. Há também a possibilidade de se mudar os modais de entrega, na qual alguns preferem o transporte ferroviário, outros podem optar por outros meios. (Amorim 2021)

Outro fator que a cultura rege é o frete internacional, alguns países possuem dificuldades em entender e cooperar com meios de pagamentos, como o Collect (pagamento no ato da entrega) e o Prepaid (pagamento no momento do pedido), ou até mesmo com questões burocráticas internas, como, documentações especiais de embarques e na emissão correta dos documentos internacionais. Nas diferentes culturas devemos considerar parâmetros como história, geografia, tradições, religiões, o sistema de valores da base do comportamento, as formas de protocolo, o modo que as tomadas de decisões são feitas e até mesmo a linguagem corporal. (Amorim 2021)

Alguns aspectos dentro das culturas são de suma importância ser observado em uma negociação, como, idade, sexo, religião, valores, linguagem corporal, tom de voz, idioma, presentes, significado de cores e números, frequência de mudanças de trabalho e o modo de se vestir. (Amorim 2021)

Podemos aqui citar alguns exemplos de diferenças culturais, tais como, o costume de dizer “OK” nos Estados Unidos, no Brasil se torna vulgar e informal, assim como, dizer “tudo bem” no Brasil com o polegar levantado, é obsceno em alguns países. Na Bulgária, o ato de mexer a cabeça de um lado a outro, não quer é sinônimo de discordância, muito pelo contrário, a pessoa diz estar de acordo, entretanto, oferecer algo com a mão esquerda é considerado ofensivo. Na Europa, ser chamado pelo nome, em um primeiro contato, pode dar uma sensação de invasão de privacidade ou excesso de formalidade. O humor, que está vinculado à história, é um fato delicado, uma vez que uma piada pode ser engraçada a alguns e à outros ofensiva. (Amorim 2021)

Os negócios internacionais não apenas atravessam fronteiras, mas também culturas. A cultura afeta os tipos de transações que fazem e a forma como as negociam. As diferenças culturais podem criar barreiras que impedem ou frustram completamente o processo de negociação. A grande diversidade das culturas no mundo atual torna impossível a qualquer negociador compreender por totalidade todas as culturas existentes (Salacuse 2005).

As divergências culturais podem ser vistas logo de início no que se refere ao propósito da negociação. Em algumas culturas o objetivo de uma negociação comercial é um contrato assinado pelas partes, onde, em outras culturas, é considerado a criação de uma relação entre as duas partes. Portanto, é importante estudar sobre como as contrapartes veem o propósito do acordo (Salacuse 2005).

Ainda assim, é necessário saber qual tipo de negociador está fechando contrato com você. A negociação pode ser dividida em duas atitudes básicas, uma no processo ganha-ganha, onde o acordo é visto como uma cooperação e algo colaborativo visando ganho dos dois lados, e o ganha-perde, no qual um lado ganha e o outro perde, sendo visto como uma luta, um confronto (Salacuse 2005).

O estilo pessoal também é um fator influenciável pela cultura. Uma pessoa mais formal evita anedotas, abstém-se de fazer perguntas de cunho pessoal e aborda o outro lado da mesa pelos seus títulos. Por outro lado, uma pessoa informal tende a iniciar a discussão chamando pelo primeiro nome e procura desenvolver uma relação pessoal com a outra equipe (Salacuse 2005).

Várias culturas, ainda, possuem regras diferentes quanto à adequação e à forma de demonstrar emoções, regras que são levadas à mesa de negociações. A cultura é um fator importante que afeta a forma como os executivos se organizam para negociar um acordo. Algumas culturas enfatizam o indivíduo, outras enfatizam o grupo. É importante saber como a outra parte está organizada, quem tem autoridade para assumir compromissos e como as decisões são tomadas (Salacuse 2005).

Na celebração de acordos, a cultura também pode ser mandatória no processo de assumir riscos (Salacuse 2005).

Ao negociar com estrangeiros, há uma série de obstáculos a serem enfrentados, tais como leis, ideologias, governos e as diferenças culturais. A cultura diz respeito aos padrões de comportamento, atitudes, normas e valores que são transmitidos socialmente em uma comunidade, nação, grupo étnico ou até mesmo uma organização (Cárdenas 2024).

As diferenças culturais podem complicar as negociações de várias maneiras. A importância da comunicação nos negócios internacionais se dá a partir do momento em que elas podem criar problemas de comunicação, por exemplo, se em resposta ao fornecedor japonês disser “isso é difícil”, ele recusou a proposta, mas a mesma frase pode ser interpretada como se ainda tivesse brechas de discussão. De mesmo modo, as barreiras culturais também se fazem presentes na dificuldade da compreensão do comportamento de cada um. Embora certas culturas considerem contratar familiares como nepotismo duvidoso, aos libaneses, essa prática é sinônimo de garantir funcionários confiáveis e duradouros. Ainda nessa linha, as considerações culturais influenciam a forma e a substância do acordo (Cárdenas 2024).

5 A BARREIRA CULTURAL

Estratégias, alternativas e resultados podem ser a chave das negociações. Devido as diferenças culturais, as partes negociadoras de diferentes origens culturais, podem diferir significativamente na decisão e no uso das estratégias de negociação. Os negociadores sempre tendem a ignorar alguns detalhes, como a verificação formal antes da negociação, a verbalização de forma clara e nunca descobrir a motivação e a psicologia do outro lado tentando antecipar a próxima ação e o plano do outro lado, a proficiência nesses detalhes aderem muito para alcançar o sucesso nas negociações. (Chen 2023)

Os problemas por questões culturais sempre vão existir e não vão ser resolvidos pela negociação, entretanto, a estratégia e a preparação antes da negociação, também movidos por questões culturais, poderão levar a um impacto negativo ou positivo para a negociação. De

perspectivas diferentes, para atingir o sucesso em uma negociação, há de se atentar aos fatores psicológicos, que trata de antecipar o próximo passo do outro lado, e do envolvimento social, que envolve o trabalho feito antes da negociação, uma análise precisa dessas estratégias e fatores podem deixar o sucesso da negociação mais acessível.

Da perspectiva de limitações, as negociações internacionais sempre vão ser afetadas por fatores inerentes, como diferenças culturais, diferentes formas de pensar, etc.... de uma perspectiva futura, essa área necessita de mais pesquisa para quebra desses problemas inerentes.

Yixuan Chen nos mostra que todo o processo de negociação pode ser dividido em três partes: na primeira, antes de começar, os negociadores devem saber suas posições, interesses e estratégias, na segunda parte, durante a negociação, deve-se tratar de assuntos prioritários e ser conduzidos de forma ordenada e cronológica e, por fim, na terceira, após a negociação, o resultado é recebido e os negociadores precisam recebe-lo com calma — se o objetivo não for cumprido, é necessário revisão e mudanças para melhorias futuras. Além disso, a autora também nos mostra três estratégias que podem ser usadas com flexibilidade nas negociações: 1. Estar familiarizado com o contexto e as diferenças culturais de empresas de diferente países e estilos de negociações, 2. Desenvolver um plano detalhado, toda a negociação pode ser dividida em várias etapas, 3. Negociar com calma e racionalidade, interpretando plenamente as palavras e o significado profundo do outro lado.

Estratégia (preparação antes da negociação), contexto social (inclui a história cultural e o país do negociador) e a psicologia (entender a mente das outras partes da negociação) são três fatores importantes nas negociações internacionais.

As estratégias podem se dividir em duas, a estratégia distributiva (debruça sobre o público alvo da empresa, modelo comercial, os produtos oferecidos e o crescimento dos objetivos) e estratégia abrangente (plano de negócios a longo prazo) – se referem às pessoas que usam ambas estratégias nas negociações, mas usam com diferentes intenções e comportamentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A antropologia nos oferece ferramentas para compreender as nuances culturais que moldam as práticas, comportamentos e expectativas dos negociadores de diferentes partes do mundo. Esta compreensão é vital considerando que cada cultura traz consigo um conjunto de valores, normas e estilos de comunicação que podem efetivamente influenciar a dinâmica das negociações.

A validade de qualquer afirmação antropológica está no reconhecimento por parte de uma comunidade global diversificada. Este aspeto é altamente relevante para as negociações internacionais, onde a viabilidade e efetividade de um acordo dependem em grande medida da capacidade dos negociadores de ultrapassar as fronteiras culturais e físicas. Deste modo, uma abordagem cosmopolita, orientada para a diversidade reflete-se não só no investimento do processo de negociação, mas também no desenvolvimento de soluções mais inclusivas e sustentáveis.

Os negociadores que são culturalmente sensíveis e adaptáveis têm maior probabilidade de atingir resultados positivos. Isso não diz respeito apenas ao conhecimento teórico das diferenças culturais, mas à prática de habilidades interculturais como a empatia, a comunicação eficaz e a flexibilidade. Os preparativos para negociações bem-sucedidas geralmente implicam em encontrar um equilíbrio entre as perspectivas da assertividade e consideração em relação às perspectivas dos outros negociadores.

A construção de relacionamentos baseados na confiança é fundamental em qualquer contexto de negociação, e isso é, em particular, aplicado em contexto internacional. Ao entender e respeitar as práticas culturais de outros negociadores, os investigadores constroem relacionamentos mais fortes, promovendo um ambiente de cooperação e compreensão. Nesse sentido, a antropologia é crucial para o desenvolvimento da compreensão dos negociadores internacionais.

Apesar dos desafios inerentes às negociações internacionais, como as barreiras linguísticas e as diferenças nos sistemas legais e económicos, a antropologia oferece uma perspectiva otimista.

Em suma, as negociações internacionais são um campo onde a antropologia mostra seu valor prático de forma inequívoca. O reconhecimento das influências culturais e aplicação de uma abordagem antropológica podem não apenas melhorar a eficácia das negociações, mas também promover uma maior compreensão e cooperação global. Ao valorizar integrar essas perspectivas culturais, os negociadores podem navegar com mais eficiência pelas complexidades das negociações internacionais, construindo pontes e fomentando relações que transcendem fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim, B. Nathalia. Cultura como fator influenciador nas negociações internacionais. LinkedIn, 2021.

Asad, Talal. Introduction. In: ASAD, Talal (org.). *Anthropology and the Colonial Encounter*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1973.

Brett, J. M. *Negotiating globally: how to negotiate deals, resolve disputes and make decisions across cultural boundaries*. New York: John Wiley, 2001.

Brett, J. M., & Gelfand, M. J. A Cultural Analysis of the Underlying Assumptions of Negotiation Theory. *Frontiers of Social Psychology: Negotiations*, 173–202, 2005.

Cárdenas, Luís. *Overcoming Cultural Barriers in Negotiations and the Importance of Communication in International Business Deals*. Harvard Law School Program on Negotiation, 2024.

Chen, Yixuan. The influence of different cultures on international business negotiations and strategies. *Highlights in Business, Economics and Management*, 2023.

Greenhalgh, L. *Managing Strategic Relationships: The Key to Business Success*. Simon & Schuster Adult Publishing Group, 2001.

Lewicki, R. J., Sauders, D. M., & Barry, B. *Negotiation*, Boston: McGraw-Hill/Irwin, 6th Edition, 2010

Lewicki, R. J., Sauders, D. M., & Barry, B. *Negotiation: readings, exercises, and cases*, Boston: McGraw-Hill/Irwin, 4th Edition, 2023.

Martinelli, D. P.; Almeida, A. P. *Como transformar confronto em negociação*. São Paulo: Atlas, 1997.

Martinelli, D. P.; Ventura, C. A. A.; Machado, J. R. *Negociação Internacional*. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

O impacto da Cultura em Negociações Internacionais. AGL Cargo.

PELECKIS, K. International Business Negotiations: Innovation, Negotiation Team, Preparation. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 110, p. 64-73, 2014. DOI: 10.1016/j.sbspro.2013.12.848.

Ribeiro, L. Gustavo. *Antropologias mundiais: cosmopolíticas, poder e teoria em antropologia*. RIUnB, 2014.

Salacuse, W. Jeswald. The top ten ways that culture can affect international negotiations. *Ivey Business Journal*, 2005.

Stocking, George W. Afterword: A View from the Center. *Ethnos*, v. 47, n. 1, p. 173-186, 1982.

Recebido em 29 de julho de 2025.

Aceito para publicação em 04 de agosto de 2025.



 **Enzo Mello Barroso Menucci**

Doutorando e Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST/UFF). Bolsista CAPES. Pesquisador do Nexus: segurança e desenvolvimento e do Laboratório de Estudos sobre Política Externa Brasileira (LEPEB)

 DOI: 10.5281/zenodo.19097599

ANDREWS, KEHINDE. A NOVA ERA DO IMPÉRIO: COMO O RACISMO E O COLONIALISMO AINDA DOMINAM O MUNDO. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2023. ISBN: 978-65-5921-515-7

RESUMO: A obra de Kehinde Andrews denuncia a supremacia branca, base do sistema político e econômico. Partindo epistemologicamente da Teoria Crítica da Raça, Andrews estabelece relações a partir de diferentes variáveis entrelaçadas pelo prisma racial, de forma a afirmar que o colonialismo e o imperialismo atualizaram-se e continuam dando o tom das dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais.

Palavras-chave: Imperialismo; Colonialismo; Racismo.

ABSTRACT: Kehinde Andrews' book denounces the white supremacy, the basis of the political and economic system. From the Critical Theory of Race epistemological background, Andrews establishes connections through racial lens, as colonialism and imperialism updated themselves and kept determining the social-economical, political and cultural dynamics nowadays.

Keywords: Imperialism; Colonialism; Racism.

“Apontar que a supremacia branca, e, portanto, a antinegritude, é a base fundamental do sistema político e econômico e, sendo assim, contamina todas as interações, instituições e ideias” (Andrews, 2023, p. 25) é o objetivo central do professor da Birmingham City University (Inglaterra), Kehinde Andrews, no livro *A nova era do império: como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo* (2023). Originalmente publicado em 2021, no Brasil saiu pela Companhia das Letras com 352 páginas e dividido em oito capítulos.

O autor parte da Teoria Crítica da Raça, estabelecendo a raça como recorte epistemológico, para afirmar que o Império Ocidental se sustenta e se perpetua sobre a supremacia branca (Andrews, 2023, p. 25). Embora não recuse a interseccionalidade, vê a possibilidade de acabar com o império independentemente do fim do patriarcado.

Uma linha histórica do Iluminismo até os dias atuais guia a obra. No primeiro capítulo, “sou branco, logo existo” (idem, 2023, p. 37-67), as raízes racistas são expostas nas citações de filósofos iluministas, mostrando o apagamento do que é não-branco, construindo uma ideia de terra vazia (idem, 2023, p. 50). Na verdade, o Iluminismo e a universalidade da razão ocidental são pluralismo cultural e estabelecem superioridade sobre os povos não-brancos e a necessidade de tutela, quando não há a simples rejeição destes à condição de sub-humanos.

No segundo capítulo (idem, 2023, p. 68-105), o autor trança as relações entre o genocídio e o Ocidente, chamando atenção para o extermínio em massa fora do continente europeu e acrescenta que o espanto com o holocausto da Segunda Guerra Mundial reside no fato dos europeus terem visto no próprio continente as mesmas práticas empregadas por eles no resto do mundo (Andrews, 2023, p. 99).

A seção “escravidão” (idem, 2023, p. 106-145) é um forte lembrete de que a relação entre o tráfico humano transatlântico, a escravização de corpos pretos com o desenvolvimento do capitalismo e o assentamento das relações materiais entre centro e periferia continua viva. Por sua vez, o quarto capítulo, “colonialismo” (idem, 2023, p. 146-180), atenta para as mentiras do livre-comércio do século XIX e a coerção como último recurso de consecução dos objetivos ocidentais.

Em “nascimento de uma era” (Andrews, 2023, p. 181-215), o autor trabalha as modificações no sistema internacional, no pós-Segunda Guerra Mundial, e a atualização do imperialismo nas instituições de Bretton Woods e o posterior Consenso de Washington. No sexto capítulo, “o Ocidente não branco” (idem, 2023, p. 216-248), Andrews trata das novas configurações internacionais negando a ascensão da China como uma legitimação do multiculturalismo ou pós-racialismo. Contrariamente, trata do fenômeno como um abandono

revolucionário e uma adequação ao Ocidente por parte do país asiático, subjugando o continente africano à mesma lógica europeia.

Ainda que entenda a China como destino de uma transição hegemônica, nada mais é que uma nova etapa do império. A leitura internacional de Andrews toma a arquitetura institucional como congeladora das relações de poder estabelecidas pelo imperialismo. Aliás, as críticas do autor à China são, contraditoriamente, as mesmas feitas pela perspectiva da democracia liberal ocidental que critica (Andrews, 2023, p. 262-263).

Em “democracia imperial” (idem, 2023, p. 249-282), o autor acusa limitações nas alternativas propostas pela “esquerda progressista” do centro do capitalismo, como o *Green New Deal* e, por fim, aponta os contornos recentes de imigração para o continente europeu em “o feitiço se volta contra o feiticeiro” (idem, 2023, p. 283-308), último capítulo da obra.

Quando aborda a metodologia marxiana, o autor estabelece uma relação entre a supremacia branca e a teleologia de não vislumbrar a revolução fora do centro e ao indicar a superação do capitalismo, ao invés de aboli-lo (Andrews, 2023, p. 258-260). Andrews acredita haver um reducionismo na análise classista (idem, 2023, p. 27), ao passo em que critica que “sem genocídio, escravidão e colonialismo não haveria nem riqueza nem recursos para que o considerado revolucionário proletariado que labutava na fábrica europeia sequer existisse. Portanto, o herói da história de Marx é na verdade um produto do racismo” (idem, 2023, p. 26).

A ontologia do argumento de Andrews à parte da classe permite uma crítica perspicaz e atenta às análises marxianas, embora limitada ao propor um caminho fora do sistema que analisa e que não seja inofensivo. O autor indica a necessidade de uma revolução (Andrews, 2023, p. 304-308), mas não a define para além de um breve pan-africanismo e a necessidade acertada de retirar o branco do protagonismo analítico e decisório.

Além disso, em “resolver a crise climática é uma prioridade existencial, mas fazer isso não vai acabar com a lógica do império” (Andrews, 2023, p. 282), é importante para indicar os limites das “soluções” de dentro do sistema, mas deixa implícita qualquer capacidade de escapar do desastre ambiental dentro do capitalismo, acentuando, o racismo ambiental que ele mesmo pontua. Além do mais, mostra-se teleológico quando prenuncia o fim do sistema voluntária ou involuntariamente, sem condicionar o fim do capitalismo ao fim do mundo (idem, 2023, p. 308).

Finalmente, o inquietante livro ajuda a entender o mundo para além das lentes racistas ocidentais, que emaranham as estruturas, e ressalta eventos apagados da “história oficial”, na reelaboração do mundo pelo império às suas formas, partindo da ideia de *terra nullius*.

Recebido em 11 de março de 2025.

Aceito para publicação em 16 de junho de 2025.